

Denize Carneiro
Paula Colares
[Orgs.]



PANEIRO

**O protagonismo indígena na
relação universidade-comunidade**



PANDEIRO

**O protagonismo indígena na relação
universidade-comunidade**





Universidade Federal do Oeste do Pará
Instituto de Ciências da Educação
Formação Básica Indígena

Reitoria

Reitor

Hugo Alex Carneiro Diniz

Vice-Reitora

Aldenize Ruela Xavier

Instituto de Ciências da Educação - ICED

Diretor

Edilan de Sant'Ana Quaresma

Vice-Diretora

Ana Maria Vieira Silva

Formação Básica Indígena - FBI

Coordenadora

Ádria Maria Nina Monteiro

Vice-Coordenadora

Paula de Mattos Colares

**Denize de Souza Carneiro
Paula de Mattos Colares**

PANZEIRO

**O protagonismo indígena na relação
universidade-comunidade**

1ª edição

Brasília-DF, 2021

Rosivan
Diagramação & Artes Gráficas

Paneiro: o protagonismo indígena na relação universidade-comunidade

2021 Denize de Souza Carneiro & Paula de Mattos Colares

Capa:

Levin Akay Munduruku
Rogério Cardoso Mendes

Projeto gráfico e diagramação:

Denize de Souza Carneiro
Rosivan Diagramação & Artes Gráficas

Revisão:

Fernanda Ferreira Spoladore
Virgínia do Nascimento Peixoto

Catálogo da Publicação na Fonte.

Paneiro: o protagonismo indígena na relação universidade-comunidade [recurso eletrônico] / Organizado por Denize de Souza Carneiro e Paula de Mattos Colares. – Brasília: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

1 PDF.

ISBN 978-65-80423-03-3

1. Educação. 2. Indígenas. 3. Universidade. 4. Paneiro. I. Carneiro, Denize. II. Colares, Paula.

CDU 37
P191

Elaborada por Verônica Pinheiro da Silva CRB-15/692.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	8
<i>As organizadoras</i>	
1 ARTESANATO WAI WAI: RELATO DE UMA OFICINA DE ARTES EM MAPUERA/PA.....	14
<i>Beto Yirawa Wai Wai</i>	
<i>Elísio Kahpo Wai Wai</i>	
<i>Jeremias Xeremias Wai Wai</i>	
<i>Pedro Cohco Wai Wai</i>	
<i>Jucéli Tapajós Sousa</i>	
2 FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS ARTESANAIS DO POVO JARAKI.....	27
<i>Lizandra Correa Carvalho</i>	
<i>Jociane Vasconcelos Farias</i>	
3 TRANÇANDO SABERES: AÇÕES EM PROL DAS ARTES MUNDURUKU CARA PRETA DE ESCRIVÃO.....	36
<i>Douglas Cavalcante de Almeida</i>	
4 JOIA KUMARUARA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM VISTA ALEGRE.....	46
<i>Jéssica Katillen Sousa Alves</i>	
5 PRODUZINDO CONHECIMENTOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE BOM FUTURO/PARÁ.....	58
<i>Júlio de Sousa Lopes Sobrinho</i>	
6 FORTALECENDO NOSSA CULTURA ATRAVÉS DO NHEENGATU.....	69
<i>Mirian Francielle C. de Sousa</i>	
<i>Marlison Castro Barreto</i>	
7 RESPEITANDO A MÃE TERRA: UMA AÇÃO NA ALDEIA IPAUPIXUNA.....	82
<i>Josiel Bezerra Santos</i>	
<i>Raquel Pinheiro de Oliveira</i>	
<i>Crislaine Castro de Sousa</i>	
8 IDIBI XIPAT: AÇÕES PELA SAÚDE DOS MUNDURUKU DE TAKUARA.....	94
<i>Eder Tiago Paz Correa</i>	
<i>Rosiene de Souza Cruz</i>	
<i>Rosimary de Sousa Cruz</i>	
<i>Silvana dos Santos Nobre</i>	
<i>Simone Alves Monteiro</i>	
<i>Willames Sousa da Costa</i>	
9 VALORIZANDO A MEDICINA TRADICIONAL INDÍGENA NA TI MARÓ.....	108
<i>Jocinaldo Fernandes Costa</i>	
<i>Ronaldo Costa Sousa</i>	

10 FORTALECIMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA MEDICINA TRADICIONAL.....	124
<i>Cleberon Cardoso Santana</i>	
11 HORTA NA ALDEIA: POR UMA VIDA SAUDÁVEL.....	132
<i>Alclides dos Santos Lopes</i>	
12 HORTA KURASY KATU: UMA EXPERIÊNCIA NA ALDEIA PINHEL/PA.....	145
<i>Elivany Pedroso Santos</i>	
13 DO ARCO E FLECHA PARA PAPEL E CANETA: DISCUTINDO O PROTOCOLO DE CONSULTA COMO INSTRUMENTO PARA GARANTIA DE DIREITOS.....	158
<i>Denner Fabrício Gama Sousa</i>	
<i>Gecinei Henrique Ferreira</i>	
14 BORARI: POVO, CULTURA E TERRITÓRIO.....	170
<i>Damilles Ribeiro Sardinha</i>	
<i>Dayana Mara de S. Costa Nunes</i>	
<i>Elcicley Ferreira Costa</i>	

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Paneiro é coisa comum
Em todo barraco tem
Não custa muito dinheiro
Nem custa fazer também

Mas quero guardar comigo
Pra sempre no coração
A lição que o paneiro ensina
Como é bela a união.

(Raízes Caboclas¹)

Paneiro é um artefato acessível a todos os brasileiros das aldeias, das ribeiras e dos campos. É feito de matéria-prima extraída da floresta, geralmente de cipós, e tecido a partir de conhecimentos milenares, passados de geração para geração, daí o fato de se encontrar diversos modelos e variados tipos de trançados, os quais ilustram a diversidade cultural dos povos que o fazem e o utilizam. E como bem expressa a música do grupo amazonense, Raízes Caboclas, o paneiro, além de ser um artefato comum e acessível, é carregado de significado, de simbolismo, como expressa o verso “A lição que o paneiro ensina / Como é bela a união”.

Essa “bela união”, que resulta do entrelaçamento dos fios do paneiro, é uma imagem que pode ser percebida de várias maneiras. Pois, à semelhança do entrelaçamento das talas que, juntas, resultam em um utensílio forte e capaz de transportar os alimentos que a “mãe terra” dá, como dizem muitos indígenas, também é bela a (re)união de pessoas na realização de um trabalho de forma coletiva, como o conhecido *puxirum* indígena. Por exemplo, no processo de produção da farinha, em que os comunitários se organizam para colaborar uns com os outros, iniciando o trabalho com os *puxiruns* para fazer o roçado, a plantação, a colheita, enfim, todo o processo de produção, que geralmente se dá em grupo. Essa imagem de força que resulta da união, também pode ser estendida ao transporte de diversos alimentos – mandioca, farinha, açaí, bacaba, milho, banana, etc. – facilitado pelo uso do paneiro que os acolhe e carrega, desde o local da roça ou plantação para a casa dos indígenas, ou para o barco, o carro ou a carroça, a fim de serem consumidos ou comercializados.

¹ CD *Caminhos de Rio* (faixa 11), do extinto grupo musical amazonense “Raízes Caboclas”. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=llqSO56SgfU>

Foi a partir dessa lição de união, tomada do pão, que nasceu a motivação para intitular esse livro de “Pão: o protagonismo indígena na relação universidade-comunidade”, pois o mesmo (re)une em si um conjunto de experiências, resultantes da implementação de vários projetos (que entrelaçam ensino e extensão) de discentes indígenas da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) – membros dos povos Apiaká, Arapiun, Borari, Jaraki, Kumaruara, Maytapu, Munduruku, Tapuia, Tupaiú e Wai Wai –, cuja realização somente foi possível graças à união das pessoas das próprias comunidades, que, juntas, com a sabedoria que as caracteriza, superaram diversos obstáculos para realizar uma série de ações.

Tornar essa publicação possível é, para nós, uma forma de valorizar e de reconhecer a importância dessas experiências, estimulando o protagonismo dos jovens indígenas na resolução dos problemas que seus povos enfrentam em seus territórios, assim como de contribuir com a documentação dessas ações. Objetivamos, assim, dar retorno às comunidades, na forma de um texto escrito que poderá ser utilizado como material nas escolas indígenas, de forma a estimular outros jovens a refletirem sobre sua realidade e a construir projetos para responder a problemas enfrentados pelas comunidades.

Esses projetos se originam no contexto de um projeto mais amplo, denominado *Formação Básica Indígena (FBI)*, um instrumento da Política de Ação Afirmativa da Ufopa, cuja gênese se deu a partir do diálogo dessa instituição com os estudantes indígenas, tendo em vista encontrar alternativas para diminuir, principalmente, os seguintes problemas² por eles enfrentados na graduação: evasão; alto índice de reprovação nas disciplinas; conflitos socioculturais; embate com novos conhecimentos; racismo institucional; barreira linguística; e inabilidade no uso das ferramentas digitais e tecnológicas.

Assim, dentre os vários propósitos da FBI, destacamos: acolher os discentes indígenas que ingressam na universidade pelo Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), bem como contribuir para a apropriação de saberes e de ferramentas para a construção da autonomia acadêmica desses estudantes, através da oferta de 11 componentes curriculares³ e de diversas atividades de extensão em um período de dois

² É importante elucidar que esses desafios não são exclusivos da Ufopa. Ocorrem em diversas universidades que também estão construindo suas estratégias para solucionar tais entraves.

³ 1º semestre: Língua Portuguesa I; Fundamentos da Matemática I; Introdução à Metodologia Científica; Povos Indígenas no Brasil; Tecnologias. 2º semestre: Língua Portuguesa II; Fundamentos da Matemática II; Pensamento

semestres, que antecedem as disciplinas do curso de graduação. Além disso, por meio de ações de inclusão sociodigital⁴, possibilitando o acesso desses discentes às ferramentas da informática e contribuindo para sua permanência na universidade.

Os relatos de experiências aqui apresentados são resultados de projetos de ação, implementados nas aldeias pelos estudantes, oriundos do PSEI/2018. Essas atividades foram realizadas no âmbito dos componentes curriculares da FBI “Introdução à Metodologia Científica” e “Elaboração de Projetos”, atravessados pela extensão universitária, sob a nossa orientação, em três momentos distintos:

Elaboração dos projetos. Inicia-se com o levantamento e o diagnóstico de problemas, cujo foco é tanto as situações-problema enfrentadas nos territórios quanto a articulação e a coletivização desses diagnósticos entre os estudantes, com a finalidade de “ampliar a esfera de diálogo para a delimitação do tema, a partir de sua relevância e das possibilidades concretas de intervenção” (COLARES; CARNEIRO, 2021, p. 97).

A partir da escolha do tema, há a aproximação com fontes variadas – textos, livros, documentários, mapas, documentos, memória oral – para dar consistência e elementos à ideia formulada, que vai, assim, ganhando corpo. Estimulamos, também, nesse primeiro momento, a mediação com atores sociais das comunidades, como agentes de saúde, professores, lideranças, pajés e outros, que dos territórios, através de contatos por telefone ou pessoalmente no vai e vem cidade-aldeia, também orientam os alunos sobre a pertinência das propostas que eles vão formulando. Na escrita e reescrita dos projetos, também inserimos elementos de aproximação com os textos teóricos, como interpretação e ferramentas de citação direta e indireta, além de técnicas para fichamentos, resumos e resenhas. Definindo o tema e um conjunto de fontes, discutindo as dimensões do assunto e do problema com a turma e a orientadora, os alunos passam a construir cada um dos elementos do projeto: a definição de objetivos; a construção de argumentos que embasam uma justificativa; a relação com as referências; e a construção de um planejamento e de um cronograma de atividades. (COLARES; CARNEIRO, 2021, p. 97)⁵

Implementação dos projetos. O segundo momento corresponde à implementação das atividades previstas nos projetos. Ocorre nas férias do meio do ano, período em que os graduandos podem viajar para suas comunidades. Trata-se do momento da mobilização dos comunitários e da valorização dos conhecedores indígenas, que se unem para articular e organizar as ações com os estudantes, culminando em um

Científico Intercultural; Conflitos Socioambientais na Amazônia; Direitos Humanos e Direitos Indígenas; Elaboração de Projetos.

⁴ Ofertadas a partir de parceria da FBI com o Curso de Informática Educacional (Eliane Cristina D. Flexa), entre os anos de 2017 a 2019, e com o Curso de Matemática e Física (José Antônio Oliveira Aquino), nos anos de 2020 e 2021.

⁵ In.: MORAES, Nelson Russo de et al. (Orgs.). Povos originários e comunidades tradicionais: trabalhos de pesquisa e de extensão universitária – volume 4 /. Boa Vista: Editora UFRR, 2020; Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2020.

momento de aprendizado mútuo, uma vez que as atividades trazem à tona uma série de saberes e fazeres.

Documentação das atividades. O terceiro momento diz respeito à elaboração de um relato escrito das atividades realizadas. Aqui, os graduandos exercitam a sistematização, a organização de informações e, principalmente, a escrita, buscando trabalhar essas habilidades na forma de textos acadêmicos. Nessa etapa, também, organizam uma apresentação em *slide* para uma comunicação oral no *ComunicAção Indígena*, evento criado para dar visibilidade aos trabalhos produzidos pelos estudantes da FBI e proporcionar o compartilhamento das experiências vivenciadas pelos indígenas no início da vida acadêmica. Nesse evento, consideramos relevante a participação de algumas lideranças e de alguns especialistas das comunidades indígenas, tornando concreto o ciclo “universidade-comunidade-universidade” que almejamos, com a finalidade de aproximar a academia das aldeias e vice-versa.

Os 14 relatos aqui reunidos correspondem à experiência de implementação desses projetos de ação. Embora suas áreas de conhecimento não sejam tão definidas, pois quase todos abarcam mais de uma área, é possível perceber que 04 relatos estão mais voltados para as artes tradicionais indígenas, 03 para a educação, 03 para a saúde, 02 para a segurança alimentar e 02 para o território. Em seguida, procedemos a uma breve síntese desses relatos, considerando tais áreas.

Artes tradicionais: **(a)** Os Wai Wai Beto Yirawa, Elísio Kahpo, Jeremias Xeremias e Pedro Cohco, e a Tapuia Jucéli Sousa, no texto “Artesanato Wai Wai: relato de uma oficina de artes em Mapuera/PA”, contam como foi a oficina sobre a prática de tecer/trançar jamaxi, peneira e tipiti, repassada aos jovens. **(b)** As indígenas Jarakí, Lizandra Correa Carvalho e Jociane Vasconcelos Farias, no texto “Fortalecimento das práticas artesanais do povo Jarakí”, relatam a experiência da arte de tecer paneiro, abano, grega, buquê, panacú, chapéu, jacaré, japa, esteira, peixes (decorativos) e cestas, junto às crianças e aos jovens da aldeia Lago da Praia. **(c)** Douglas Cavalcante de Almeida, indígena Munduruku Cara Preta, no texto “Trançando saberes: ações em prol das artes Munduruku Cara Preta de Escrivão”, narra a experiência, junto aos jovens de seu povo, com a arte de tecer utensílios (peneira, paneiro e tipiti) usados na produção de farinha. **(d)** A acadêmica Kumaruara Jéssica Katillen Sousa Alves, no texto “Joia Kumaruara: relato de uma experiência em Vista Alegre”, relata a experiência, junto aos

comunitários de sua aldeia, da realização de atividades relativas à prática de confeccionar adornos corporais com sementes (colares, pulseiras e brincos).

Educação: (a) Júlio de Sousa Lopes Sobrinho, indígena Apiaká, no texto “Produzindo conhecimentos no âmbito da Educação Escolar de Bom Futuro/Pará”, apresenta o relato de uma oficina de produção textual, realizada junto aos estudantes de sua aldeia, assim como um breve histórico sobre a criação da escola de Bom Futuro. (b) Os Arapiun Mirian Francielle C. de Sousa e Marlison Castro Barreto, no texto “Fortalecendo nossa cultura através do nheengatu”, relatam a experiência de uma oficina sobre conhecimentos da língua nheengatu, realizada na comunidade de São Miguel. (c) Josiel Bezerra Santos e Raquel Pinheiro de Oliveira, indígenas Munduruku, juntamente com Crislaine Castro de Sousa, Tapuia, relatam no texto “Respeitando a mãe terra: uma ação na aldeia Ipaupixuna” as atividades voltadas para a educação ambiental (palestras, confecção e distribuição de lixeiras e de placas), realizadas com a finalidade de conscientizar os moradores de Ipaupixuna.

Saúde: (a) Eder Tiago Paz Correa, Rosiene de Souza Cruz, Rosimary de Sousa Cruz, Silvana dos Santos Nobre e Simone Alves Monteiro – indígenas Munduruku –, juntamente com Willames Sousa da Costa – Borari –, relatam no texto “Idibi xipat: ações pela saúde dos Munduruku de Takuara” o desenvolvimento das atividades de seu projeto, realizadas com o objetivo de conscientizar os moradores de Takuara quanto aos cuidados em relação ao consumo de água, tendo em vista a prevenção de doenças. (b) Jocinaldo Fernandes Costa (Arapiun) e Ronaldo Costa Sousa (Borari) relatam no texto “Valorizando a medicina tradicional indígena na TI Maró” a experiência de uma oficina sobre remédios caseiros, realizada no “Centro de Apoio” dessa Terra Indígena, com a participação de pessoas de três aldeias: Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III. (c) Cleberson Cardoso Santana, indígena Tupaiú, também relata no texto “Fortalecimento cultural através da medicina tradicional” a experiência de uma oficina de remédios caseiros, porém junto aos comunitários de Aningalzinho.

Segurança alimentar: (a) Alclides dos Santos Lopes, Tupaiú, relata no texto “Horta na aldeia: por uma vida saudável” a experiência de uma oficina de compostagem e de criação de uma horta na escola de Novo Gurupá. (b) Elivany Pedroso Santos, indígena Maytapu, também relata no texto “*Horta kurasy katu*: uma experiência na aldeia Pinhel/PA” a experiência de realização de uma horta para a escola de sua

aldeia. Ambas as atividades tiveram como objetivo proporcionar uma alimentação saudável e nutritiva às crianças em período escolar.

Território/Direitos: (a) Os acadêmicos Tupaiú, Denner Fabrício Gama Sousa e Gecinei Henrique Ferreira, no relato “Do arco e flexa para papel e caneta: discutindo o Protocolo de Consulta como instrumento para garantia de direitos”, compartilham a sua experiência no que diz respeito à discussão/ação para a criação de um Protocolo de Consulta para a Terra dos Encantados. **(b)** As acadêmicas do povo Borari, Damilles Ribeiro Sardinha, Dayana Mara de S. Costa Nunes e Elcicley Ferreira Costa, no texto “Borari: povo, cultura e território”, relatam o desenvolvimento das atividades sobre o território, a história e a cultura do povo Borari, junto aos servidores da escola indígena de Alter do Chão.

Finalizamos este texto introdutório com a expectativa de que os relatos aqui reunidos, por um lado, promovam a autoria indígena e incentivem a documentação e a informação sobre projetos implementados nas Terras Indígenas e, por outro, fomentem o debate, na universidade, acerca de novas estratégias de produção de conhecimento com as populações indígenas, a fim de encontrar o que mais se adeque à realidade local, talvez não contemplada nas formulações acadêmicas de tradição eurocêntrica.

Santarém, 30 de abril de 2021.

*Denize Carneiro
Paula Colares*

1. ARTESANATO WAI WAI: RELATO DE UMA OFICINA DE ARTES EM MAPUERA/PA

Beto Yirawa Wai Wai¹
Elísio Kahpo Wai Wai²
Jeremias Xeremias Wai Wai³
Pedro Cohco Wai Wai⁴
Jucéli Tapajós Sousa⁵

RESUMO: Neste relato apresentamos a experiência de realização de uma oficina sobre o artesanato Wai Wai, junto aos indígenas da aldeia Mapuera, localizada na Terra Indígena Nhamundá-Mapuera. Essa proposta se originou da necessidade de fortalecer e de valorizar a cultura do nosso povo, a partir da arte de tecer utensílios usados nas atividades da agricultura. A metodologia de ensino deu-se de forma tradicional, de acordo com as orientações dos professores de artes Wai Wai, que trabalharam a técnica de tecer três tipos de utensílios: *jamaxi*, peneira e *tipiti*, além da orientação sobre a coleta e a preparação da matéria-prima. De acordo com os participantes, as atividades proporcionaram o reconhecimento do artesanato como importante elemento para o fortalecimento cultural Wai Wai. A experiência foi muito gratificante por proporcionar o fortalecimento dos nossos saberes e o intercâmbio entre universidade-aldeia-universidade.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato Wai Wai; valorização da cultura indígena; aldeia Mapuera/PA.

INTRODUÇÃO

Após anos de resistência, os saberes tradicionais ganham reconhecimento e são praticados com novo fôlego. Isso se dá pelo despertar de uma nova consciência atrelada ao crescente esquecimento de diversos saberes e fazeres indígenas, uma vez que a tradição cultural indígena é uma das principais riquezas que cada povo possui.

¹Graduando do curso de Licenciatura em Informática Educacional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: betoyirawa@gmail.com

²Graduando do curso de Gestão Pública da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: elisio.kaphowaiwai@gmail.com

³Graduando do curso de Agronomia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: xeremiaswaiwai@gmail.com

⁴Graduando do curso Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: pedrocohcowaiwai@gmail.com

⁵Graduanda do curso de Licenciatura em Matemática e Física na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: jotapajos0088@gmail.com

A sabedoria de sábios indígenas motiva a realização de ações como forma estratégica de fortalecer e (re)vitalizar saberes. Apesar das grandes ameaças, os aspectos culturais indígenas são vistos com grande potencial de valorização de um povo.

Baseado nesse contexto, a realização deste projeto de ação possui grande relevância por proporcionar o fortalecimento dos saberes tradicionais Wai Wai, despertando o interesse e a valorização dos saberes e das práticas culturais pelos jovens da aldeia Mapuera, por meio de reflexões e de atividades práticas, realizadas em oficina direcionada ao ensinamento da arte de tecer *jamaxi*, peneira e *tipiti*, com orientação desde a coleta, preparação da matéria-prima até o produto finalizado. Tal ensinamento foi feito por anciões que aceitaram compartilhar seus conhecimentos.

É a experiência sobre essa atividade que pretendemos relatar nesse texto, a qual foi vivenciada por nós, acadêmicos Wai Wai, no período de 17 a 21 de setembro de 2018, na Aldeia Mapuera/PA.

1 ALDEIA MAPUERA: ALGUMAS INFORMAÇÕES

Foto 1: vista panorâmica da aldeia Mapuera.



Fonte: Mirano Wai Wai (s.d)

A Aldeia Mapuera se localiza na Terra Indígena Nhamundá-Mapuera, na Calha Norte do rio Amazonas. Já possui mais de 40 anos de existência e contém aproximadamente 270 famílias, variando de 4 a 11 pessoas por família, somando um

total de cerca de 1.800 habitantes. Essas pessoas fazem parte de várias etnias: Wai Wai, Katewena, Cikyana, Tunayana, Tiriyó, Xereu, Hixkariana, Mawayana, Kaxuyana, entre outros povos. Também moram na aldeia pessoas não indígenas que prestam serviços nas áreas da educação e da saúde.

Apesar da diversidade de etnias, que resulta na diversidade linguística, os habitantes de Mapuera não apresentam problemas de comunicação entre si, pois todos se comunicam na língua Wai Wai, considerada uma *língua franca*, espécie de língua geral usada por grupos sociais que falam, cada um, uma língua diferente (CARDOSO E VALE JR, 2012).

1.1 Origem de Mapuera⁶

Antigamente, os Wai Wai moravam na aldeia Kahxiymo, nas cabeceiras do rio Mapuera, no Pará. A população dessa aldeia era formada por aproximadamente 80 famílias. Na época, os missionários americanos chegaram à aldeia e os convidaram para irem até a Guiana, onde já vivia outro grupo de Wai Wai. Os americanos andavam acompanhados por índios Wapixana que conseguiam se comunicar com os Wai Wai.

A cada ano, os Mawayana que habitavam o Brasil iam se juntando aos Wai Wai na Guiana. Todos os anos, os americanos faziam uma longa viagem em busca de outros índios de diferentes etnias – como Tiriyó, Katewena, Xereu – para se juntar aos índios da Guiana. Eles buscavam esses índios isolados para evangelizá-los. Foi nessa época que aconteceu o agrupamento de várias tribos na aldeia Kaan Ase Nay (Kanashen). Com o tempo, muitos índios desse local vieram para o Brasil, para uma antiga aldeia que estava sendo reativada desde 1972.

A partir de então, todos esses povos passaram a habitar a aldeia Maw Tohru (Pedra da Guariba, na língua Hixkaryana). Em 1973, chegaram os primeiros moradores da aldeia Mapuera, em torno de cinco famílias, para fazer roças, plantar alimentos e fazer casas para outras pessoas. Em 1975, chegou à aldeia o cacique Ewka, trazendo em sua companhia mais indígenas Wai Wai para morar na aldeia. Nesse lugar enfrentaram muitos problemas como doença e fome, então tinham que se

⁶ As informações sobre a história de Mapuera são baseadas nos conhecimentos que nós Wai Wai temos e também nas informações apresentadas no livro *Artesanato da Terra Indígena Nhamundá-Mapuera*, publicado pela Ideflor-Bio em 2016.

deslocar para outra aldeia, chamada Kassawa, em busca de alimentos. Para chegar à aldeia Kassawa, eles andavam dois dias por terra.

Com a retomada da nossa história, hoje a aldeia Mapuera possui casas feitas de madeira e cobertas com telhas e palhas de *ubim*. No centro da aldeia tem a casa grande, “*Uumana*” na nossa língua. Desde sua fundação, em 1973, a aldeia Mapuera foi crescendo em número de habitantes e de casas. As casas mais atuais já foram sendo construídas de madeira e cobertas com telhas de barro e de alumínio, diferentes das casas de antigamente (feitas de barro e cobertas com palhas de *ubim*).

Depois do contato, vivemos em uma aldeia global e a tecnologia desenvolvida no mundo entrou na vida dos moradores de Mapuera. Antes, nem se falava em tecnologia, como o uso de celulares e de computadores, hoje em dia, na aldeia já se tem computadores, celulares e até *wifi* para comunicação virtual.

Muitas foram as mudanças, como, por exemplo, a facilidade de acesso fluvial. Antigamente, o povo utilizava o transporte via canoa e remo, hoje essa realidade é bem mais prática com a utilização de embarcações motorizadas, como o motor rabeta.

2 RELATO DE EXPERIÊNCIA DA AÇÃO DESENVOLVIDA

2.1 Primeiro dia de oficina

No dia 17 de setembro de 2018 (segunda-feira), nós acadêmicos da Ufopa – Elísio Kahpo Wai Wai, Beto Yirawa Wai Wai, Jeremias Xeremias Wai Wai e Pedro Cohco Wai Wai –, proponentes do projeto “Conhecimentos do Artesanato Wai Wai”, idealizado na disciplina “Introdução à Metodologia Científica”, sob a orientação da professora Denize Carneiro, iniciamos a nossa ação, uma oficina de artes tradicionais, com a finalidade de trabalhar junto aos jovens os saberes da arte de tecer *jamaxi*⁷, peneira e *tipiti*⁸.

Após acertar, previamente, toda a atividade com as lideranças da aldeia, partimos para os trabalhos, iniciados às 08h00 desse dia. Juntamente com um grupo de jovens, participantes da oficina, sob os ensinamentos dos sábios Kássio Wai Wai e Wilson Batista, responsáveis por repassar conhecimentos sobre os tecumes, realizamos a primeira etapa da oficina, que foi a coleta da matéria-prima a ser utilizada na tecelagem, isso é, a coleta da tala de arumã. Para isso, viajamos (cf. foto 2) para a

⁷ Cesto utilizado para carregar produtos coletados na roça.

⁸ Utensílio indígena utilizado no processo de prensagem da mandioca ralada para fazer a farinha.

mata, situada num local um pouco distante da aldeia, onde se chega com *motor rabeta* ou de canoa.

Foto 2: saída de Mapuera para coleta da matéria-prima na mata.



Fonte: Pedro Cohco Wai Wai, setembro de 2018.

Chegando ao local, os professores tradicionais explicaram a forma correta de coleta da matéria-prima do arumãzeiro, cujas características são de uma planta pequena com folhas largas e abundantes, geralmente encontradas em regiões semialagadas. É um tipo de cana com caule liso, do qual se retiram as talas para a confecção do *jamaxi* e do *tipiti*. Após a explicação, seguimos as instruções de retirada das talas do arumãzeiro e, logo após esse processo, retornamos com o material coletado para a confecção dos artesanatos propostos por meio do projeto.

A foto a seguir mostra o transporte do material para o motor rabeta. Não foi possível colher muito, porque o motor não suportaria transportar muito peso.

Foto 3: na mata, carregando para o barco a matéria-prima colhida para os *teçumes*.



Fonte: Pedro Cohco Wai Wai, setembro de 2018.

Foto 4: retorno para Mapuera com a matéria-prima.



Fonte: Elísio Kahpo Wai Wai, setembro de 2018.

Finalizamos nossas atividades nesse dia, com um almoço entre os 13 participantes do processo de organização do material coletado e do local de realização da oficina.

2.2 Segundo dia de oficina

No dia seguinte, 18 de setembro de 2018 (terça-feira), iniciamos as atividades às 08h00, dando as boas-vindas aos 36 participantes (cf. foto 5), com a presença do senhor de 60 anos de idade, Kasiro Wai Wai, responsável por ensinar as técnicas de confecção dos artesanatos.

Foto 5: início da oficina.



Fonte: Beto Yirawa Wai Wai, setembro de 2018.

Antes de começar os ensinamentos sobre a tecelagem, conversamos sobre as regras da atividade, falando sobre respeito, pontualidade e outros assuntos importantes para o bom desenvolvimento do trabalho. Depois, foi ensinado o primeiro passo, o momento de preparação da matéria-prima, ou seja, como se preparar a tala para tecer.

Fotos 6 e 7: ensinando a tratar o arumã.



Fonte: Beto Yirawa Wai Wai, setembro de

Com o material já preparado, os professores da oficina começaram a ensinar os jovens a tecerem o *jamaxi* (cf. foto 8).

Fotos 8 e 9: *jamaxi* em construção e finalizado.



Fonte: Pedro Cohco Wai Wai, setembro de 2018.

O *jamaxi* é muito usado pelos Wai Wai, que carregam nele diversos produtos, como mandioca, cana de açúcar, banana, castanha do Pará.

O dia foi muito proveitoso. Os professores tradicionais ensinaram cada jovem as técnicas de tecer *jamaxi*. Primeiro, mostraram a técnica e, depois, cada um tentava reproduzir o ensinamento. No final dos trabalhos, os participantes comentaram que gostaram muito de tudo o que aprenderam no dia.

2.3 Terceiro dia de oficina

No terceiro dia de oficina, dia 19 de setembro de 2018 (quarta-feira), os professores tradicionais ensinaram aos jovens sobre o processo de produção da peneira. Esse ensinamento se deu desde o início da preparação da matéria-prima, preparando a tala de arumã, até os ajustes finais da peça.

Como primeiro passo, ensinaram os detalhes dos cortes da tala, que têm que ser do mesmo tamanho. O segundo passo foi como fazer a raspagem das talas e sua separação. O terceiro passo foi separar uma quantidade de breu (Curauá), na nossa língua significa *kreweti*, para fazer o acabamento da peça. O quarto e último passo foi confeccionar a peça, no tamanho que a pessoa desejasse. A especificação da peneira é baseada no número de abertura em cada polegada linear, medida ao longo de um fio. As fotos abaixo mostram a tecelagem da peneira.

Fotos 10, 11 e 12: peneira em construção.



Fonte: Jeremias Xeremias Wai Wai, setembro de 2018.

2.4 Quarto dia de oficina

No dia 20 de setembro (quinta-feira), iniciamos as atividades com um café da manhã ofertado aos participantes. Após o momento de partilha, retornamos ao local de realização da oficina, onde, na ocasião, o professor tradicional *Kasiro Wai Wai* ensinou, passo a passo, as técnicas de confecção do *tipiti*.

O *tipiti* é um artefato criado pelos indígenas para facilitar a prensagem da mandioca ralada. É a “arte de trançar fibras vegetais [que] representa a mais

diversificada das categorias artesanais indígenas, revelando adaptações ecológicas, habilidades técnicas e expressões culturais distintas” (VELTHEN, S. D.).

Pereira (1974, p. 163 apud MARANHÃO et al) apresenta um entendimento sobre o que significa o *tipiti* no Vocabulário Amazônico:

Aparelho de compressão e expressão, fabricado de talas de arumã, em feição tubular e extremidades afuniladas, a terminarem em alças. Presa a uma delas, em certa altura, colocada a substância dentro do tubo, procede-se à expressão, distendendo-se, gradual e fortemente na laça inferior empregada a força manual ou pesos em série crescente. Ótimo para o preparo da massa úmida da mandioca, da farinha branca e a de suruhi. Muito usado em misteres domésticos e pequenas indústrias.

Após a confecção do primeiro *tipiti* feito pelo professor, os alunos mostraram-se interessados em confeccionar o artefato de acordo com as instruções fornecidas. Deu-se, então, o início da produção do artefato dos participantes em conjunto com o professor.

Fotos 13, 14 e 15: *tipiti* em construção.



Fonte: Elísio Kahpo Wai Wai, setembro de 2018.

Na prática, o primeiro passo ensinado foi a tecelagem da cabeça do *tipiti*, seguindo para o corpo (caldá), até a finalização do último arremate do artefato. O professor Kasiro enfatizou aos participantes que, caso as tiras de arumã não fossem colocadas de forma correta, o *tipiti* ficaria desproporcional, e que, se não fossem muito bem ajustadas, o trançado ficaria frouxo e deixaria vazar a massa de mandioca ralada.

2.5 Quinto dia de oficina

No dia 21 de setembro de 2018 (sexta-feira), finalizamos a oficina, realizando uma avaliação e uma exposição dos produtos confeccionados nos dias de atividade.

2.5.1 Avaliação da oficina

Para a avaliação, entregamos um questionário aos participantes, para avaliarem o grau de satisfação e de aproveitamento das atividades desenvolvidas durante aqueles dias. As respostas foram de plena satisfação com a realização do projeto, uma vez que os conhecimentos tradicionais do artesanato Wai Wai foram fortalecidos para alguns e “revitalizados” para outros. Os participantes pediram aos acadêmicos que esse tipo de atividade tivesse continuidade na aldeia e fosse estendido para as outras aldeias do povo Wai Wai.

Abaixo, alguns depoimentos ilustram a satisfação e o interesse dos participantes da ação do nosso projeto. Como eles se manifestaram na nossa língua, fizemos a tradução para o Português.

Quadro 1: opinião e sugestões dos participantes da oficina.

Depoimento dos Wai Wai	Tradução dos depoimentos para o Português, feita pelo autores
<i>On wara nasî kahxapu poko amna yehtopo fîmrenayiro amna nehacamhokesî. Kirwanhe xa nasî kehcamhokatopo ero yipu poko yîhcamnopura amna yehtome kahtopo. Kirwanhe xa nasi erowa amna yehtopo indio komo , awci komo , manari komo , kwahsî marha.</i>	“A história de tecelagem nós estudamos desde criança. É bom estudar para não nos esquecermos de tecer. Isso é importante para os povos indígenas, como jamaxi, peneira e tipiti.”
<i>Kirwanhe ro xakñe on yipu komo poko amna yehcampokacho kahxapu poko ixé amna yehtopo me exirke.</i>	“Foi muito bom para nós aprendermos a tecer o artesanato que precisamos.”
<i>Kirwanhe ro makî owî weñakñe awci kahtopo kîhcamhokanhe komo ya.</i>	“Eu achei muito legal tecer jamaxi com o professor.”

<i>Kirwanhe ro makî nasî amna ya ero yipu mko, ixe amna yehtopo me nasî ero yîpu mko kamo poko makî ixe amna yehtopo me nasî , eroke yihcampopuxera amna nasî kahxapu citopo.</i>	“Isso é muito importante pra nós, porque nós precisamos no nosso dia a dia aqui na aldeia, que nunca nos esqueçamos de fazer artesanato.”
<i>Kirwanhe ro makî on amna yehcampokacho nehxe owoya kahxapu poko, wooxam komo marha ero yipu mko xa naxe kwahsî, awci,manari miyarma.</i>	“Eu achei muito boa essa oficina de tecelagem, porque as mulheres gostam muito de tipiti, jamaxi, peneira e outros.”
<i>Kirwanhe marha xakñe owoya awci kahtopo, wahsîy marha ciki wahra makî awci kahtopo.</i>	“Eu achei muito bom para fazer jamaxi. Agora eu sei fazer jamaxi, eu aprendi um pouco.”
<i>Kirwanhe nasi ero yipu mko owoya , kirwanhe nasî kehcamhokatopo marha kahtopo poko.</i>	“Meu ponto de vista é positivo, achei muito bom, eu aprendi fazer artesanato.”
<i>Owi xa kirwanhe weñe kwahsi kahtopo.</i>	“Eu gostei mais de fazer tipiti.”
<i>Kirwanhe marha xakñe owoya poritomo komo ya amna yihcamhokacho Poriswe, Kasîro marha amna nîhcamhoketkene tiwyaso yihtinotopo nenpetkene amna ya kirwanhe nasî ero yipu.</i>	“Bom, eu achei muito legal porque os senhores Poriswe e Kasiro também compartilharam seus conhecimentos com a gente, isso é muito importante pra nós.”
<i>Awci kahtopo xakñe kirwanhe owoya , eroke amna ixe nhe nasî hara ero yipu mko citopo projeto komo kehcamhokacho citome Ewto po”.</i>	“Eu achei muito bom tecer jamaxi, nós precisamos que venha trazer mais projeto de ensinamento aqui na aldeia.”
<i>Taa, on wara weñakñe owi kahtopo poko amna yihcamhokacho. Kirwanhe ro makî ona amna yewton pona ero yipu komo projeto citopo, ero yepu nasî kehcamhokaxmu komo ya enpotopo yahtome so marha yiwyaso onî Mapuera ewto pono komo.</i>	“Gostei muito de aprender sobre a produção de artesanato. Esse tipo de projeto tem que continuar sempre, para estimular a aprendizagem dos alunos indígenas na aldeia Mapuera.”
<i>Kirwanhe xa nasî amna kehtoporo yenpotopo, erowa rma cexpore nasi cehcamhokaxmu komo tpormampore nasi kehtoporo komo yaw.</i>	“Muito positivo mostrar a realidade da nossa cultura tradicional, que continue com todos os alunos indígenas crescer na nossa trajetória.”
<i>On wara nasî amna cehcamhokaxmu komo, cehcamhokaxe ro makî amna nasi kahxapu poko. Erowa rma amna cexixe nasî miya rma amna xikrî cemahrimaxmu me.</i>	“Nós, alunos indígenas, gostamos muito de fazer artesanato. Quero que continuemos sempre, de geração em geração.”

Fonte: avaliação da atividade, Mapuera, 21 de setembro de 2018.

Nesses trechos de depoimentos, é possível verificar o grau de satisfação dos parentes Wai Wai que participaram da nossa oficina. Foi muito gratificante ouvir deles o reconhecimento pelo nosso esforço e o interesse de cada um em valorizar os saberes do nosso povo para as gerações futuras.

Fotos 16 e 17: jovens avaliando a oficina.



Fonte: Beto Wai Wai, 21 de setembro de 2018.

Fonte: Pedro Cohco Wai Wai, 21 de setembro de 2018

2.5.2 Exposição da oficina e finalização dos trabalhos

Nesse último dia de atividades, foi feita também a exposição dos artesanatos – jamaxi, tipiti e peneira –, confeccionados durante a realização da oficina. Não foram muitas peças, pois, além de não contarmos com recursos para gastos de coleta de matéria-prima (como gasolina) e outros, nosso propósito foi didático, ou seja, a oficina foi realizada para repassar as técnicas de tecer do povo Wai Wai aos jovens, não para comercialização.

Fotos 18 e 19: exposição dos produtos.



Fonte: Pedro Cohco Wai Wai, setembro de 2018.

Os pais dos participantes ficaram muito alegres com o resultado do projeto, incentivando-nos a realizar novas ações e novos projetos que sejam relevantes para a aldeia.

PALAVRAS FINAIS

A realização desse projeto de ação foi muito gratificante, porque proporcionou o intercâmbio entre universidade-aldeia-universidade, dando oportunidade aos moradores de participarem da ação acadêmica desenvolvida na aldeia em conjunto conosco. A iniciativa foi aprovada pelos participantes que, com muito entusiasmo, propuseram-se a nos ajudar em futuros projetos a serem desenvolvidos na comunidade.

Com o êxito da nossa primeira ação, almejamos dar continuidade ao processo de fortalecimento e de (re)vitalização dos conhecimentos tradicionais do artesanato Wai Wai, pois essa experiência nos mostrou que nós, acadêmicos, com os conhecimentos obtidos na academia, podemos colaborar com os nossos parentes, seja com projetos de intervenção, visando o fortalecimento da nossa cultura, seja com ideias e ações em prol da melhoria de vida nas nossas aldeias.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DA BIODIVERSIDADE. *Artesanato da Terra Indígena Nhamundá-Mapuera*. Belém: Ideflor-Bio, 2016.

MARANHÃO, Ricardo Frota de Albuquerque; BASTOS, Senia Regina; MARCHI, Marília Malzoni. Cultura e Sociedade no sistema culinário da mandioca no Brasil. In: *SOCIAIS E HUMANAS, SANTA MARIA*, v. 28, n. 02, mai/ago 2015, p. 54-68.

VELTHEM, Lucia Hussak Van. Serpentes de Arumã. *Fabricação e estética entre os Wayana na Amazônia Oriental*. Disponível em:
<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/proa/article/view/2338>

2. FORTALECIMENTO DAS PRÁTICAS ARTESANAIS DO POVO JARAKI

Lizandra Correa Carvalho¹
Jociane Vasconcelos Farias²

RESUMO: Este relato tem o objetivo de apresentar o desenvolvimento das atividades do projeto *Fortalecimento das Práticas Artesanais do Povo Jaraki*, realizadas com a finalidade de fortalecer a cultura Jaraki e de promover a valorização do artesanato indígena, envolvendo crianças e jovens da aldeia. A ação consistiu em uma oficina sobre a arte de tecer produtos com talas e palhas, tendo ocorrido na aldeia Lago da Praia, município de Santarém/PA, em parceria com a Escola Indígena São Francisco. Os professores da oficina foram as pessoas mais velhas que possuem conhecimentos sobre a cultura do *teçume*, as quais trabalharam a arte do tecer *paneiros, abanos, gregas, buquês, panacús, chapéus, jacarés, japás, esteiras, peixes e cestas*. Os participantes gostaram muito da oficina, pois, além de abordar a importância dos saberes indígenas voltados para o *teçume*, proporcionando um aprendizado prático, mostrou que nossa cultura é viva e assim deve permanecer para as futuras gerações.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato indígena; povo Jaraki; aldeia Lago da Praia/Pará.

INTRODUÇÃO

Na aldeia Lago da Praia, existe uma tradição muito forte relacionada à prática de artesanato confeccionado com palhas e talas. É um saber herdado dos nossos antepassados, que foi repassado de geração em geração. No entanto, hoje, percebemos que os jovens não têm mais interesse em adquirir esses saberes, por isso, apenas os mais idosos os conhecem. Essa situação instigou-nos a criar o projeto “Fortalecimento das Práticas Artesanais do Povo Jaraki”, que teve como objetivo fortalecer os saberes tradicionais relacionados ao artesanato, partindo da proposta de que assim se estimula também a valorização da identidade Jaraki.

Assim, por meio de uma oficina, procuramos despertar nos jovens e nas crianças a vontade de aprender mais sobre essa prática, pois a atividade do artesanato faz reavivar e/ou adquirir conhecimentos que fortificam nossa identidade indígena.

¹ Indígena do povo Jaraki. Discente do curso de Bacharelado em Farmácia, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: lizandracorrea999@gmail.com.

² Indígena do povo Jaraki. Discente do Curso de Matemática e Física, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: jackvasconcelosstm@gmail.com.

Medeiros (2012, p. 154) aponta que “[o] teçume em palha de tucumã desponta como um balizador, uma tradição na superação do externo, que massifica nosso modo de vida, possibilitando o ressurgimento de identidades grupais ou étnicas”. Além do fortalecimento do ser Jaraki e da valorização da cultura, o artesanato pode ser utilizado como fonte de renda, expandindo a economia local.

Esse projeto foi elaborado e implementado durante as atividades das disciplinas “Introdução à Metodologia Científica” e “Elaboração de Projetos”, ofertadas no Projeto de Ação Afirmativa da Ufopa, denominado “Formação Básica Indígena (FBI)”, com a orientação das professoras Paula de Mattos Colares e Denize de Souza Carneiro, durante o ano letivo de 2018.

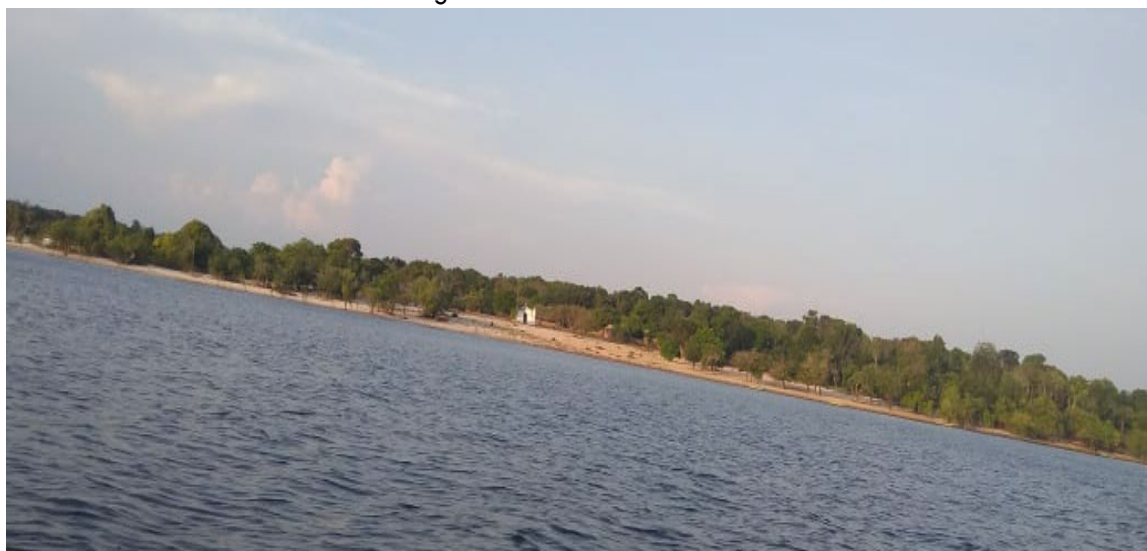
Neste texto, relatamos o desenvolvimento da oficina de tecelagem realizada em agosto do referido ano, na Escola Indígena São Francisco, localizada em Lago da Praia, cujos professores são pessoas mais velhas que possuem conhecimentos acerca da prática do teçume.

1 ALDEIA LAGO DA PRAIA

1.1 Dados contextuais: localização, população e situação linguística

A aldeia Lago da Praia fica localizada na margem esquerda do rio Arapiuns, no território Cobra Grande, município de Santarém, Estado do Pará.

Foto 1: vista da frente da aldeia Lago da Praia.



Fonte: Jociane Farias, 2018.

Nessa aldeia vivem 32 famílias que correspondem a um total de 152 pessoas e que se autoidentificam como indígenas da etnia Jaraki.

A aldeia surgiu em meados dos anos de 1960 com as primeiras famílias de Anísio Barbosa, Ipólito Barbosa e Benedito Tapajós que ali viviam. Tais pessoas decidiram batizar a comunidade com a denominação Lago da Praia, motivadas pela existência de um lago, cercado por belas praias e situado no centro da comunidade.

Em Lago da Praia, as pessoas se consideram monolíngues em Português, visto que apresentam domínio oral e escrito apenas dessa língua. Porém, a comunidade vive um processo de fortalecimento da própria identidade indígena, “apagada” em razão da colonização e da catequização europeia, que exterminaram diversos aspectos da cultura dos povos indígenas, e vem se interessando pelo aprendizado da língua *Nheengatu*.

1.2 Breve história da aldeia Lago da Praia e suas lideranças

De acordo com relatos dos comunitários, as pessoas que deram início à comunidade foram os casais Ipólito Barbosa e Clara Barbosa, Benedito Tapajós e Maria Inácia Tapajós e, também, o senhor Anísio Barbosa, em meados de 1960. Com o passar dos anos, outros casais foram chegando, como o senhor José Bentes e sua esposa Angelina Bentes e Abelardo Barbosa e sua esposa Isabel Barbosa.

Devido ao crescimento das famílias, os comunitários sentiram a necessidade de uma professora para ensinar seus filhos. Em 1961, eles conseguiram, porém, era particular, paga por eles próprios. Cinco anos depois (1966), a aldeia já contava com o total de 10 famílias e, conseqüentemente, com um número maior de crianças. Em função disso, os comunitários reivindicaram, junto ao poder público, a contratação de uma professora com salário pago pela prefeitura de Santarém, obtendo êxito em sua reivindicação.

No mesmo ano, também foi fundada a Igreja Católica e o Clube de Futebol, ambos denominados “São Francisco”. Com o *status* de comunidade, foi necessário escolher um presidente para cuidar dos interesses dos comunitários. Escolheram o catequista da aldeia, Francisco Lopes Barbosa.

Em 1974, chegou a Lago da Praia a senhora Andrina Mendonça e não tardou para ela se tornar professora na comunidade, ficando por 20 anos nesse trabalho.

No ano de 1976, foi feita uma eleição para a escolha de um novo presidente. Escolheram o senhor Antônio Barbosa, que ocupou o cargo durante 1 ano. Depois, ele o entregou ao comunitário Militão Barbosa, que assumiu o cargo durante 4 anos. Nessa gestão é que foi construído o primeiro prédio escolar da comunidade.

Em 1980, o senhor Francisco Godinho assumiu a presidência e, em seu mandato, foi construído um barracão comunitário. Em 1985, a presidência da comunidade foi passada ao senhor Etelvino Sousa da Silva, que ocupou o cargo por 4 anos. Nesse período foi escolhido o primeiro agente de polícia, o senhor Ambrósio Castro.

Em 1991, o senhor Militão Lopes assumiu novamente a presidência da comunidade. E nesse ano foi escolhido um novo agente de polícia, o senhor José Inaldo Castro, que ficou no cargo por 8 anos.

Depois de 1 ano, o senhor Militão Lopes entregou a presidência, mas ninguém a assumiu, ficando esse cargo desocupado por 12 meses. No decorrer desse tempo, as famílias continuaram realizando os trabalhos comunitários, porém sentiram a necessidade de ter alguém na presidência da comunidade. Elegeram, então, o senhor José Inaldo Castro de Sousa, que permaneceu no cargo no período de 1993 até 1995.

Com a saída de José Inaldo da presidência, foi eleito o senhor Francisco Lira Pereira, que sentiu a necessidade de fundar uma associação na comunidade. Assim fizeram, após reunião para discutir sobre o assunto. Francisco Lira foi eleito para assumir a presidência dessa associação, permanecendo no cargo até 2001.

Lembrando que, em 1997, o senhor Domingos de Jesus foi escolhido para exercer a função de agente comunitário de saúde e atender às comunidades de Lago da Praia e Caruci. E, em 1999, foi aprovado e registrado o estatuto da Associação Comunitária Agrícola e Pesca do Lago da Praia (ACAPELP).

Em 2001, o senhor José Inaldo foi reeleito para assumir a presidência da comunidade. Em 2003, ele juntamente com Andrina Mendonça e Francisco Godinho Campos foram até Bragança no rio Tapajós, no mês de julho, para participar de uma reunião sobre autorreconhecimento indígena das comunidades do baixo Tapajós. Considerando que os seus antepassados eram indígenas, ao retornarem de Bragança, senhor José e dona Andrina reuniram a comunidade para abordar o assunto e decidir se iriam se reconhecer como indígenas. Após diversas discussões e reflexões, os comunitários decidiram que sim e, logo, escolheram os senhores José Inaldo Castro de

Sousa como cacique (líder) e Domiciano Castro como tuxaua (vice-líder) da comunidade. Atualmente, a aldeia Lago da Praia tem como cacique a senhora Ligiane Tapajós Barbosa.

De 1960 até o momento, a aldeia avançou muito em alguns aspectos, como na educação e no aumento populacional, mas outros aspectos, como o serviço de saúde, encontram-se precários a cada dia. Não temos posto de saúde na comunidade. Há apenas um agente de saúde, que mora na aldeia vizinha, em Caruci. Quando um comunitário sofre algum tipo de acidente ou enfermidade, é obrigado a se deslocar para outra comunidade, chamada Vila Socorro, que fica a 10 km de distância da aldeia, e algumas vezes nem atendido é. Em caso de algo mais grave, o único jeito é viajar para Santarém, que, de barco, dura aproximadamente 3 horas de viagem.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

Em 06 de agosto de 2018, viajamos para a aldeia Lago da Praia para conversarmos com as lideranças a respeito do enfraquecimento de aspectos da nossa cultura, como os saberes referentes à tecelagem.

A reunião com as lideranças ocorreu no dia seguinte. A cacique sugeriu que nós acadêmicos deveríamos realizar um projeto para trabalhar conhecimentos sobre as artes, pois beneficiaria a aldeia em geral e também faria com que pessoas que já tinham perdido a prática da tecelagem voltassem a ter interesse pela cultura, além disso, poderia servir como uma fonte de renda para o povo. Após o diálogo com as lideranças, dirigimo-nos à escola para falar com a diretora e solicitar sua parceria. A diretora gostou muito da ideia de uma atividade voltada à fortificação da cultura local. Em seguida, planejamos conjuntamente um esboço de ação, por meio do estabelecimento de datas e de outros encaminhamentos.

Após as reflexões sobre o problema e a definição da ação com as lideranças, elaboramos um projeto de ação. Foi uma estratégia para trabalhar nosso aprendizado sobre o gênero projeto, assim como para exercitar a nossa prática de leitura e de escrita na universidade. Para isso, realizamos leituras a respeito de saberes tradicionais indígenas e de pesquisa-ação, as quais nos orientaram a fazer um trabalho de reflexão com nossos parentes sobre sermos agentes de transformação da nossa realidade.

2.1 Oficina de tecelagem em Lago da Praia

Em 20 de setembro de 2018, às 10h30, viajamos de Santarém com destino à aldeia Lago da Praia. Chegamos por volta das 14h00 e, novamente, procuramos as lideranças para falarmos a respeito da ação sobre a qual havíamos conversado anteriormente, planejada para o dia 22 do mesmo mês.

Porém, a coleta da matéria-prima já deveria ter seu início no dia seguinte. Assim, no dia 21, um pequeno grupo saiu pela mata para coletar *palha preta* e *palha de tucumanzeiro* (cf. foto 2).

Foto 2: Lizandra coletando matéria-prima para a oficina.



Fonte: Ruan Farias, setembro de 2018.

A guia e a tala de palha preta foram os materiais usados para tecer paneiros e a tala e a guia de tucumanzeiro para os tecidos menores, como: cestos, discos, ornamentos em forma de peixes, gregas e outras peças.

Em 22 de setembro, às 08h00, demos início à oficina. A programação começou com a fala da cacique Ligiane Tapajós Barbosa, que falou sobre a importância do artesanato para a aldeia. Logo depois, a diretora também expôs que os saberes tradicionais indígenas são de extrema importância para a escola, porque contribuem para o conhecimento dos alunos sobre sua cultura.

Após as reflexões, momento em que dialogamos sobre a prática de perpetuar os saberes do povo para as gerações mais jovens – caso contrário os mesmos podem cair aos poucos no esquecimento –, demos início à parte prática da nossa atividade, pela qual as crianças tinham maior interesse.

A senhora Romilda Corrêa, nossa professora tradicional, trabalhou as técnicas básicas sobre como tecer, mostrando o trançado passo a passo, conforme ilustram as fotos.

Fotos 3 e 4: anciã tecendo; crianças aprendendo a tecer.



Fonte: Ruan Farias, setembro de 2018.

Após a prática de ensinamento dos tecidos básicos, o professor José Inaldo Castro de Sousa trabalhou as técnicas de tecer paneiro de tala de palha preta. E, depois, os professores ensinaram a tecer chapeuzinho de palha de tucumã, gregas, peixes e japás.

No final da manhã, realizamos uma pausa para o almoço e retomamos as atividades às 14h00. As peças iniciadas foram finalizadas. Foi um momento de muito aprendizado, particularmente para as crianças, conforme mostram as fotos.

Fotos 5 e 6: professor repassando saberes; crianças aprendendo a tecer.



Fonte: Ruan Farias, setembro de 2018.

Por volta das 17h00, os participantes da atividade foram para suas casas e retornaram às 18h00 para uma noite cultural. Nesse momento expusemos as 48 peças

confeccionadas de palhas e de talas, como: abanos, paneiros, gregas, buquês, panacús, chapéus, jacarés, japás, esteira, peixe e cestas.

Fotos 7 e 8: produtos tecidos na oficina; participantes.



Fonte: Ruan Farias, setembro de 2018.

Além da exposição, festejamos a nossa cultura com um ritual e assistimos ao documentário “Índio Cidadão?” (2014), dirigido por Rodrigo Siqueira, que aborda a luta dos povos indígenas pela conquista e pela manutenção dos direitos garantidos pela legislação, mostrando depoimentos de lideranças de diversos grupos de todo o Brasil.

Após a exibição do documentário, conversamos sobre os nossos direitos como cidadãos brasileiros e, depois, fizemos uma avaliação sobre a oficina. Nessa oportunidade, agradecemos e falamos acerca da nossa satisfação em ter feito alguma ação em benefício da nossa aldeia, do nosso povo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresentou o relato de uma experiência voltada ao fortalecimento do artesanato tradicional do povo Jaraki de Lago da Praia. Trata-se do desenvolvimento de uma oficina de artes tradicionais, realizada em setembro de 2018 e planejada no âmbito do projeto “Fortalecimento das Práticas Artesanais do Povo Jaraki”, elaborado durante o período de Formação Básica Indígena com base na estratégia metodológica da *pesquisa-ação*.

De acordo com nossa avaliação, essa atividade foi realizada com sucesso. Tudo foi muito proveitoso, e todos os conhecimentos que almejávamos repassar foram repassados. Porém, não contamos com o público que esperávamos, nem todos os jovens da aldeia compareceram. Isso mostra que muito ainda precisa ser feito para que os comunitários percebam a importância dos nossos saberes e fazeres para o nosso fortalecimento enquanto povo indígena.

Agradecemos à anciã Romilda e ao professor de *notório saber* José Inaldo, que se dispuseram a repassar seus conhecimentos tradicionais, e também às demais pessoas que se fizeram presentes para obter esses aprendizados.

REFERÊNCIAS

PEREIRA, Jociane Vasconcelos. *Lago da Praia e sua situação atual*. 2018. [Artigo Trabalho de Aproveitamento da disciplina Língua Portuguesa I e II – não publicado].

MEDEIROS, Thais Helena. *Artesanias em palha de tucumã e memória: tecendo territorialidade e relações socioculturais*. Revista Somanlu, ano 12, n. 2, jul./dez. 2012.

VAZ, Florêncio. *A emergência étnica de povos indígenas no Baixo Tapajós, Amazônia*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. 2010.

3. TRANÇANDO SABERES: AÇÕES EM PROL DAS ARTES MUNDURUKU CARA PRETA DE ESCRIVÃO

Douglas Cavalcante de Almeida¹

RESUMO: Relato neste texto o desenvolvimento de uma oficina de teçumes indígenas, realizada no âmbito do projeto de ação *Trançando Saberes: ações em prol das artes Munduruku Cara Preta*, na aldeia/comunidade Escrivão, situada no estado do Pará. A oficina teve como objetivo fortalecer a arte do teçume Munduruku, ainda presente na memória e no cotidiano das pessoas mais antigas da aldeia, proporcionando aos mais jovens do povo as técnicas de confeccionar utensílios de utilidade diária. Trata-se de uma estratégia para incentivar a manutenção das práticas culturais Munduruku para que não caem em desuso ou até mesmo desaparecer.

PALAVRAS-CHAVE: arte indígena; fortalecimento cultural; Munduruku Cara Preta; Escrivão/PA.

INTRODUÇÃO

O projeto “Trançando Saberes: ações em prol das artes Munduruku Cara Preta” foi um desafio que nos foi lançado, isso é, fomos desafiados a elaborar e desenvolver projetos de ação nas comunidades com o propósito de despertar em nós, discentes indígenas, o compromisso social com nossos lugares de origem, a partir da implementação de projetos que respondam a problemas que enfrentamos.

Após o levantamento de questões-problema, elaborei, no âmbito das disciplinas “Introdução à Metodologia Científica” e “Elaboração de Projetos”, sob a orientação da professora Denize de S. Carneiro e com o auxílio da monitora Tapuia Crislaine S. Castro, um projeto voltado ao fortalecimento do nosso artesanato, ou seja, uma proposta que pudesse repassar saberes tradicionais referentes às artes de tecer utensílios usados na produção da farinha – como peneira, paneiro e *tipiti* –, junto aos jovens do povo Munduruku de Escrivão/PA, como forma de proporcionar a valorização cultural e, quem sabe, de torná-las uma fonte de renda para as famílias dos participantes que desejassem comercializar tais produtos.

¹Indígena Munduruku Cara Preta. Graduando do curso de Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: douglasalmeida.stm@gmail.com.

Vimos que, assim como há diversidade de povos indígenas no Brasil, há também uma diversidade de artes indígenas, as quais se manifestam por meio de cuias, cestos, cabaças, redes, remos, flechas, bancos, máscaras, esculturas, cocares, paneiros, peneiras e, especialmente, produtos com diversos trançados de cipó e de palha país afora. Esse artesanato, conforme fala Ribeiro (2014), além de bonito, representa e identifica a cultura de um povo, porém muitas dessas artes se encontram enfraquecidas e, em alguns casos, correm o risco de desaparecer, pois os mais idosos dos povos que ainda conhecem as técnicas dos teçumes estão falecendo, daí a necessidade de realizarmos ações que fortaleçam tais saberes.

Em nosso caso, as técnicas sobre os teçumes do *tipiti*, paneiro e peneira foram ensinadas pelas pessoas mais velhas da aldeia Escrivão. Foi uma estratégia importante, pois promoveu a interação entre as gerações de idosos e de jovens, valorizando os mais velhos e motivando os mais jovens quanto à realização de atividades que se referem à cultura dos Munduruku Cara Preta.

Esse trabalho ocorreu na aldeia Escrivão, em setembro de 2018, em forma de oficina, e foi desenvolvido em algumas etapas: houve o repasse de conhecimentos sobre a coleta e a preparação da matéria-prima, também sobre a arte do teçume das peças artesanais mencionadas, bem como a exposição das peças confeccionadas, conforme apresentaremos no tópico 2 deste relato de experiência.

1 ALDEIA/COMUNIDADE ESCRIVÃO

A aldeia/comunidade² Escrivão está localizada na margem esquerda do baixo rio Tapajós, no município de Aveiro, no estado do Pará (cf. mapa anexo).

Escrivão é chamada de aldeia/comunidade por comportar, em seu território, indígenas e não indígenas. São 40 famílias que somam uma população de 260 pessoas. Destas, 191 se autoafirmam indígenas da etnia Munduruku Cara Preta e 109 dizem não ser indígenas (informações obtidas na aldeia).

O povo Munduruku Cara Preta vive nesse lugar antes mesmo de Escrivão ser chamada por esse nome. De acordo com nossos velhos, antes do movimento *Cabanagem*, Escrivão era chamada de *Taperinha*, um nome indígena. A mudança para o nome Escrivão ocorreu em função da presença portuguesa na região. Dizem que, em

² A referência *aldeia/comunidade* se deve ao fato de Escrivão ser habitada por indígenas e não indígenas. A parte do local habitada por indígenas é denominada de aldeia e a habitada por não indígenas é chamada de comunidade.

uma das caravanas dos portugueses pelo rio Tapajós, faleceu um senhor que relatava tudo o que acontecia na navegação, ou seja, era um escrivão, e o mesmo foi jogado na ponta da praia de Taperinha. Sua morte ficou muito conhecida nas comunidades da região, o que fez com que as pessoas mais antigas começassem a chamar nossa aldeia pela denominação de Escrivão, assim chamada até os dias de hoje.

Como consequência do projeto colonizador português, os Munduruku Cara Preta e os demais Munduruku da região do baixo Tapajós já não mais falam a língua Munduruku, são monolíngues em Português. Apesar de algumas ações de aprendizagem do Munduruku na escola municipal da aldeia, tal língua ainda não exerce função comunicativa entre nós, mas é um desejo da comunidade que aprendamos a língua dos nossos ancestrais.

Além da língua que deixou de ser falada há muito tempo, observamos que outros saberes do nosso povo também estão sendo deixados de lado – sobretudo pelas gerações mais jovens –, como é o caso dos conhecimentos sobre o *teçume*, o que, como já exposto, levou-me a desenvolver esse projeto, cujas ações relato a seguir.

2 RELATO DAS ATIVIDADES EM PROL DO ARTESANATO MUNDURUKU CARA PRETA DE ESCRIVÃO

As atividades realizadas no âmbito do projeto “Trançando Saberes: ações em prol das artes Munduruku Cara Preta” tiveram como objetivo promover a valorização dos saberes tradicionais indígenas, referentes às artes de tecer utensílios utilizados na produção de farinha, junto aos jovens do povo Munduruku Cara Preta de Escrivão.

Para tanto, planejamos a realização de oficinas de artes tradicionais de acordo com os seguintes procedimentos: (a) levantamento da questão-problema; (b) definição de ações com a participação das lideranças; (c) planejamento das atividades; (d) realização de oficina na aldeia.

Os dois primeiros procedimentos ocorreram em maio de 2018, em diálogo com as lideranças; o planejamento das atividades ocorreu de junho a agosto de 2018, no âmbito da disciplina “Introdução à Metodologia Científica”; já a realização da oficina ocorreu no recesso universitário, em setembro do mesmo ano, momento em que pude viajar para a aldeia.

A oficina foi desenvolvida em quatro etapas: organização da mesma na chegada em Escrivão; coleta da matéria-prima; oficina de tecelagem; e exposição das peças artesanais confeccionadas.

2.1 Etapa I: organização da oficina ao chegar em Escrivão

Ao chegar a Escrivão, reunimo-nos com a cacique e tomamos medidas práticas de organização da oficina, seguindo o planejamento previamente elaborado no projeto: divulgação da atividade na Escola Indígena³ *Boditida Eyp Oce Eyxi* (que significa *Buriti Terra nossa mãe* em Munduruku) e solicitação de parceria com a comunidade escolar; realização de convites aos artesãos que obtêm a prática da tecelagem; e planejamento da extração de matéria-prima.

Foto 1: Escola Indígena *Boditida Eyp Oce Eyxi*.



Fonte: Marlisson Mundurku, em 15/09/2017.

2.2 Etapa II: coleta da matéria-prima

Para a coleta e a preparação da matéria-prima, formamos (eu e alguns amigos) grupos liderados por pessoas mais experientes, que, no dia 16 de setembro de 2018, foram extrair da mata os seguintes materiais: talas do braço da abacabeira, em sua fase de crescimento, para o teçume do *tipiti*; e talas do braço do buritizeiro e do caranzeiro, árvores que ficam geralmente localizadas em igarapés,

³ Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Indígena. Conta com aproximadamente 51 alunos regularmente matriculados.

para tecer o paneiro. Além disso, foi coletado o peito da palha preta. Tais coletas foram feitas com terçados emprestados pelos comunitários para esse serviço.

Essa extração fazia parte da oficina, então, os sábios já foram trabalhando os conhecimentos tradicionais, como, por exemplo, o respeito à mãe natureza, pedindo licença para utilizar o material e também respeitando o conhecimento dos mais antigos, que diz: “não se pode cortar a abacabeira até chegar na guia, que ela morre”; “é necessário [ter] técnica para tirá-la”; “precisa ser com muito cuidado, caso contrário irá rachar a tala ao limpá-la”.

As fotos abaixo ilustram essa etapa.

Fotos 2 e 3: coleta da matéria-prima para a tecelagem.



Fonte: Douglas Almeida, em 16/09/2018.

2.3 Etapa III: oficina de tecelagem

Na terceira etapa (17 de setembro de 2018), ocorreu o repasse de conhecimento sobre a arte de tecer *tipiti* e *paneiro* aos jovens, em forma de oficina, nas dependências da Escola Boiditida Eyp Oce Eyxi, com a participação de 48 pessoas – entre jovens e crianças – da aldeia.

A atividade teve início às 08h00, com um ritual indígena de agradecimento à mãe terra, como de costume nas conquistas na aldeia. Não seria diferente na realização deste projeto, realizado sob minha coordenação, com o apoio ativo da cacique Adjanildes Cardoso Pereira.

As fotos a seguir mostram momentos do ritual.

Fotos 4 e 5: ritual de agradecimento à mãe terra.



Fonte: Odaciane de Sousa, em 17/09/2018.

Após o ritual de agradecimento, formamos dois grupos, sendo um constituído por crianças e outro por jovens.

O grupo das crianças ficou sob a orientação das artesãs Iralice Cardoso Marques, Adjanildes Cardoso Pereira e Joana Margarida Cardoso, que fizeram o repasse das técnicas precisas para a fabricação do paneiro.

Inicialmente, mostraram como se faz a limpeza da tala do caranzeiro, utilizando facas para melhor prepará-la, deixando-a macia e mais fácil de manobrá-la. Em seguida, conforme as suas orientações, iniciou-se o trabalho com a arte de tecer, pois, conforme explica Hussak (2016), para que haja aprendizado, é necessário que os jovens recebam instruções e observem a forma de fazer dos parentes mais velhos.

Fotos 6 e 7: tecelagem do paneiro.



Fonte: Odaciane de Sousa, em 17/09/2018.

Já o grupo (dos jovens) ficou sob a orientação do artesão Lúcio Cordovil, especialista na arte de tecer *tipiti*. Lucio trabalhou as técnicas passo a passo, da limpeza à tecelagem:

Limpeza: a limpeza da tala do braço da abacabeira se deu com a utilização de facas. Tal limpeza consiste na raspagem das talas para deixá-las bem flexíveis e facilitar o manuseio no processo da tecelagem.

Quantidade de material: Lúcio explicou que a quantidade de talas para tecer o *tipiti* são: 8 pares de 3, sendo 24 de cada lado e somando um total de 48 talas.

Tecelagem: o artesão explicou que é preciso o máximo de atenção e de cautela, pois, no início, é preciso colocar as talas uma em cima da outra, com dois palmos na ponta para fazer a cabeça, como mostram as fotos seguir:

Fotos 8 e 9: tecelagem do *tipiti*.



Fonte: Odaciane de Sousa, em 17/09/2018.

O professor de tecelagem Lúcio, em seu trabalho com os jovens, repassou a eles muitas técnicas e ficou muito agradecido pela oportunidade. A fala dele abaixo ilustra suas orientações:

Muitas pessoas dizem que o teçume do *tipiti* pode ser feito de qualquer forma, ou seja, uma tala por baixo, outra por cima, mas não. O *tipiti* só dá certo se for o tempo todo por cima de três talas, para que não dê errado na esteira (LUCIO MUNDURUKU, 17/09/2018).

2.4 Etapa IV: exposição das peças artesanais tecidas e avaliação das atividades

As orientações sobre a tecelagem dos artesanatos se deram na parte da manhã do dia 17 de setembro de 2018. Na tarde desse mesmo dia, ocorreu a exposição dos artesanatos confeccionados.

Infelizmente, não será possível mostrar esse momento com fotos, pois as mesmas foram extraviadas. Porém, as falas dos participantes expressaram que estamos de parabéns pelo trabalho e pela iniciativa, alegando que a aldeia necessitava de ações dessa natureza, que colaboram para o fortalecimento dos saberes tradicionais Munduruku.

Além disso, parabenizaram a organização das atividades. A cacique Adjanildes disse que a divulgação foi muito boa e a parceria com a Escola Indígena também. Disse ainda que o tema sobre o fortalecimento dos conhecimentos sobre o *teçume*, junto aos jovens, foi muito importante e que ficou muito orgulhosa por um aluno indígena universitário ter dado retorno à aldeia por meio de um trabalho como esse.

PALAVRAS FINAIS

O projeto “Trançando Saberes: ações em prol das artes Munduruku Cara Preta” foi criado com os propósitos de promover ações práticas sobre a arte de tecer utensílios usados para fazer farinha, bem como de proporcionar aos jovens indígenas de Escrivão reflexões sobre a importância de os saberes tradicionais do nosso povo continuarem presentes para as futuras gerações.

Buscamos alcançar tais objetivos por meio de uma oficina, que nos proporcionou mergulhar um pouco na nossa cultura e valorizar os conhecimentos dos mais velhos. Esse trabalho deixou evidente a necessidade de fortalecimento da cultura indígena, pois vimos como os saberes sobre a tecelagem estão sendo deixados de lado, chegando a faltar utensílios usados no cotidiano da aldeia, como o paneiro, em diversas comunidades.

Na avaliação da oficina, a aldeia solicitou que déssemos continuidade a esse tipo de ação, para que outras técnicas de tecelagem pudessem ser repassadas aos jovens e às crianças. De fato, esse aprendizado, além de mobilizar a comunidade a fazer algo pela cultura de forma autônoma, pode contribuir também com a renda daqueles que desejam comercializar os referidos produtos.

Em função disso, e devido à colaboração ativa da aldeia, acreditamos que nossos propósitos foram alcançados. Portanto, gostaria de deixar registrado aqui alguns agradecimentos especiais: à cacique Adjanildes Cardoso Pereira, que deu todo o apoio para a realização da oficina; à Escola Indígena Bодitida Eyp Oce Eyxi, pela parceria, pela disponibilização do local e pela contribuição do corpo docente em tudo o que foi necessário; aos sábios Munduruku, artesãos da oficina, pelos conhecimentos repassados e pela paciência em fazer esse trabalho com carinho e boa vontade; às crianças e aos jovens da aldeia, por embarcarem conosco nesse processo de valorização da cultura Munduruku Cara Preta; à professora Denize Carneiro, pela orientação na elaboração do projeto e desse relato, por meio dos quais amadureci muito academicamente; à Crislaine Tapuia, também pelo auxílio na elaboração desse projeto. E a todos que desejam que nossa cultura indígena se mantenha viva.

REFERÊNCIAS

BATISTA; Marcio Gean Cardoso. et al. *Projeto Grafismo indígena*. Santarém, 2017 (Trabalho de disciplina não publicado).

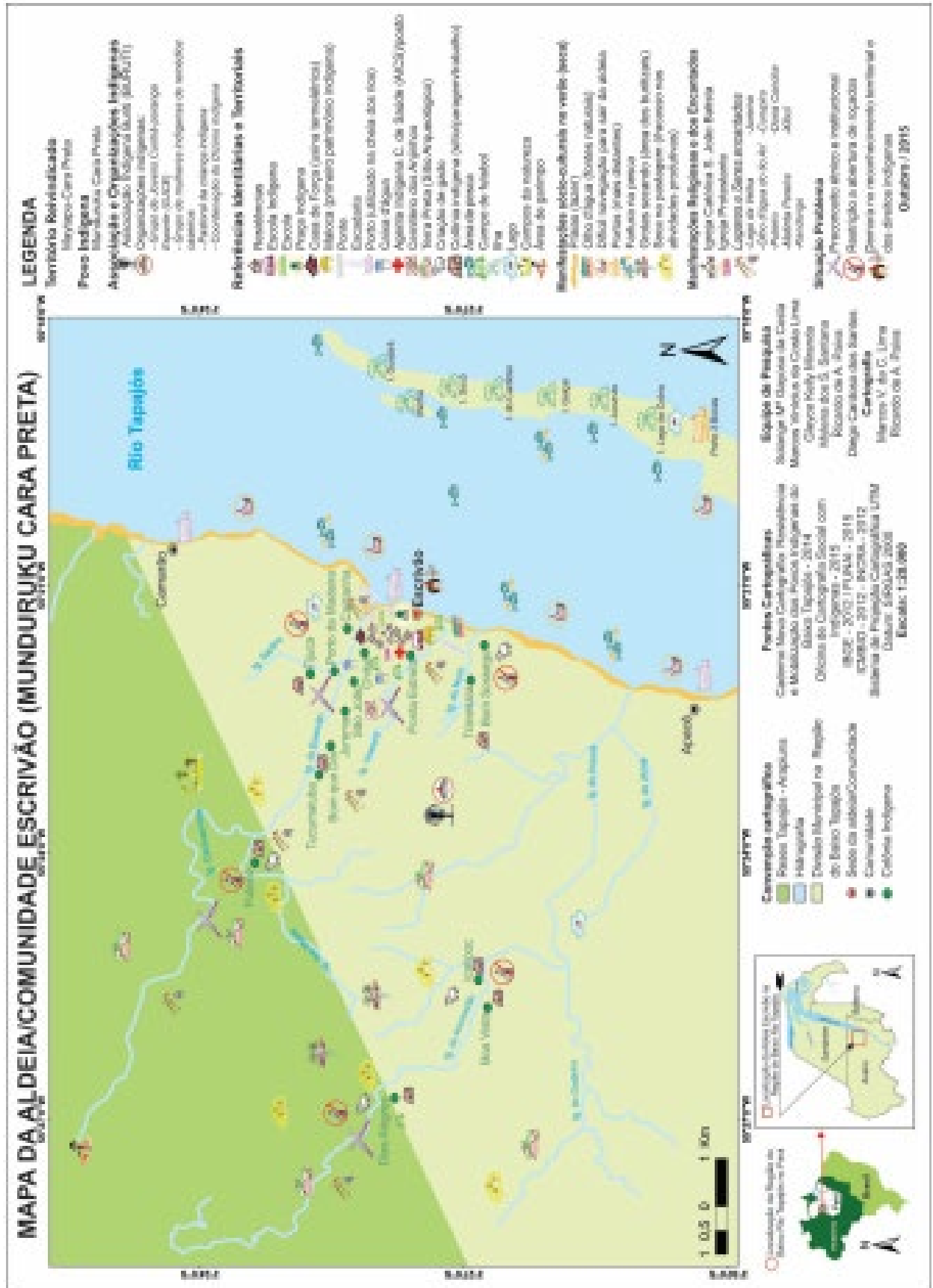
BALLIVIÁN, J. M. P. et al. *Tecendo relações além da aldeia: artesãos indígenas em cidades da Região Sul*. São Leopoldo: Oikos/COMIN, 2014.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. O traçado e a tecelagem. Disponível em: <http://artedosindigenas.blogspot.com/2012/06/o-trancado-e-tecelagem-os-trancados.html>. Acesso em: 24 de agosto de 2018.

HUSSAK, V. V. et al. *Manivas aturás beijus: o Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro: Patrimônio Cultural do Brasil*. 1ª ed. Santa Isabel do Rio Negro, 2016.

MARASCIULO, M. et al. *Tecume, ou como criar um negócio em que ribeirinhas na Amazônia vendem artigos para o mundo fashion*, Manaus, Amazonas, Brasil. Disponível em: <https://projetodraft.com/tag/tecume/>. Acesso em: 03 de junho de 2017.

ANEXO 01: MAPA DA ALDEIA ESCRIVÃO



Fonte: <http://novacartografiasocial.com/fasciculos/mapeamento-social-dos-povos-e-comunidades-tradicionais-do-rio-tapajós/>

4. JOIA KUMARUARA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA EM VISTA ALEGRE

Jéssica Katillen Sousa Alves¹

RESUMO: Este texto tem a finalidade de apresentar o desenvolvimento de uma oficina, atividade do projeto *Joia Kumaruara*, implementado na aldeia Vista Alegre do Capixauã, situada na margem esquerda do baixo rio Tapajós/PA. Com o objetivo de fortalecer e de valorizar a cultura indígena, por meio da produção de artesanato confeccionado com sementes, trabalhamos técnicas da arte de tecer adornos para o corpo. Com as sementes *lágrima de nossa senhora, tento, olho de boi*, entremeadas com miçangas e outros recursos industrializados, usamos a nossa imaginação para confeccionar 49 peças, entre colares, pulseiras e brincos. Nossa programação contou, além da oficina, com a exposição do artesanato produzido a turistas e com uma noite cultural, na qual algumas *cunhãitá puranga* (moças bonitas, em *Nheengatu*) desfilaram com as peças para compartilhar aos comunitários o resultado das atividades. Consideramos que o objetivo do nosso projeto foi alcançado com êxito e os participantes se sentiram satisfeitos e motivados a adotar a confecção de artesanato com sementes como fonte de renda para as suas famílias.

PALAVRAS-CHAVE: artesanato com sementes; valorização da cultura Kumaruara; aldeia Vista Alegre/PA.

INTRODUÇÃO

Quando os portugueses chegaram ao Brasil, havia mais de 1.000 povos indígenas com rica diversidade cultural e linguística. Devido ao contato com a cultura ocidental e às políticas colonizadoras, muitos costumes, hábitos e ritos foram impostos aos indígenas, como: modos de se vestir, de morar, de professar sua fé, dentre outros.

Acreditava-se que os indígenas não eram civilizados e, para que assim se tornassem, deveriam deixar de lado suas línguas e suas práticas socioculturais (organização social, crença, trajes, alimentação, etc.). Nesse processo, nossos antepassados passaram por um processo de "esquecimento cultural", no qual eram obrigados a deixar de ser quem eram para se transformar em pessoas totalmente diferentes, pois se não obedecessem seriam mortos ou duramente punidos.

Passados mais de 500 anos, sentimos o quanto o projeto colonizador nos afetou, causando muitos danos. Muitos dos saberes indígenas foram de fato esquecidos ou

¹ Indígena do povo Kumaruara. Graduanda do Curso de Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: jessk.kat@gmail.com

estão em processo de enfraquecimento. Porém, graças a nossa resistência, nem tudo se perdeu e estamos lutando para preservá-los. É nesse contexto que surgiu o projeto "Joia Kumaruara". Trata-se de uma intervenção com o objetivo de fortalecer os saberes das artes tradicionais Kumaruara junto aos jovens e aos adultos da Vista Alegre do Capixauã/PA.

Os saberes que pretendemos fortalecer são aqueles dos adornos para o corpo, como brincos, colares e pulseiras. Assim, a partir de oficinas, trabalhamos a arte de produzir "joias" confeccionadas com as sementes presentes na nossa floresta, pois são riquezas naturais acessíveis e "mimos" da natureza para nós, são elas: lágrimas de nossa senhora, tento e olho de boi.

Mediante o exposto, o objetivo deste texto é relatar a experiência de realização das atividades em Vista Alegre, planejadas no projeto "Joia Kumaruara", no mês de outubro de 2018. Para a elaboração do mesmo, inicialmente, fizemos um levantamento junto às lideranças para verificar qual atividade os comunitários da aldeia tinham interesse que desenvolvêssemos. Após a definição do tema e das ações, partimos para a leitura de textos que nos orientassem em relação ao assunto, ao planejamento e à escrita desse projeto.

1 ALDEIA VISTA ALEGRE DO CAPIXAUÃ

Vista Alegre do Capixauã é uma aldeia situada na margem esquerda do baixo rio Tapajós, na Reserva Extrativista Tapajós/Arapiuns (RESEX), município de Santarém, estado do Pará.

Foi fundada em 12 de fevereiro de 1987. Antes, porém, esse lugar se chamava *Bela Vista*. Segundo relatos dos comunitários, esse nome foi modificado para *Vista Alegre* em função de um grupo de jovens, que havia na época, muito animados, alegres e dispostos a ajudar em tudo. Além disso, os moradores dizem que o nome da escola e da igreja, Nossa Senhora de Lourdes, é em homenagem à primeira moradora, uma senhora que se chamava Lourdes.

A comunidade ganhou *status* de aldeia apenas em 2011, quando os comunitários se autoafirmaram indígenas do povo Kumaruara, cujos ancestrais, conforme o povo se recorda, eram falantes da língua *Nheengatu*.

Para os antigos moradores, o nome Kumaruara deve-se à grande quantidade de árvores de cumaruzeiro que havia naquela região. Assim, a denominação da etnia

tem sua origem na língua *Nheengatu*: **-kumaru** “espécie de árvore” + **ara** “origem”, formando *Kumaruara*, o que significa que o povo dessa etnia é forte e resistente, assim como a árvore do cumarú.

Atualmente, Vista Alegre conta com aproximadamente 24 famílias e 98 pessoas, lideradas por cacique, tuxaua, pajé e conselho escolar².

Apresentamos a seguir o relato referente à oficina da arte de produzir ornamentos para o corpo, com base nos saberes do nosso povo.

2 JOIA KUMARUARA: UMA EXPERIÊNCIA NA ALDEIA VISTA ALEGRE

Com a finalidade de fortalecer e de valorizar a cultura indígena, por meio da produção de artesanato confeccionado com sementes, de despertar a importância do artesanato indígena e de incentivar a comunidade a adotar a confecção desse tipo de artesanato como fonte de renda para as famílias, realizamos nos dias 20 e 21 de setembro de 2018, com a participação de 46 pessoas, a primeira oficina no âmbito do projeto "Joia Kumaruara".

Essa ação contou com várias etapas, a saber: (a) planejamento da atividade a partir do gênero *projeto de ação* (elaboração do projeto, criação e escolha de modelos de colares); (b) coleta e preparação da matéria-prima; (c) apresentação do projeto e ritual de abertura dos trabalhos; (d) realização da oficina da arte de confeccionar colares, pulseiras e brincos; (e) exposição das peças produzidas e finalização da oficina.

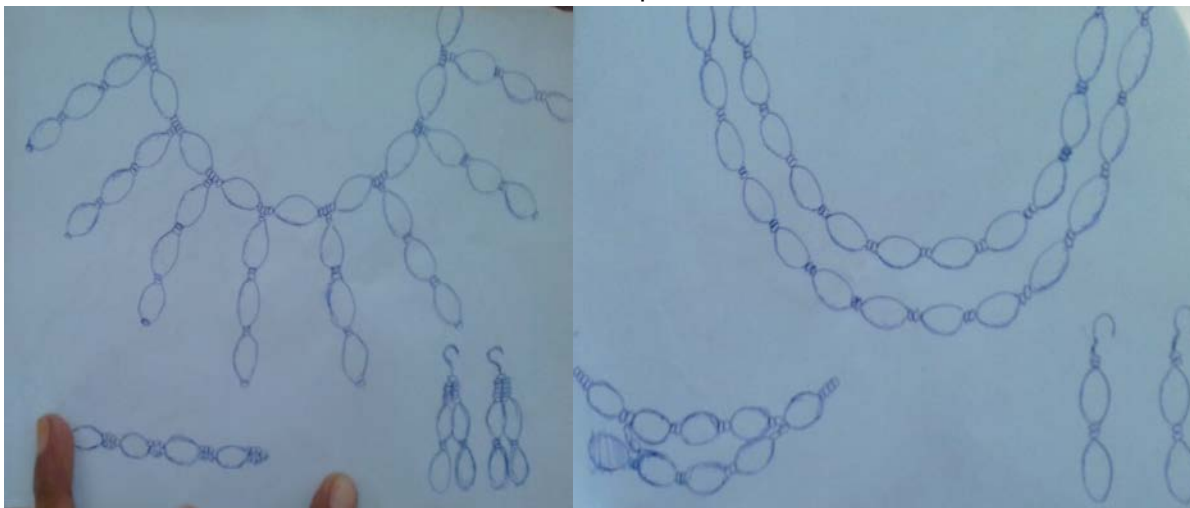
2.1 Planejamento da atividade a partir do gênero projeto de ação (elaboração do projeto, criação e escolha de modelos de colares)

O projeto "Joia Kumaruara" surgiu com o objetivo de valorizar a cultura indígena por meio do artesanato. Considerando que, em nosso território, existe grande quantidade de espécies de sementes que, até então, não apresentavam utilidade aos comunitários, decidimos – eu, Jéssica Sousa, juntamente com as lideranças da aldeia – que seria importante realizar uma ação para ensinar e/ou aperfeiçoar a forma de confeccionar colares, pulseiras e brincos, visto que, pensando para além dos aspectos culturais indígenas, essa atividade poderia ser uma fonte de renda para as famílias, uma vez que recebemos turistas de vários lugares do mundo, ao longo do ano.

² Informação oral apresentada pela cacique da aldeia, em julho de 2018.

Também é uma forma de se obter renda sem prejudicar a natureza. Assim sendo, planejamos a nossa primeira atividade, uma oficina, que começou com a definição de modelos dos adornos. Foram criados e desenhados alguns exemplares de colares, conforme ilustram as fotos 1 e 2 abaixo.

Fotos 1 e 2: modelos de colares e de brincos criados por Jéssica Kumaruara.



Fonte: Acadêmica Jéssica Kumaruara, em 20/09/2018.

2.2 Coleta e preparação da matéria-prima: sementes presentes na Amazônia

Definidos os modelos das peças a serem confeccionadas, partimos para a organização dos materiais necessários.

As sementes definidas para serem usadas na oficina foram: (1) sementes *lágrimas de nossa senhora*, colhidas nos quintais das casas dos comunitários, pois são plantas domésticas; (2) sementes *olho de boi*, colhidas nas praias da aldeia, pois suas árvores só nascem em lugares úmidos; (3) sementes de *tento*, colhidas na comunidade de Suruacá, pois nesse período estavam em falta em Vista Alegre.

Esse material foi colhido e preparado alguns dias antes da oficina, com o objetivo de se ganhar tempo e agilizar a confecção das peças, com foco nos acabamentos. Parte das sementes foi coletada e limpa por mim. Outra parte foi colhida pelos participantes. Além das sementes, foram comprados alguns materiais industrializados, necessários para a confecção, tais como: linha de silicone; fecho para pulseira; gancho para brincos; linha náilon nº 0,25 e 0,30; brocas para furadeira nº 0,7; linha encerada; miçangas; e depósito para colocar miçangas.

As fotos, a seguir, mostram os materiais usados.

Fotos 3 a 6: colheita das sementes e demais materiais usados.



Fonte: Acadêmica Jéssica Kumaruara, em 20/09/2018.

2.3 Apresentação do projeto e ritual de abertura dos trabalhos

O encontro com os participantes da oficina teve início às 08h00 do dia 20 de setembro de 2018, com uma fala de boas-vindas aos presentes. Em seguida, foi feita a apresentação do projeto “Joia Kumaruara” pela acadêmica Jéssica Sousa, seguida das falas das seguintes lideranças: Irenilse Batista Sousa (cacique) e Kenned Colares Lima (diretor da escola Nossa Senhora de Lourdes). E, seguindo nossa tradição, foi feito o ritual de agradecimento a Deus Tupã. Nessa oportunidade, pedimos a ele incentivo, força e saúde ao nosso povo.

A foto abaixo ilustra esse momento do ritual.

Foto 7: ritual de abertura.



Fonte: Acadêmica Jéssica Kumaruara, em 20/09/2018.

2.4 Realização da oficina da arte de confeccionar colares, pulseiras e brincos

Após o ritual, foram iniciados os trabalhos da oficina, que ocorreu embaixo das mangueiras, em local próximo à praia em frente à aldeia, pois a maloca estava em reforma.

A oficina não seguiu a ordem prevista no cronograma de atividades para a confecção dos artesanatos, apenas seguiu os horários. Isso se deu devido a um pedido das lideranças no início da programação, isso é, de que a atividade fosse feita de forma aleatória. Naquele dia, a aldeia estava recebendo visitantes, por isso, pediram-nos para agilizar as confecções, para que pudéssemos fazer sua exposição e vendê-las aos turistas. E assim foi feito. Um grupo de pessoas fazia a furação das sementes manualmente, outro com a furadeira, e um grupo maior já trabalhava na confecção dos colares, dos brincos e das pulseiras, produzindo de acordo com sua criatividade. Assim, dos modelos criados previamente, apenas dois foram tecidos.

Fotos 8 e 9: confecção de colares, pulseiras e brincos; colar pronto.



Fonte: Acadêmica Jéssica Kumaruara, em 20/09/2018.

Fotos 10, 11 e 12: confecção dos colares; colar pronto.



Fonte: Acadêmica Jéssica Kumaruara, em 20/09/2018.

A oficina foi planejada apenas para o primeiro dia, mas os participantes estavam tão contentes e entusiasmados que pediram que continuássemos no dia

seguinte pela manhã. E assim ocorreu. Iniciamos os trabalhos às 08h00, no mesmo local, já com a confecção de mais colares, brincos e pulseiras.

Fotos 13, 14 e 15: peças artesanais feitas com sementes e miçangas.



Fonte: Acadêmica Jéssica Kumaruara, em 21/09/2018.

A confecção das peças artesanais foi encerrada às 11h00. Em seguida, demos início à organização da noite cultural.

2.5 Exposição das peças produzidas e finalização da oficina

Houve duas exposições, uma para os visitantes/turistas e outra para os comunitários da aldeia. Para os visitantes, teve apresentação de carimbó, com os alunos da escola Nossa Senhora de Lourdes, e exposição das peças produzidas na oficina e de outros artesanatos que já haviam sido confeccionados por artesãos da aldeia.

Foto 16: dança do carimbó aos turistas.



Fonte: Cacique Irenilse Batista, em 21/09/2018.

Foto 17: exposição do artesanato aos turistas.



Fonte: Jéssica Kumaruara, em 21/09/2018.

Dentre os artesanatos produzidos, 6 joias foram vendidas aos turistas: 2 colares, 2 pulseiras e 2 pares de brincos (conforme mostram as fotos 18 e 20 abaixo). Com essa venda apuramos o valor de 75,00.

Fotos 18 a 20: exposição e venda do artesanato aos turistas.



Fonte: Jéssica Kumaruara, em 21/09/2018.

A exposição e a noite cultural para os comunitários ocorreram no segundo dia de oficina, em 21 de setembro de 2018. A abertura deu-se com as boas-vindas ao público presente e, em seguida, houve a apresentação de vários números artísticos – *ritual kumaruara* (cf. foto 21) e músicas em *Nheengatu* (cf. fotos 22 e 23) – e a dramatização de narrativas populares (cf. fotos 24, 25 e 26): “O menino corajoso”, organizada pelo professor Euclides Cerdeira Melo, e a história do “Curupira”, organizada pelos estudantes da aldeia.

Foto 21: ritual kumaruara.



Fonte: Elda Batista, em 21/09/2018.

Fotos 22 e 23: cantos em língua *nheengatu*.



Fonte: Jéssica Kumaruara, em 21/09/2018.

Fotos 24 a 26: dramatização de narrativas populares.



Fonte: Jéssica Kumaruara, em 21/09/2018.

Após a apresentação dos números artísticos, houve a exposição e o desfile das *cunhãitá puranga* (moças bonitas), usando as jóias kumaruaras confeccionadas durante a oficina (cf. foto 27).

Foto 27: desfile com joia kumaruara.



Fonte: Jéssica Kumaruara, em 21/09/2018.

Após essa programação, a oficina foi encerrada com os agradecimentos finais da cacique Irenilse Batista e com os meus, Jéssica Sousa, acadêmica proponente e implementadora dessa atividade.

2.6 Avaliação da atividade

As atividades do projeto “Joia Kumaruara” foram avaliadas como sendo de grande importância para os comunitários. Veremos aqui as opiniões de alguns participantes que ilustram tal relevância.

Gostaria que esse tipo de projeto, oficina, fosse frequente na aldeia, para que possamos aperfeiçoar nossos artesanatos, pois vivemos de turismo. É a base comunitária. Vendemos muitos artesanatos para os turistas que vêm de todo Brasil e exterior. (Participante 1)

[Foi importante] porque resgata a cultura dos nossos antepassados, que dá continuidade à nossa tradição. Além disso, ajuda no ponto de vista econômico dos aldeados com a fabricação dos artesanatos. (Participante 2)

Gostei porque traz mais conhecimento, resgata nossa cultura, aperfeiçoando o trabalho das nossas artesãs. Que as pessoas cada vez mais possam dar valor às oficinas que são trabalhadas na aldeia. (Participante 3)

Foi muito boa essa oficina porque nos incentiva a fazer os artesanatos. E para vender para os turistas que visitam a nossa aldeia. É muito importante porque nos ensina a fazer os colares, brincos, pulseiras com as sementes que a gente colhe e planta no nosso quintal. Gostei porque a gente usou coisas

naturais da nossa terra e fizemos os artesanatos e ainda vendemos para os turistas. (Participante 9)

De acordo com esses trechos de fala, os comunitários consideraram a ação importante por valorizar a cultura indígena e para aperfeiçoar o trabalho que já existe na aldeia, pois levou mais conhecimentos aos artesãos, que se sentiram motivados. Também para colaborar com a renda das famílias, com a venda do artesanato produzido aos turistas.

Todos gostaram muito de fabricar os artesanatos e acharam as peças produzidas muito bonitas quando prontas. E solicitaram que as ações do projeto continuem, conforme ilustra mais um trecho de fala.

O artesanato com sementes ficou muito bonito. Que essa oficina possa ser repetida, pois nos incentiva a confeccionar e nos ensina a valorizar as sementes que temos em nossa aldeia. (Participante 10)

Essa avaliação mostra que o projeto alcançou seu objetivo principal, o de promover a valorização da cultura indígena, por meio do artesanato confeccionado com sementes, e despertou no povo o desejo de confeccionar artesanato, valorizando a matéria-prima presente na aldeia.

PALAVRAS FINAIS

Este relato de experiência teve o objetivo de apresentar o desenvolvimento de uma atividade realizada no âmbito do projeto “Joia Kumaruara”, na aldeia Vista Alegre do Capixauã, em setembro de 2018.

Essa ação teve como objetivo fortalecer e valorizar a cultura indígena, utilizando, como estratégia, a arte de confeccionar peças artesanais para o corpo com sementes. Consideramos que esse objetivo foi alcançado com êxito, já que a oficina foi realizada, gerando 49 peças, dentre elas: 16 colares, 15 pulseiras e 18 pares de brincos.

Para os participantes, conforme já exposto no tópico “avaliação” acima, a oficina foi muito importante, porque não só fortaleceu os saberes indígenas, mas também proporcionou um espaço para a troca de saberes, em que artesãs, conhecedoras das técnicas de fazer joias com sementes, repassaram seus conhecimentos acerca do uso das sementes que caem no solo da aldeia e que não eram devidamente aproveitadas. A atividade também foi relevante por motivar os

indígenas a encontrar novas formas de subsistência, utilizando matérias-primas da nossa região, de forma autônoma, mostrando para a comunidade que a confecção de artesanato pode ser uma fonte de renda para as famílias.

Agradeço a Deus Tupã por ter nos concedido força, foco, disposição e determinação para implementar esse projeto. Agradeço aos comunitários que se empenharam em colaborar com essa atividade, pois sem eles não seria possível a sua realização. Agradeço às lideranças: a cacique Irenilse Batista de Sousa e o diretor escolar Kenned Colares Lima, por todo o apoio. Agradeço à minha querida professora e orientadora Denize de Souza Carneiro e a todos que cooperaram de alguma forma para que essa atividade fosse efetuada com sucesso.

REFERÊNCIAS

O ARTESANATO E A SUA IMPORTÂNCIA NA ECONOMIA E NA CULTURA BRASILEIRA. Disponível em: <<https://www.webartigos.com/artigos/o-artesanato-e-a-sua-importancia-na-economia-e-na-cultura-brasileira/15399/#ixzz5ONjZ0vZn>>. Acesso em: junho de 2018.

REDE DE SEMENTES DO XINGÚ. *Tento olho de cabra*. Disponível em: <<http://sementesdoxingu.org.br/site/sementes/tento-olho-de-cabra/>>. Acesso em: junho de 2018.

PORTAL MEDICINARES – AROMÁTICAS – CONDIMENTARES. *Lagrima de nossa senhora*. Disponível em: <<http://ppmac.org/content/1%C3%A1grima-de-nossa-senhora>>. Acesso em: junho de 2018.

GOOGLE.COM. *Mucuna urens – Coronha*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/florasbs/fabaceae/dioclea>>. Acesso em: junho de 2018.

5. PRODUZINDO CONHECIMENTOS NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR DE BOM FUTURO/PARÁ

Júlio de Sousa Lopes Sobrinho¹

RESUMO: Este relato de experiência traz os resultados das atividades do projeto *Produzindo conhecimentos no âmbito da educação escolar de Bom Futuro – rio Arapiuns/PA*. Apresenta o princípio da história da criação da escola dessa comunidade e alguns recortes do que ocorreu desde a sua fundação até os dias atuais, assim como o relato de uma oficina de produção textual, realizada junto aos estudantes da Escola São João Batista. Tais ações foram avaliadas pelos participantes de forma positiva, pois, segundo eles, o projeto trouxe conhecimentos e os motivou aos estudos. A estratégia metodológica de *pesquisa participante* foi o diferencial para a execução desse projeto, uma vez que proporcionou um trabalho colaborativo entre nós e a equipe de funcionários da escola, que juntos identificamos os problemas e analisamos as soluções adequadas para obtermos a produção de conhecimento sobre a história da escola e o processo de ensino-aprendizagem dos alunos participantes.

PALAVRAS-CHAVE: educação escolar; aldeia/comunidade Bom Futuro/PA.

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Oeste Pará (UFOPA), por meio do seu Instituto de Ciências da Educação (ICED), visando melhorar a adaptação e o rendimento de seus acadêmicos, em especial os indígenas ingressantes por meio do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), oferta, desde o segundo semestre de 2016, a Formação Básica Indígena (FBI), instrumento da Política de Ações Afirmativas. É composta atualmente por dois semestres consecutivos, nos quais os calouros já começam a trabalhar a elaboração e o desenvolvimento de projetos acadêmicos, no âmbito das disciplinas “Introdução à Metodologia Científica” e “Elaboração de Projetos”, integrando as atividades de ensino com as de pesquisa e de extensão.

Nessa oportunidade, sob a orientação da professora, mestra em Linguística, Denize de Souza Carneiro, elaborei o projeto “Produzindo conhecimentos no âmbito da educação escolar de Bom Futuro – rio Arapiuns/PA”, o qual objetivou: catalogar a trajetória da educação básica de Bom Futuro e seus reflexos no contexto social,

¹ Indígena do povo Apiaká. Graduando do curso de Ciência da Computação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: apiakaybfra@gmail.com.

familiar e cultural; descrever e refletir sobre os caminhos já percorridos pelos estudantes egressos da Escola São João Batista; motivar os alunos a descobrirem seus potenciais acerca da produção de conhecimento sobre si e sua história escolar; estimular sua capacidade de produção oral e escrita; e proporcionar a prática da produção textual escrita por meio de contos.

Levando em conta esses objetivos, o projeto previu tanto a pesquisa quanto a ação. A pesquisa referiu-se ao registro da história do ensino básico na comunidade, assim como aos reflexos por ele surtidos. Já as atividades de ação referiram-se a uma oficina de produção textual, desenvolvida junto aos estudantes da escola da comunidade.

Essa proposta se fez pertinente devido à carência de registros oficiais sobre a história e a origem da instituição de ensino básico da aldeia. Conforme explica Merlo e Konrard (2015, p. 27), a documentação da história humana é feita, atualmente e em grande parte, pela documentação realizada por pessoas de organizações e de famílias interessadas. “Esses registros, postos de maneira orgânica, passam a ser rica fonte de informação”.

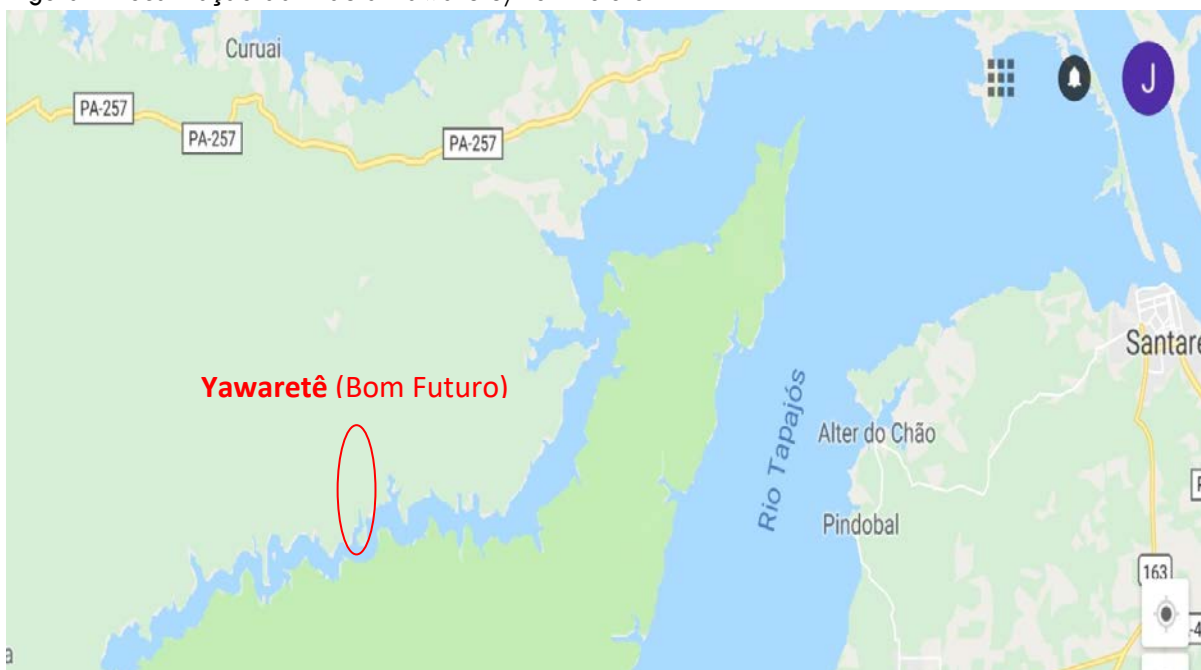
Foi no sentido de documentar, de forma organizada, a história da educação formal de Bom Futuro que desenvolvi esse projeto, cujas ações foram realizadas em parceria com a Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental São João Batista, no período de 26 a 28 de setembro de 2018, à luz da *pesquisa participante*. Conforme esse tipo de pesquisa, segundo Grossi (1981), os comunitários pesquisados analisam juntamente com o pesquisador sua realidade, a fim de promover uma transformação social em benefício próprio, geralmente em situações de opressão e de negação de direitos.

A implementação do projeto se deu inicialmente com a realização de uma pesquisa sobre a história da escola, seguida da realização de uma oficina de leitura e de escrita, cuja programação contou com uma parte de leitura e de reflexão e outra parte voltada à produção textual, através da escrita de minicontos sobre a fundação da comunidade e sobre a origem de sua escola. É a vivência dessa experiência que pretendo apresentar neste relato.

1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA

Localizada à margem esquerda do rio Arapiuns, há cerca de sete horas de barco de Santarém-PA, Bom Futuro, conhecida antes como *Yawaretê*, que significa “onça preta”, foi catequizada por Ricardo Duffy – um frei da Ordem Franciscana, natural dos Estados Unidos, de Akelly, Minnesota –, por volta dos anos 60, assim como por outros religiosos dessa mesma ordem.

Figura 1: localização da Aldeia Yawaretê/Bom Futuro.



Fonte: Google Maps

Segundo Sebastião Rodrigues, atual presidente da comunidade, Bom Futuro é composta por 180 pessoas de 37 famílias, que sobrevivem basicamente da agricultura de subsistência. Cultivam a mandioca, a pimenta-do-reino, o urucum, o abacaxi, além de criarem galinha caipira. Algumas famílias também fazem parte de programas sociais do Governo Federal e diversos idosos são aposentados.

Desde os primeiros habitantes da comunidade até os dias atuais, o idioma oficialmente falado é o Português, devido à imposição da colonização sobre os indígenas brasileiros pelo monolinguismo no Brasil.

Conforme nos relatou o senhor Virgino Lima Lopes, morador indígena do local onde se tornaria Bom Futuro, o frei Ricardo Duffy, a pedido dos moradores, intermediou em 17 de março de 1961 a criação da Escola São João Batista, a fim de beneficiar um número considerável de crianças. Como ainda não havia um prédio

próprio, inicialmente, funcionou na casa do senhor Benedito Sousa. Felizmente, no mesmo ano, em 21 de outubro, foi fundada a comunidade de Bom Futuro.

Hoje, a escola conta com um prédio de “razoável infraestrutura” para abrigar sua comunidade escolar. Foi nesse prédio que realizei as oficinas de leitura e de produção textual (escrita de contos), cujo público-alvo foram os estudantes do ensino fundamental, abrangendo um total de 53 participantes durante três dias de atividades.

2 OFICINA DE LEITURA E DE ESCRITA EM BOM FUTURO: A EXPERIÊNCIA DE UM ACADÊMICO

Com o intuito de estimular a capacidade intelectual de se produzir textos, proporcionando na prática a produção textual escrita por meio de contos, a ação extensionista foi desenvolvida especificamente junto aos estudantes do 6° ao 9° ano (no período da manhã) e do 4° e 5° ano (no período da tarde), no contraturno das aulas da escola.

No primeiro dia, apresentei à comunidade escolar a proposta de projeto que elaborei, tratando dos objetivos, da metodologia e do público-alvo, assim como da programação das atividades planejadas para um período de três dias.

Em seguida, após as apresentações e as falas iniciais, pude vivenciar, na prática, um pouco da docência que os professores vivem periodicamente em suas salas de aulas, assumindo a função de ministrante da oficina de produção textual; trabalhando a parte mais teórica e reflexiva dessa ação; abordando alguns itens do gênero textual *conto* – *conceito, estrutura* (introdução, desenvolvimento e conclusão) e *elementos* (espaço, tempo, foco narrativo, personagens e diálogo) –; e também apresentando os principais escritores brasileiros desse tipo de literatura, através do resumo de suas biografias.

No segundo momento, trabalhei, com o auxílio de docentes da comunidade, práticas de leitura e interpretação de textos. Considerando a faixa etária dos alunos, trabalhamos as seguintes obras: “Caixinha Mágica” (MURRAY, 2008); “Viva a Paz!” (BELINKY, 2012); “Bruxas não existem” (MOACYR SCLIAR, s.d) e “Missa do Galo” (MACHADO DE ASSIS, s.d.). Através desses textos, trabalhamos a interpretação textual e refletimos sobre os temas neles apresentados.

O conto “Missa do Galo” foi o mais profundo e desafiador e talvez o mais interessante, pois continha eufemismo. Foi um verdadeiro teatro praticado pelo

escrivão Meneses. Fomos levados pela imaginação literária de um cenário real, com seus respectivos atores entrando em ação, na medida em que se estendia a leitura do trecho da narrativa abordada.

A foto a seguir ilustra um dos momentos da leitura de contos.

Foto 1: leitura de contos, no segundo dia de atividades, com alunos da manhã.



Fonte: Júlio Sobrinho, Bom Futuro, 26/09/ 2018.

A comunidade escolar foi nossa parceira ativa, colaborando com todo cuidado e profissionalismo durante a oficina, assim como costuma ocorrer no cotidiano da escola. Todos os professores² e o auxiliar administrativo verificaram a assiduidade dos alunos na ação, conferindo a presença ou a ausência dos estudantes e observando a sua participação na oficina, inclusive, registrando por escrito as informações observadas. Assim, tudo ocorreu de forma muito organizada. Até a saída do prédio escolar ocorreu de modo ordeiro e sem tumultos (cf. foto 2), muito diferente de diversas escolas da cidade.

Durante o andamento das atividades surgiu um contratempo, ou seja, em função da falta de merenda na escola, pelo fato de que há quatro meses a Prefeitura Municipal de Santarém/PA não a enviava, tivemos que nos encaixar nos horários reduzidos e definidos pela direção, para conciliar com os horários de provas que os estudantes estavam fazendo durante aquela semana. Paralelamente ao tempo de realização das provas, aproveitei para continuar a pesquisa sobre a história da escola, verificando em sua biblioteca (improvisada na sala dos professores) os textos

² Todos os professores são graduados nas áreas em que lecionam.

ali presentes, a fim de encontrar informações mais precisas sobre a origem dessa instituição. Infelizmente não encontrei nenhum documento ou registro com tais informações.

Foto 2: saída dos alunos do 4° e 5° ano ao final da aula.



Fonte: Júlio Sobrinho, Bom Futuro, 27/09/2018.

Cumpridos os objetivos dos dois primeiros dias de oficina, destinados às noções teóricas sobre o gênero conto e à leitura e à interpretação de textos, partimos para mais uma etapa dessa ação, isso é, a produção textual escrita, como forma de explorar a criatividade e a desenvoltura dos alunos envolvidos. Dados a direção e o enfoque de como os contos poderiam ser escritos, e ressaltando os aspectos essenciais desse gênero textual, os estudantes tinham a opção de ilustrar com desenhos os contos criados para enriquecê-los. Assim, em ambos os turnos, foram formados grupos de alunos para trabalhar na construção das narrativas em sala de aula. Nesse momento, contei com o auxílio dos professores para orientá-los quanto ao processo de construção dos contos. Como resultado desse trabalho, foram produzidos 12 contos sobre temas variados, com os quais pretendo organizar um pequeno livro. São eles:

- A origem de Bom Futuro;
- A velhinha de lábios moles;
- A comunidade de Bom Futuro;
- Bom Sossego;

- A história de Bom Futuro e sua escola;
- Os antigos;
- A ponta da bruxa;
- O sapo perdido;
- A mulher do cemitério;
- A ponta da velha;
- A vaca e o burro;
- A raposa e o galo.

As fotos a seguir ilustram o momento de produção textual.

Foto 3: alunos do 6º ao 9º ano.



Foto 4: alunos do 4º e 5º ano.



Fonte: Júlio Sobrinho, Bom Futuro, 27/09/2018.

Um fato interessante ocorrido foi ter encontrado, na lateral de um dos corredores das salas de aulas, um “protótipo” de livro, que demonstrava com clareza os ensinamentos aprendidos na escola. Tratava-se de um livrete, no qual o texto produzido era complementado por ilustrações coerentes ao conteúdo apresentado pela autora. Posteriormente entendi de onde vinha aquela habilidade. Segundo os professores, frequentemente, os alunos são desafiados a ler livros ilustrados e a expor para todos da classe o seu entendimento sobre a história contida em cada leitura. Essa estratégia didática tem surtido efeito positivo, à medida que deixam de lado a timidez e passam a exercer suas aptidões intelectuais por meio da literatura, ganhando a habilidade de falar em público, no momento em que são solicitados, a partir das explicações feitas aos colegas e aos professores.

Assim sendo, nossa ação foi realizada em consonância com as atividades de linguagem desenvolvidas na escola, corroborando a importância da leitura e da escrita no processo de cidadania dos educandos. Foi possível observar isso na fala dos participantes, no âmbito da avaliação dessa atividade, feita pelo corpo docente, pelo corpo discente, pelos membros integrantes do conselho escolar e pelos demais moradores da comunidade. Todos avaliaram as atividades positivamente, tanto pela importância de se promover saberes e de produzir conhecimentos relacionados à escola e à comunidade quanto pela colaboração com o aprendizado dos alunos. Para eles, apesar de eu não ser professor nem estar estudando para tal, esclarecimento feito no início dessa ação, ministrei a oficina com êxito, por meio de uma abordagem diferenciada e motivadora. Em função disso, a comunidade tratou-me como sendo professor e teceu elogios pela iniciativa louvável.

3 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM BOM FUTURO: UMA PESQUISA EM ANDAMENTO

Com a finalidade de produzir conhecimentos acerca do ensino básico em Bom Futuro, realizamos uma pesquisa para obter textos orais e escritos e, assim, possuir as informações necessárias para reconstituir a trajetória da educação básica nessa comunidade.

As pesquisas foram realizadas na Secretaria Municipal de Educação (SEMED) de Santarém-PA e na Escola São João Batista, além disso, por meio entrevistas, a partir de um questionário semiestruturado, junto aos comunitários mais idosos, que participaram direta ou indiretamente do processo educacional na referida comunidade.

O senhor Virgino Lima Lopes, durante essa pesquisa, relatou que a Escola São João Batista teve sua origem em 17 de março de 1961, por intermédio do frei Franciscano Ricardo Duffy, atendendo ao pedido dos moradores. E que a primeira professora foi a senhora Nila Sousa dos Anjos, oriunda da comunidade São Pedro, rio Arapiuns/PA, que ministrava aulas esporadicamente.

Foto 5: frei Ricardo Duffy e professora Nila dos Anjos.



Fonte: Nila dos Anjos, Mararu, 2012, imagem de arquivo pessoal cedida para esse trabalho.

A partir da criação da escola, Bom Futuro passou a aderir social, cultural e familiarmente à educação dos “brancos”, passando por vários métodos de ensino devido à carência de professores que pudessem ministrar a educação escolar indígena, prevista na Constituição Brasileira como sendo “diferenciada”.

Com o tempo, novos caminhos foram abertos para que os alunos tivessem mais oportunidade de adquirir conhecimentos através da educação formal. Com o apoio da Prelazia da Igreja Católica de Santarém, a prefeitura do Município de Santarém passou a assumir oficialmente a educação básica na comunidade. Desde março de 1982, com a contratação da professora Irene Nascimento Sousa, oriunda da aldeia Atrocal, Bom Futuro não ficou mais sem professor(a) na escola, que até o ano de 2001 funcionou de acordo com o sistema multisseriado, da alfabetização até a 4ª série.

De 2001 em diante, a instituição de ensino São João Batista só passou a ganhar com a chegada das professoras Alcira da Silva e Zenaide Sena Bentes, e com a implantação da 5ª série. Nos anos seguintes, foram implantando as demais séries do ensino fundamental até a 8ª série, informou a professora Irene Sousa³, que trabalhou longos anos com multisséries.

Posteriormente, outros profissionais foram contratados para trabalhar nessa escola. Em 2013, 2014 e 2015, conforme indica Sousa (2016), os alunos passaram a ser atendidos pelo “Programa Mais Educação” e foram contemplados com diferentes tipos de oficinas, a fim de desenvolver habilidades específicas para sua inclusão social.

Em 2015, autorizada pela *resolução n° 047, de 05 de agosto de 2015*, a escola passou a ofertar a educação infantil (pré I e II). E, de acordo com o *parecer n°*

³ Informação oral, no ano de 2018.

018/2015 – CEI/CME, concluiu a formação de 29 alunos no ensino médio “Saberes da EJA”. Em 2016, iniciou-se uma segunda turma de ensino médio, com 16 alunos matriculados, em um anexo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Ezeriel Mônico de Matos, em Santarém. Depois de ter sido, por alguns anos, polo de outras instituições de ensino básico de suas proximidades, a escola perdeu esse *status* devido à insuficiência de alunos para a formação de turmas.

Segundo relatos da professora Nila Sousa dos Anjos (2018), no início das atividades da escola, quando se fez necessário registrar o nome dessa instituição na Secretaria Municipal de Educação de Santarém, a comunidade escolheu *Yawaretê*, nome indígena da aldeia (hoje Bom Futuro), mas o mesmo foi rejeitado pela repartição pública, pois, segundo os responsáveis, tendo como líder a senhora Joana Sousa Imbiriba, era difícil de pronunciar.

As famílias dessa comunidade que se autoafirmam indígenas, por reconhecerem suas raízes, têm resistido aos insultos daqueles que tentam desqualificar suas origens com o propósito de expropriar suas terras para fins de interesse do capital. Daí a importância do acesso, por todas as pessoas naturais de Bom Futuro, às informações sobre seus antepassados, para não deixarem seus direitos constitucionais escorrerem pelo ralo da ganância de grandes empreendimentos, que destroem o meio ambiente e modificam drasticamente a vida das populações atingidas por esse falso progresso.

Essa é a versão inicial da trajetória da educação em Bom Futuro, mas vale esclarecer que a pesquisa sobre ela ainda está em andamento.

PALAVRAS FINAIS

O retorno esperado pela comunidade, através de seus filhos que saem para estudar na cidade, acende a esperança de dias melhores para as famílias que mantêm raízes ali em sua terra natal. Como retorno desse projeto, após a sua conclusão, e como contribuição de filho desse lugar, pretendo produzir uma cartilha, a partir dos textos elaborados pelos alunos, e também disponibilizar o resultado dessa pesquisa para a secretaria da instituição de ensino da aldeia/comunidade Bom Futuro.

Esse projeto como um todo trouxe novos aprendizados, não apenas para os estudantes da Escola São João Batista, como também para mim, que me empenhei na realização das atividades e deste relato de experiência e que, na busca de informações durante as pesquisas, não encontrei nenhum documento que descrevesse a

história e a origem da escola da comunidade. Porém, os desafios encontrados, pela falta de material que me conduzisse a descrever a trajetória completa dessa escola, desde a sua fundação, acabaram se tornando um fator favorável para o exercício do espírito científico na execução do projeto.

Bom futuro hoje tem o privilégio de poder contar com um quadro de funcionários formado, em parte, por alunos egressos da instituição São João Batista, que saíram para estudar fora e, após certo tempo, retornaram para se dedicar à educação em sua terra querida. Seguindo os mesmos caminhos de oportunidades que o ensino convencional dispõe para todos os que se lançam aos estudos, espera-se a contribuição de cada aluno/filho dessa comunidade para melhorar a qualidade de vida de todas as suas famílias.

REFERÊNCIAS

GROSSI, Y. de S. *Mina de Morro Velho: a extração do homem, uma história de experiência operária*. São Paulo: Paz e Terra, 1981. In: MACIEL, Eduardo et al. *Pesquisa Participante*. Universidade do Estado da Bahia. Senhor do Bonfim/BA, maio de 2014. [TCC]

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. *Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação*. Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 – 42, jan./abr. 2015. Disponível em: http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/18705/pdf_43

SOUSA, Raimunda Elisane Santos de. *Histórico da Escola*. Bom Futuro, segundo semestre de 2016. (Não publicado. Disponibilizado para este trabalho pela secretaria da escola).

6. FORTALECENDO NOSSA CULTURA ATRAVÉS DO NHEENGATU

Mirian Francielle C. de Sousa¹
Marlison Castro Barreto²

RESUMO: Neste artigo relatamos a experiência que tivemos ao aprofundarmos nosso conhecimento sobre a língua *Nheengatu*, buscando fortalecer a identidade cultural indígena com pesquisas e com relatos de pessoas mais experientes, bem como através de uma ação, uma oficina na comunidade de São Miguel, localizada na margem direita do rio Arapiuns/Pará, onde vivem cerca de 120 famílias de pessoas indígenas e não indígenas. Essa ação realizou-se em setembro de 2018, no âmbito do projeto *Conhecendo Nossa Língua e Nossa História através do Nheengatu*, elaborado por nós indígenas da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no período de Formação Básica Indígena.

PALAVRAS-CHAVE: língua *Nheengatu*; retomada linguística; povo Arapiun.

INTRODUÇÃO

A língua *Nheengatu* se formou a partir da interação comunicativa dos filhos de homens portugueses com mulheres tupinambá, no século XVII. Esses filhos falavam a língua de suas mães, mas, devido ao processo natural de variação e de mudança linguística, o que falavam foi, aos poucos, diferenciando-se mais e mais do Tupinambá, formando uma nova língua (RODRIGUES, s.d.). Ao ser introduzida na Amazônia, ficou conhecida também pela denominação Língua Geral Amazônica (LGA).

No processo de colonização portuguesa, a LGA substituiu muitas línguas nativas, inclusive dos grupos indígenas da região do Baixo Tapajós/PA. Foi a língua da comunicação não apenas de mamelucos e de mestiços, mas também de missionários e de colonizadores durante todo o período colonial, estendendo sua hegemonia até a primeira metade do século XIX (RODRIGUES, s.d.). Depois, foi sendo substituída pelo Português. Segundo Freire (2004), quando a LGA chegou à Amazônia, a população não indígena da região a considerava “língua de índio”,

¹Indígena do povo Arapiun. Discente do curso Ciência da Computação, na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: sousamirian2020@gmail.com

²Indígena do povo Arapiun. Discente do curso de Matemática e Física na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: marlison327@gmail.com

mas os indígenas a consideravam “língua de branco”, já que foram os missionários europeus que a introduziram na região. Hoje, diversos grupos indígenas, que não aprenderam a língua de seus ancestrais, consideram a LGA como a língua de seu povo. É o caso de vários grupos na região do Baixo Tapajós. Porém, eles também já não a falam, embora haja grande interesse em aprendê-la. Por conta disso, os indígenas reivindicaram da Secretaria de Educação o ensino da língua *Nheengatu* nas escolas indígenas e, assim, a mesma vem passando por um processo de retomada na região. Entretanto, esse ensino não ocorre em todas as comunidades, razão que nos motivou a levar um pouco do nosso conhecimento a respeito dessa língua à comunidade São Miguel.

A ação que realizamos foi uma oficina para introduzir alguns conhecimentos da LGA e refletirmos sobre sua importância para o fortalecimento da identidade cultural indígena do povo Arapiun. Tal ação foi planejada no âmbito do projeto “Conhecendo nossa Língua e nossa História através do *Nheengatu*”, que teve como objetivos: (a) promover um conhecimento introdutório da língua *Nheengatu* para os integrantes do grupo indígena da comunidade de São Miguel; (b) apresentar a história da língua *Nheengatu*; (c) contribuir para a “revitalização” da língua *Nheengatu* (na oralidade e na escrita); e (d) fortalecer o movimento indígena na comunidade de São Miguel.

Esse projeto foi elaborado e implementado durante as atividades das disciplinas “Introdução à Metodologia Científica” e “Elaboração de Projetos”, sob a orientação da professora Paula de Mattos Colares, no âmbito da Formação Básica Indígena (FBI), projeto de Ação Afirmativa da Universidade Federal do Oeste do Pará.

A atividade foi realizada em etapas. A primeira etapa consistiu na leitura de textos sobre o tema e na elaboração de um projeto de ação. Já a segunda consistiu na apresentação da proposta às lideranças (indígenas e não indígenas) e aos membros da comunidade de São Miguel, a fim de solicitar sua autorização para a realização de uma oficina de *Nheengatu*. Tanto os comunitários quanto as lideranças foram favoráveis à nossa proposta, e, por isso, partimos para a terceira etapa, ou seja, a realização da oficina, que aconteceu no período de 13 a 15 de setembro de 2018, sobre a qual relataremos adiante.

1 A COMUNIDADE SÃO MIGUEL

A comunidade de São Miguel está localizada na região do baixo Tapajós, na

margem direita do rio Arapiuns, no Estado do Pará. Lá vivem aproximadamente 120 famílias, divididas entre pessoas da etnia *Arapiun* e não indígenas.

Mapa 1: localização de São Miguel, na região do Arapiuns.



Fonte: <http://www.saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2015/04/Cartilha-S%C3%A3o-Miguel.pdf>

Os mais idosos da comunidade relatam que o território onde hoje é São Miguel pertencia ao senhor Antônio Colares Cardoso. Sua residência estava situada em local conhecido como *ponta da morena*, onde, atualmente, fica a Igreja de São Domingos, pertencente aos descendentes de seu Antônio, os quais realizam todo ano uma festa em homenagem a esse santo (CEAPS-PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2012).

Em 1948, Antônio Colares Cardoso doou cerca de dois hectares de terra para a construção da Igreja Católica e de um prédio escolar, dando início à comunidade São Miguel (CEAPS-PROJETO SAÚDE E ALEGRIA, 2012).

Com o processo de autoafirmação indígena, que ocorre na região do baixo Tapajós há mais de 20 anos, parte dos moradores – de ancestralidade indígena – de São Miguel decidiu-se reconhecer-se como indígenas do povo Arapiun. Essa decisão,

apesar de um direito dessas pessoas, gerou muitos conflitos com os não indígenas, visto que não aceitaram que a comunidade fosse considerada aldeia³.

Desde então, esses grupos convivem com certa tensão. Em 1997, esse enfrentamento se tornou mais intenso e, por meio da Organização de Mulheres Trabalhadoras do Baixo Amazonas (OMTBAM), os Arapiun de São Miguel lutaram contra o preconceito que ali reinava intensamente. Dizem os moradores que sofriam por estudar nas escolas dos brancos, que professores indígenas eram demitidos de seus trabalhos e que ocorriam ameaças constantes até se tornarem caso de polícia.

Depois de muitos desafios, os indígenas de São Miguel conquistaram seu espaço e continuam lutando pela garantia de seus direitos na sociedade. E com diversas ações protagonizadas por eles, trabalham o respeito e o direito à identidade cultural de cada um.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA DA OFICINA DE NHEENGATU

O projeto “Conhecendo Nossa Língua e Nossa História através do *Nheengatu*” teve como ação uma oficina que aconteceu nos dias 13, 14 e 15 de setembro de 2018, na comunidade de São Miguel, com a participação dos indígenas que ficaram interessados em aprender a LGA.

2.1 Primeiro dia da oficina: 13/09/2018

As atividades foram iniciadas às 19h30, com a nossa fala de boas-vindas aos presentes. Em seguida, todos foram convidados a participar de um ritual de agradecimento (cf. foto 1). Nesse momento, de mãos dadas e com nossos pés na mesma sintonia, pedimos a Tupã e aos nossos ancestrais a proteção para o povo Arapiun. Também pedimos força, união e sabedoria para a ação que iríamos iniciar.

³ Inclusive a escola da comunidade chegou a fazer parte do censo escolar como sendo escola indígena, mas devido aos vários conflitos ela deixou de ser reconhecida como tal.

Foto 1: ritual de agradecimento.



Fonte: Emela Moura, 13 de setembro de 2018.

Após o ritual, a palavra ficou com o cacique Milton Sousa Barreto, que disse sentir-se feliz pela nossa iniciativa, pois, pela primeira vez, dois indígenas, membros do grupo, deram-lhe um retorno positivo, levando um projeto elaborado pelos próprios alunos para a comunidade.

Depois, apresentamos o nosso projeto, expondo os pontos principais a serem desenvolvidos, dando ênfase maior aos objetivos, à justificativa e ao que pretendíamos a partir disso.

Às 20h00 foi exibido o documentário "*Nheengatu tapajoara*", que aborda, por meio de relatos de pessoas, o processo de retomada da Língua Geral Amazônica na região do baixo Tapajós, trazendo para a nossa realidade a importância e o compromisso de levarmos esse conhecimento a nossos parentes.

Foto 2: exibição do documentário "*Nheengatu tapajoara*".



Fonte: Emela Moura, 13 de setembro de 2018.

Após o filme, fizemos uma roda de conversa para refletirmos a respeito do movimento indígena, além da história do *Nheengatu* e de sua importância. Cada pessoa expôs suas opiniões e suas ideias, retratando também sua história de lutas e de sofrimentos. Outros pediram que vários projetos já realizados na aldeia tivessem continuidade, de forma que contribuíssem com os comunitários. Falaram ainda que é importante desenvolver ações que tratem sobre os direitos e os deveres dos indígenas.

Foto 3: Cacique e Tuxaua bebendo tarubá, durante a roda de conversa.



Fonte: Emela Moura, 13 de setembro de 2018.

Encerramos a roda de conversa às 22h00, com os nossos agradecimentos pela participação de todos. Nesse dia foi possível contar com 22 participantes, dentre eles convidados não indígenas, o diretor e a pedagoga da escola São Miguel Arcanjo.

2.2 Segundo dia da oficina: 14/09/2018

No segundo dia da oficina, para iniciar os trabalhos de forma acolhedora, oferecemos um café da manhã com doces e salgados, feitos com derivados da mandioca. Após esse primeiro momento, às 08h00 demos início às atividades de ensino do *Nheengatu*, trabalhando músicas e dinâmicas nessa língua.

Fotos 4 e 5: dinâmica durante a oficina.



Fonte: Emela Moura, 14 de setembro de 2018.

No conteúdo introdutório, programamos atividades com diálogos simples e interessantes, permitindo que os participantes desenvolvessem sua capacidade oral de aprender a língua, por exemplo, com o uso de saudações em *Nheengatu*, como: *Puranga ara!* (“Bom dia!”); *Puranga karuka!* (“Boa tarde!”); *Puranga pituna!* (“Boa noite!”); *Maata resasa!* (“Como você está?”).

A foto abaixo ilustra a oralidade em *Nheengatu*, a partir de frases simples com saudações.

Foto 6: treinando a pronúncia do *Nheengatu*.



Fonte: Emela Moura, 14 de setembro de 2018.

Em cada intervalo, entre uma atividade e outra, ensinávamos músicas e também fazíamos dinâmicas para deixar a aula mais interessante e leve.

Após o trabalho da oralidade, avançamos para a leitura de enunciados simples e curtos, inicialmente com a leitura silenciosa e, depois, com a leitura vozeada (voz alta), para que todos pudessem ouvir. Com essas práticas, observamos que, até aquele momento, a aprendizagem da língua estava sendo efetiva, além disso, conversamos sobre o andamento das aulas e questionamos se os participantes estavam gostando. As falas mostraram tanto a importância da língua na vida dos indígenas da comunidade – como um importante elemento da cultura para fortalecer sua identidade – quanto a sua satisfação, pois os participantes manifestaram que desejam aprender a língua *Nheengatu* para falá-la em qualquer lugar. Depois disso, fizemos uma pausa para o almoço, que foi compartilhado com todos.

Retomamos a oficina às 14h00, dando continuidade ao conteúdo, agora trabalhando expressões como: *Kwekatureté!* (“Muito obrigado!”); *Puranga pesika!* (“Sejam bem vindos!”); *Té wirandé!* (“Até amanhã!”), dentre outras. Trabalhamos também o paradigma dos pronomes pessoais na LGA: *ixé* (“eu”), *indé* (“você”), *aé* (“ele”/“ela”), *yandé* (“nós”), *penhé* (“vocês”) e *aintá* (“eles”/“elas”).

Em seguida, de forma simples e fácil, treinamos uma breve apresentação pessoal em *Nheengatu*, de modo que aparecesse o uso dos pronomes trabalhados, assim, cada um foi à frente e apresentou-se perante todos. O desempenho dos participantes foi ótimo!

A foto 7 retrata o momento de apresentação pessoal em *Nheengatu*.

Foto 7: apresentação pessoal em *Nheengatu*.



Fonte: Emela Moura, 14 de setembro de 2018.

Percebemos que, após cada atividade desenvolvida, aumentava o interesse dos jovens, das crianças e dos adultos pelo aprendizado da LGA, pois se sentiam à vontade para perguntar e tirar suas dúvidas. As atividades do segundo dia foram encerradas às 18h00, com um pequeno ritual de agradecimento por mais um dia proveitoso.

A imagem a seguir mostra os participantes no momento das dinâmicas.

Foto 8: dinâmica em *Nheengatu*.



Fonte: Emela Moura, 14 de setembro de 2018.

2.3 Terceiro dia da oficina: 15/09/2018

No dia 15 de setembro de 2018, terceiro e último dia de oficina, fizemos, no primeiro momento, uma espécie de revisão dos conteúdos trabalhados no dia anterior, como as músicas em *Nheengatu* coreografadas. Na foto abaixo é possível ver os alunos em momento de revisão:

Foto 9: revisão dos conteúdos trabalhados.



Fonte: Emela Moura, 14 de setembro de 2018.

No segundo momento, trabalhamos com os números e as cores em *Nheengatu*, procurando utilizar muitos exemplos para facilitar o seu entendimento.

Depois, passamos um vocabulário com algumas palavras em *Nheengatu*, as quais nossos antepassados e até mesmo nós falamos sem saber seus verdadeiros significados, que fazem todo o sentido, mas que, por desconhecimento dessa língua, foram ignorados. Nesse momento, vimos o quanto é importante a retomada dos saberes dos nossos ancestrais. Bastou iniciarmos e tantas palavras foram surgindo, proporcionando uma interessante troca de conhecimentos e enriquecendo muito mais o nosso vocabulário. Além disso, fizemos também exercícios – na apostila entregue a cada participante no primeiro dia de aula – para verificarmos o grau de aproveitamento do que havíamos trabalhando naqueles dias.

Após as atividades e as revisões, fizemos uma pausa para o almoço em nossa maloca com todos os participantes.

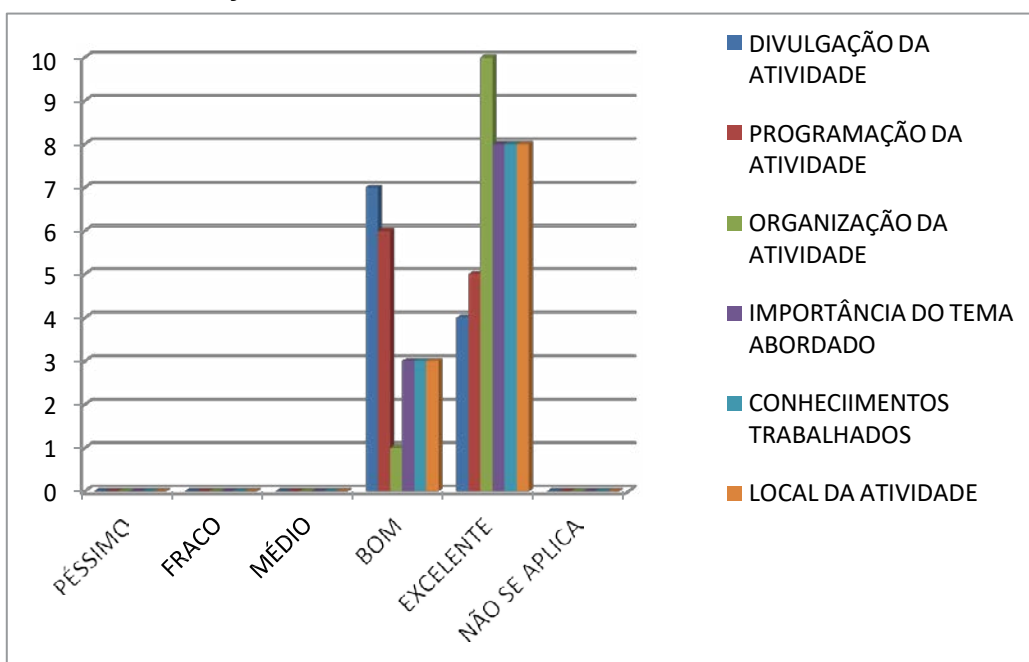
Às 14h00, retornamos para a conclusão dos trabalhos e para a avaliação do projeto. Nessa ocasião, todos os trabalhos produzidos no decorrer da oficina foram expostos, como forma de incentivar outros indígenas que não participaram dessa atividade. Assim, com palavras de incentivo e de agradecimento do cacique e de todos os parentes indígenas, confraternizamos com músicas, histórias e dinâmicas o encerramento de nossa ação.

3. AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE

A avaliação da oficina ocorreu nas modalidades oral e escrita. Alguns participantes parabenizaram oralmente a nossa iniciativa, mas todos puderam manifestar, individualmente e por escrito – através de um questionário organizado previamente por nós –, seu ponto de vista em relação à oficina, considerando os pontos positivos e negativos da mesma, além de dar sugestões para que outros projetos sejam feitos aos indígenas com o objetivo de contribuir com a comunidade.

No balanço geral das avaliações, podemos concluir que o projeto teve um resultado muito positivo, como mostra o gráfico a seguir, organizado com as informações manifestadas pelos participantes que responderam ao questionário.

Gráfico 01: avaliação da oficina.



Fonte: elaboração própria.

PALAVRAS FINAIS

O projeto “Conhecendo nossa Língua e nossa História através do *Nheengatu*” foi criado com o propósito de fortalecer a identidade indígena do povo Arapiun – que vive na comunidade São Miguel – através da língua *Nheengatu*, partindo da realidade local e articulando os conhecimentos tradicionais. Com base nos resultados positivos apresentados na avaliação dos participantes, acreditamos ter alcançado nossos objetivos, dando alguns passos importantes na valorização dessa língua em nossa comunidade.

Nós, enquanto acadêmicos, também aprendemos muito com essa experiência, desde a criação do projeto até a finalização deste relato. Por exemplo, melhoramos nossos conhecimentos sobre o *Nheengatu* e sobre as “histórias” dos nossos antepassados, assim como obtivemos conhecimentos básicos – de elaboração de projeto, de elaboração de *slide*, de aplicação de regras da ABNT, de produção textual acadêmica e de informática – para a confecção de trabalhos acadêmicos.

Foi uma experiência única, por meio da qual pudemos repassar à nossa comunidade a importância de retomar a LGA como forma de fortalecimento étnico. Também houve muitas oportunidades de troca de conhecimento entre as pessoas mais experientes e as mais jovens da comunidade. As primeiras já tinham um contato

com o *Nheengatu* e, na oficina, não somente aprenderam mais um pouco, como também muito nos ensinaram. Isso foi muito importante para todos, pois resultou em um excelente resultado.

Agradecemos a todas as lideranças indígenas da nossa comunidade e demais pessoas que se empenharam no desenvolvimento dessa oficina, ajudando-nos no sucesso de sua aplicação. Agradecemos particularmente a: Milton Sousa Barreto (cacique), Nadir Castro Barreto (Tuxaua), Maria Madalena Castro de Sousa (pajé), Sâmela Ramos da Silva Meirelles (parceira do projeto e ministrante das aulas), Ana Rita da Costa Gomes (parceira do projeto e ministrante das aulas) e Emela Moura (fotógrafa voluntária do projeto). Agradecemos também o apoio do projeto “Yané dheenga, yané rapuitá” (“Nossa língua, nossas raízes”), cujos responsáveis colaboraram com materiais didáticos e com outras demandas que surgiram para o desenvolvimento da oficina. Agradecemos ainda à professora Paula Colares, uma de nossas maiores incentivadoras, auxiliando-nos desde o momento em que começamos a escrita do projeto até quando nos deslocamos para desenvolver as atividades em nossa aldeia. Também à professora Denize Carneiro, que deu continuidade ao trabalho da professora Paula, orientando-nos e auxiliando-nos na documentação da nossa atividade.

REFERÊNCIAS

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS E PROMOÇÃO SOCIAL E AMBIENTAL-PROJETO SAÚDE E ALEGRIA. *Para conhecer São Miguel: a garganta do Tapajós*. Santarém: 2012. Disponível em: <https://saudeealegria.org.br/wp-content/uploads/2020/01/Cartilha-S%C3%A3o-Miguel.pdf>

DOCUMENTÁRIO NHEENGATU TAPAJOWARA. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E6Gmsy6ZE8g>. Acesso em: 20/11/2018.

FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

RODRIGUES, Aryon D. *Aspectos da história das línguas indígenas da Amazônia*. Disponível em: http://www.amazoe.org.br/textoreferencia/aspectos_da_historia_das_linguas_indigenas_da_amazonia.pdf.

SILVA MEIRELLES, Sâmela Ramos da. *A reinscrição de uma língua destituída: o Nheengatu no Baixo Tapajós*. 2020. 267 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br>. Acesso em: 05/05/2021.

7. RESPEITANDO A MÃE TERRA: UMA AÇÃO NA ALDEIA IPAUPIXUNA

Josiel Bezerra Santos¹
Raquel Pinheiro de Oliveira²
Crislaine Castro de Sousa³

RESUMO: Pretendemos apresentar neste texto nossa experiência no âmbito do projeto *Respeitando a Mãe Terra: o lixo e suas implicações na aldeia Ipaupixuna*. Esse projeto surgiu como reação ao problema do descarte inadequado de lixo na aldeia, causando danos ao meio ambiente. Assim, vendo a necessidade de conscientização e de medidas para tal, em setembro de 2018, realizamos a primeira ação do nosso projeto. Organizamos uma programação contendo palestras, a confecção e a distribuição de lixeiras, a confecção e a distribuição de placas com frases de incentivo à conservação ambiental e, também, momentos de discussão sobre como a aldeia lidará com o seu lixo. As atividades foram realizadas com sucesso, e os participantes expressaram aceitação, mas sabemos que o problema ainda não se resolveu, pois a conscientização não ocorre de uma hora para outra, além disso, precisamos da adesão de toda a comunidade. Pretendemos continuar contribuindo para que sejam encontradas saídas adequadas para o problema do lixo em Ipaupixuna.

PALAVRAS-CHAVE: conservação ambiental; lixo; aldeia Ipaupixuna/PA.

INTRODUÇÃO

O projeto executado na aldeia Ipaupixuna teve como tema “O lixo e suas implicações na aldeia Ipaupixuna”. Surgiu com o intuito de promover a “revitalização” de saberes e de práticas tradicionais de nossos antepassados quanto ao respeito ao meio ambiente, restabelecendo a relação espiritual com os lugares sagrados e o cuidado com o local onde vivemos, por meio de conhecimentos e de reflexões críticas acerca dos danos causados à natureza – advindos de ações humanas inadequadas –, como os problemas oriundos do lixo.

No decorrer de nossa vivência na aldeia, observamos que a natureza deixa de ser respeitada quando descartamos o lixo doméstico de forma inadequada e/ou em

¹Indígena do povo Munduruku. Graduando do curso bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: bezerrajosiel04@gmail.com.

²Indígena do povo Munduruku. Graduanda do curso bacharelado em Ciências e Tecnologia das Águas, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: raquelpinheirostm@gmail.com.

³Indígena do povo Tapuia. Graduanda do curso de Ciência da Computação na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: crislainetapuia@gmail.com.

locais inadequados, como naqueles considerados sagrados. Isso não somente ocasiona dano ao meio ambiente, como também afeta a saúde dos moradores, pois o lixo descartado aleatoriamente pelas ruas da aldeia atrai doenças e contamina a água dos rios e dos igarapés, uma vez que as chuvas arrastam tudo para esses locais. Infelizmente, diversos membros do nosso povo já não seguem os saberes que se referem ao respeito à natureza e, por isso, o meio ambiente já começa a sentir os impactos dessa ação, visto que agora observamos lixo nas margens dos rios e dos igarapés e nas ruas da própria aldeia. Em reação a isso é que criamos o projeto “Respeitando a Mãe Terra”, o qual tem a intenção de sensibilizar e de mobilizar o povo Munduruku de Ipaupixuna quanto à conservação do meio ambiente, considerando o respeito à mata, aos rios e aos igarapés.

Essa proposta nasceu durante as atividades da disciplina “Introdução à Metodologia Científica”, ministrada pela professora Denize de Sousa Carneiro (Ufopa), que nos orientou a apresentar um projeto na aldeia que pudesse beneficiar a todos os moradores. Tendo em vista a necessidade de conscientização dos comunitários, decidimos trabalhar a temática do lixo. Por meio dessa atividade, pretendemos colaborar com a melhoria de vida e de organização da aldeia, no que tange à higiene e aos hábitos de limpeza, também iniciando a discussão sobre a reciclagem do lixo.

Para isso, planejamos várias ações, a saber: rodas de conversa, oficinas, reuniões e outras. No âmbito dessas atividades, procuramos levar informações e orientações, como, por exemplo, sobre o problema do lixo no mundo, no Brasil e em nossa aldeia. Também conversamos sobre os tipos de lixo mais despejados na aldeia, sobre a coleta, a separação e o descarte correto do mesmo, sobre as formas de sua reutilização – como a reciclagem –, sobre a compostagem e o destino adequado do lixo, explicando quais as doenças causadas pelo seu acúmulo, dentre outras questões. Falamos ainda acerca da importância de respeitar os nossos lugares sagrados, como forma de reestabelecer a relação espiritual com tais lugares, cuidando do local onde vivemos.

É sobre essa experiência que desejamos compartilhar nesse relato, mas antes apresentaremos algumas informações contextuais sobre a aldeia Ipaupixuna, as quais foram obtidas, em sua maioria, em conversa com os moradores.

1 SOBRE A POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA

1.1 Aldeia Ipaupixuna: origem

Segundo a senhora Conceição Ferreira Betcel, de 80 anos de idade, uma das pessoas mais antigas da aldeia, Ipaupixuna foi fundada no ano de 1914, aproximadamente, por sua família, cujo sobrenome é Betcel. Com o passar do tempo, outras pessoas foram migrando para lá e isso levou à expansão da comunidade, chegando a uma estimativa de cerca de 50 famílias na época.

No início a comunidade não tinha nome. Depois, em decorrência da presença de muitos indígenas naquele território, a comunidade foi chamada *Mera Pixuna*, mas, por não ser do agrado de todos, os comunitários trocaram para *Ipauá-pixuna*, que com o tempo se tornou *Ipaupixuna*, até os dias de hoje.

Os integrantes dessa aldeia nem sempre se autodeclararam indígenas. Isso ocorreu a partir de 2009, em virtude de um movimento de resistência e de autoconhecimento, protagonizado por indígenas do baixo Tapajós/PA.

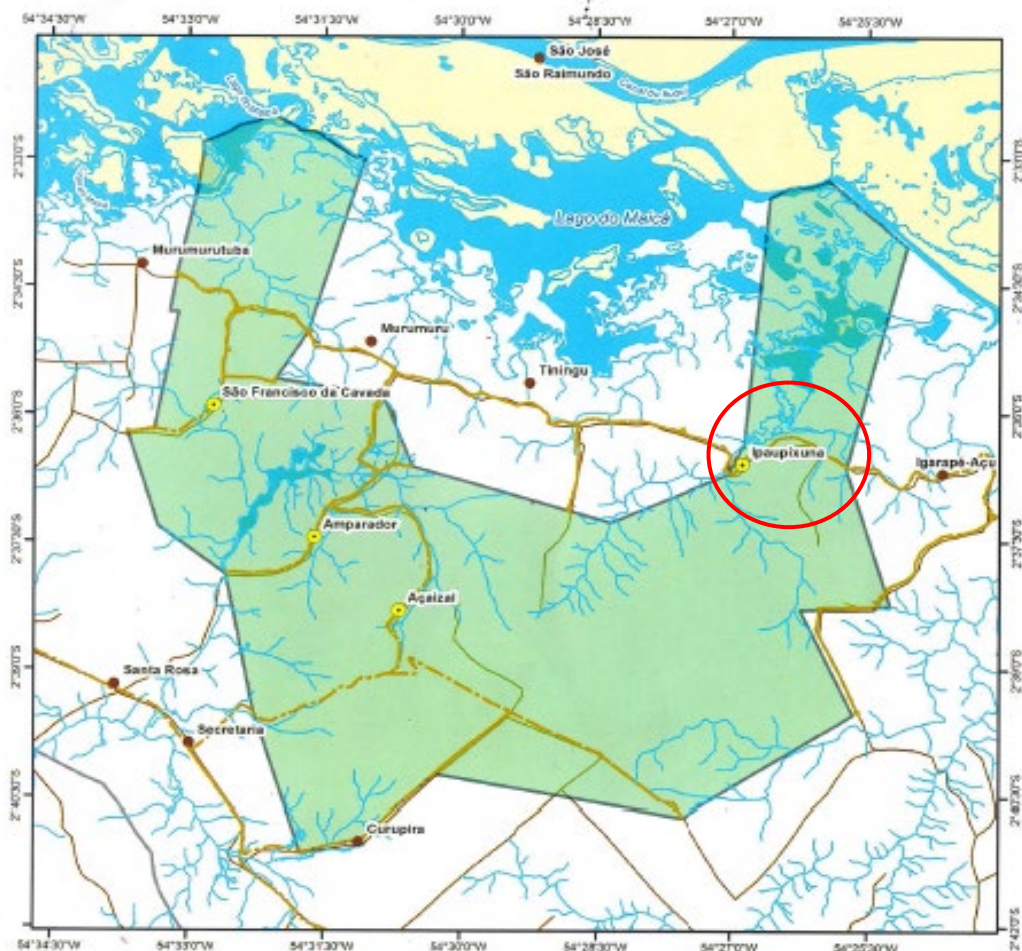
1.2 Localização e população de Ipaupixuna

Ipaupixuna está localizada no Território Munduruku do Planalto Santareno e, em função disso, identificamo-nos como indígenas Munduruku do Planalto, para nos distinguir dos Munduruku de outras regiões. Além da nossa aldeia, que conta com 66 famílias – 62 que se autodenominam indígenas Munduruku e Apiaká e 04 não indígenas –, há também no Planalto Santareno as aldeias Açaizal (60 famílias), Amparador (22 famílias) e São Francisco da Cavada (55 famílias) (RÊGO et al, 2016), formadas por indígenas Munduruku e Apiaká e alguns não indígenas.

O acesso a essa Terra Indígena se dá pela Rodovia Estadual do Pará 370, Santarém/Curuá-Uná, km 24. E também pelos Ramais da Santa Rosa, da Secretaria, do Novo Império, ou pelo Quilombo Murumurutuba. Esse território faz limite com o assentamento Lírio do Vale, a comunidade Novo Império, Secretaria, Santa Rosa, o Quilombo Murumurutuba, o Quilombo Murumuru, o Quilombo Tingu e a comunidade Santa Cruz (RÊGO et al, 2016).

O mapa a seguir, mostra a localização de nossa aldeia.

Ilustração 1: mapa com a localização da aldeia Ipaupixuna.



Fonte: Protocolo de Consulta dos Povos Indígenas Munduruku e Apiaká do Planalto Santareno.

1.3 Língua de comunicação em Ipaupixuna

Com o processo de colonização dos portugueses, muitas línguas indígenas deixaram de ser faladas e o mesmo aconteceu em nosso território. A comunicação na aldeia é feita em Português, pois os comunitários não aprenderam a falar a língua Munduruku. Porém, hoje, há um interesse pela aprendizagem dessa língua, que, em função disso, vem sendo trabalhada na Escola de Ipaupixuna José Arlindo Betcel com as crianças e os adultos.

1.4 A educação formal

Ipaupixuna conta com a Escola Municipal José Arlindo Betcel, que oferece as seguintes modalidades de ensino: *educação infantil* – pré I e II – e *ensino fundamental* – 1º ao 9º ano. Funciona nos turnos matutino e vespertino. A educação “diferenciada” é oferecida por uma professora de notório saber, que atende os níveis de educação infantil e de ensino fundamental.

1.5 Aspectos culturais

Apesar de grande parte de aspectos de nossa cultura terem se perdido com a chegada do homem branco, vemos que ela ainda é viva entre nós. Observamos isso em certos hábitos, em nossa alimentação e em nossa história.

São muitas as histórias de nossos avós, que os moradores mais antigos contam. Há relatos de outras línguas, de rituais para a natureza e de como a população foi se modificando. Dizem que nossos antepassados sempre moraram nestas terras, mas, devido a casamentos com pessoas de outros lugares, a característica da população foi se modificando.

A aldeia de Ipaupixuna apresenta costumes, tradições, crenças e rituais particulares, mas, atualmente, também professa outras crenças, isso é, os comunitários são divididos entre dois grupos religiosos: católicos e evangélicos. Existe uma Igreja Católica, mas o prédio está precário e, por isso, entrou em desuso. Em razão disso, os católicos da aldeia estão se mobilizando para que as missas aconteçam novamente.

2 RELATO DAS ATIVIDADES DO PROJETO “RESPEITANDO A MÃE TERRA”

O projeto “Respeitando a Mãe Terra” foi executado no dia 21 de setembro de 2018, período de recesso na Universidade. Conforme o cronograma proposto, as atividades iniciaram-se às 08h00 com um ritual indígena, conforme mostra a foto abaixo.

Foto 1: ritual de abertura da atividade.



Fonte: Abrão Assis, em 21/09/2018.

Em seguida, houve a fala de acolhida, feita pelos professores da escola da aldeia, e a nossa saudação, discentes proponentes dessa ação. Nesse momento,

fizemos uma breve explicação dos objetivos do projeto, bem como da programação das atividades previstas (cf. fotos 2, 3 e 4).

Fotos 2, 3 e 4: fala de abertura das atividades.



Fonte: Raquel Pinheiro e Josiel Bezerra, em 21/09/2018.

Nós, protagonistas da palestra, transmitimos informações e orientações referentes ao tema do projeto, com o objetivo de informar e de sensibilizar os moradores sobre o despejo inadequado do lixo. Também exibimos um vídeo para contextualizar os impactos que o lixo pode causar na natureza – em rios, igarapés, mata –, afetando a vida dos animais e a saúde das pessoas. Após a exibição do filme, houve um debate com todos e a reflexão dos malefícios do lixo.

A foto abaixo mostra uma parte do público participante.

Foto 5: debate sobre o tema.



Fonte: Raquel Pinheiro, em 21/09/2018.

Nesse momento, conversamos sobre os saberes do povo Munduruku quanto ao meio ambiente, baseados no respeito à natureza, pois é dela que tiramos os recursos para o nosso sustento – alimentos, remédios, materiais para a moradia, dentre outras matérias-primas –, de acordo com as nossas necessidades.

Reafirmamos que a natureza é considerada uma mãe e por isso deve ser respeitada. Esse respeito advém da valorização dos saberes tradicionais, como o fato de se respeitar que cada lugar tem uma mãe ou um dono. Um igarapé, por exemplo, tem uma mãe, que pode ser um animal – como a cobra ou o jacaré – que aparece nos igarapés em horários de descanso, das 12h00 às 18h00. Assim sendo, os humanos devem respeitar esse saber e não frequentar tais locais nesses horários, pois o momento é reservado à mãe do lugar. Além disso, não devem enchê-lo de lixo nem poluí-lo.

Dentre as atividades do projeto, foi realizada uma oficina para a confecção de lixeiras e de placas de madeira, com dizeres de incentivo à conservação do meio ambiente. As fotos a seguir mostram esse momento.

Fotos 6 e 7: construção de placas com orientações ambientais.



Fonte: Josiel Bezerra, em 21/09/2018.

Foto 8: placas prontas.



Fonte: Josiel Bezerra, em 21/09/2018.

Foto 9: confecção das lixeiras.



Fonte: Josiel Bezerra, em 21/09/2018.

Foto 10: resultado da oficina de construção de placas e de lixeiras.



Fonte: Abrão Assis, em 21/09/2018.

A oficina para a construção de placas e de lixeiras de madeira foi muito proveitosa para se refletir sobre educação ambiental junto às crianças e aos jovens, pois, às vezes, somente as reflexões orais não chamavam a atenção. Já por meio das atividades práticas percebemos uma maior participação desse grupo.

Após essa atividade, no período da tarde, às 14h00, realizamos mais uma mobilização. Agora, para a distribuição de lixeiras e de placas de madeira e,

também, para a coleta de lixo em diversos trechos da aldeia, conforme mostram as fotos a seguir.

Foto 11: distribuição de placa no igarapé.



Fonte: Miranilda, professora, em 21/09/2018.

Foto 12: igarapé da aldeia.



Fonte: Miranilda, em 21/09/2018.

Fotos 13 e 14: distribuição das placas pelas ruas da aldeia Ipaupixuna.



Fonte: Raquel Pinheiro, em 21/09/2018.

2.1 Avaliação dos participantes do projeto “Respeitando a Mãe Terra”

Segundo os participantes do projeto “Respeitando a Mãe Terra”, o resultado foi bastante positivo. Os alunos relataram que o mesmo teve muita importância para eles, como forma de incentivo para manterem a aldeia sempre limpa e cuidarem do meio ambiente, conforme mostra a fala de um deles.

Esse trabalho é muito importante para a aldeia, pois é um grande incentivo para a preservação da natureza e do ambiente onde a comunidade está localizada. O projeto foi desenvolvido em parceria com a comunidade escolar, onde houve uma participação dos alunos em confeccionar as placas, incentivando a preservar o ambiente e manter vivos os igarapés, as ruas sempre limpas, etc. (Participante 7)

Alguns comunitários falaram ainda da necessidade de ações que trabalhem a educação ambiental, mesmo que sejam atividades simples, pois são necessárias para mudar os hábitos que prejudicam a aldeia, como o descarte inadequado do lixo, tanto nas ruas como nos igarapés. É o que ilustra a opinião de dois dos participantes, abaixo.

Muito importante que haja esse tipo de ação, sabemos que ainda, infelizmente, há imensa necessidade que se eduque a população a respeito do destino final do lixo. Essas atividades são pequenos passos para grandes mudanças nos hábitos das pessoas, especialmente em locais onde não há coleta de lixo, como é o caso da aldeia de Ipaupixuna. (Participante 34)

O projeto foi de muita importância para a conscientização de todos sobre o lixo, pois temos que cuidar do nosso meio ambiente e cuidar do lixo que produzimos, formas de não deixar que o mesmo aumente e polua nossos igarapés. (Participante 3)

Para nós, acadêmicos indígenas da Ufopa, foi de muita importância, pois adquirimos experiência em como fazer um projeto e como organizar ações, aperfeiçoando-nos ainda no uso do computador. Conseguimos um bom resultado com essa ação, além de interagir com os comunitários, melhorando assim nossa comunicação com cada um deles.

PALAVRAS FINAIS

Este texto relatou nossa experiência no desenvolvimento de algumas ações realizadas em Ipaupixuna/PA, no âmbito do projeto “Respeitando a Mãe Terra”, em setembro de 2018.

Esse projeto surgiu devido a nossa observação do descarte de lixo na aldeia, onde não há coleta pelo poder público. Para nós, a natureza deixa de ser respeitada quando descartamos o lixo doméstico de forma inadequada e também em locais inadequados, como naqueles considerados sagrados. Isso é não somente um grande desrespeito à nossa mãe terra, como também afeta a saúde dos moradores, pois o lixo descartado aleatoriamente pelas ruas da aldeia atrai doenças e, se arrastado pela chuva, contamina a água dos rios e dos igarapés.

Com a finalidade de contribuir para a conscientização do nosso povo a partir de reflexões e de informações, as quais proporcionamos por meio de vídeos, debates e oficinas, acreditamos que conseguimos conscientizar um pouco os nossos parentes quanto aos hábitos de limpeza da aldeia, visto que almejam reutilizar parte do lixo produzido – restos de comidas, cascas de ovos, farelos de pães, resíduos de verduras, legumes, resíduos de paus velhos e outros – para a formação de adubo orgânico, a partir da técnica da compostagem. Além dessa, outras manifestações demonstraram certa preocupação em cuidar do nosso território.

Avaliamos que as atividades foram realizadas com sucesso e que os participantes expressaram aceitação e colaboração, mas sabemos que o problema ainda não se resolveu, pois a conscientização não ocorre de uma hora para outra, além disso, também precisamos da adesão de toda a comunidade. Assim, pretendemos

continuar contribuindo para que sejam encontradas saídas adequadas para o problema do lixo em Ipaupixuna.

REFERÊNCIAS

RÊGO, Gilson de Jesus; VIEIRA, Judith Costa; NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho (Orgs). *OCEYPI EKAWEN: HISTÓRIA DA NOSSA TERRA*. Comissão Pastoral da Terra: Santarém, 2016.

8. IDIBI XIPAT: AÇÕES PELA SAÚDE DOS MUNDURUKU DE TAKUARA

Eder Tiago Paz Correa¹
Rosiene de Souza Cruz²
Rosimary de Sousa Cruz³
Silvana dos Santos Nobre⁴
Simone Alves Monteiro⁵
Willames Sousa da Costa⁶

RESUMO: O presente artigo relata o desenvolvimento das atividades do projeto *Idibi Xipat* (“Água Boa” em munduruku), realizadas em 2018, com objetivo de conscientizar os moradores da aldeia Takuara quanto aos cuidados no consumo de água, para evitar doenças, haja vista que a aldeia não conta com sistema de esgoto nem de água tratada, apenas recentemente recebeu um microssistema de água. Tal conscientização foi realizada por meio de uma oficina de trabalho, organizada em duas partes, uma mais teórica e outra mais prática. Na primeira, informamos e contextualizamos a situação e os problemas relacionados à água no Brasil e no mundo, por meio de palestras. Na segunda, realizamos uma oficina no âmbito escolar, com diversas atividades relacionadas ao conteúdo apresentado nas palestras, tais como: desenhos, peça teatral e paródia. Acreditamos que este trabalho foi de grande relevância, pois proporcionou reflexão aos comunitários e fez com que se mobilizassem em busca de soluções para o problema da água consumida na aldeia.

PALAVRAS-CHAVE: Água tratada; Saúde Pública; Educação Ambiental; Aldeia Takuara/PA.

INTRODUÇÃO

A água é um requisito básico para a manutenção da qualidade de vida e a água doce é um bem naturalmente escasso, uma vez que 97,6% do total da água presente no planeta é salgada. A falta de água potável e de esgotamento sanitário é responsável pela contração de diversas doenças e grande parte das internações hospitalares. (AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS, 2005 apud SOUZA, ROLIM E CUNHA.)

A água é um bem precioso e indispensável à vida, conforme explicita a citação acima. Trata-se de uma substância muito importante para os seres vivos e, por isso, cabe-nos a responsabilidade de cuidá-la e preservá-la, tendo em vista

¹ Discente do curso de Ciência e Tecnologia na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: edertiago897@gmail.com;

² Discente do curso de arqueologia, na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: www.21.rosy@gmail.com;

³ Discente do curso de Bacharelado em Direito, na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: marymdk42@gmail.com;

⁴ Discente do Curso de Bacharelado em Farmácia, na Universidade Federal do Oeste do Pará E-mail: silvanaraoni@gmail.com;

⁵ Discente do Curso de Licenciatura em Geografia, na Universidade Federal do Oeste do Pará E-mail: mundurukusimone@gmail.com;

⁶ Discente do Curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional. E-mail: willy_borari@yahoo.com.br.

que, apenas 0,007% de toda água doce do planeta é disponível para o consumo humano.

Além da necessidade de conservação, o consumo de água exige certos cuidados já que nem toda água limpa é saudável. Foi pensando nisso que elaboramos o projeto⁷ *Idibi Xipat* (“água boa” na língua munduruku), por meio do qual prevemos ações para conscientizar os comunitários da aldeia Takuara. Ou seja, nossos objetivos visaram promover ações que mobilizassem os comunitários a conhecerem, refletirem e agirem acerca dos problemas decorrentes do consumo de água sem tratamento.

Desse modo, levamos informações referentes à situação da água no mundo e no Brasil; também sobre as principais doenças que podem surgir com a utilização de água contaminada; e sobre formas de tratamento da água (como o uso adequado do hipoclorito de sódio e fervura da água para evitar doenças). Além disso, o projeto buscou mobilizar a comunidade a procurar parceria com instituições competentes para realização de pesquisa sobre a qualidade da água em Takuara e, também, para requerer junto aos órgãos competentes o direito ao esgoto e água tratada.

A atividade consistiu numa oficina de trabalho em setembro de 2018, com início às 08h00min da manhã e término às 17h30min da tarde, no espaço físico da Escola Indígena Laurelino Floriano Cruz (na aldeia Takuara), anexo à Escola Polo da aldeia de Bragança: Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Filomena, situada no município de Belterra, na Floresta Nacional do Tapajós, a cerca de 123 quilômetros de Santarém/PA. Tal oficina contou com a participação de 30 pessoas, entre essas, alunos do Ensino infantil, do Ensino Médio e comunitários.

A metodologia que utilizamos foram apresentações expositivas aos alunos do ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e aos comunitários adultos. Buscando gerar interação entre escola e comunidade, no sentido de oportunizar informações e reflexões sobre os problemas ambientais que podem causar danos à saúde, como é o caso da água contaminada. É sobre a experiência de implementação desta atividade que abordaremos nos próximos itens deste texto.

⁷ Esse projeto foi elaborado na disciplina Introdução à Metodologia Científica, sob a orientação da professora Denize Carneiro, no primeiro semestre de 2018, durante o período de Formação Básica Indígena, na Universidade Federal do Oeste do Pará.

1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA⁸

1.1 Localização e População da Aldeia Takuara

A aldeia Takuara situa-se à margem direita do rio Tapajós, na área de conservação Floresta Nacional do Tapajós⁹ (FLONA), a 33 km da Rodovia BR163 Santarém/Cuiabá, na Terra Indígena (T.I.) Takuara, totalizando uma extensão territorial de 25.223 hectares, Município de Belterra, no Estado Pará, tendo como ponto no GPS as seguintes coordenadas: 03°09'52,0" 055°09'35,0"

O mapa abaixo situa a localização da aldeia Takuara.

Mapa 1: localização da aldeia Takuara



Fonte: ISA, 2015.

⁸ Informações nossas, obtidas com os moradores mais velhos de Takuara, em setembro de 2018.

⁹ Área de conservação, localizada na Amazônia, cuja criação ocorreu por meio do Decreto n° 73.684, de 19 de fevereiro de 1974. Disponível no site do ICMBIO: <http://www.icmbio.gov.br/flonatapajos/>

A população da Aldeia Takuara é constituída por 46 famílias, totalizando 155 indígenas da etnia Munduruku. Com a vinda de outras pessoas para a aldeia, hoje a população conta com a presença de outros povos indígenas como: Tupinambá, Kumaruara e Borari, que vieram para Takuara, formaram família e passaram a se autoafirmar como sendo Munduruku.

O povo Munduruku vive na sua maioria de forma tradicional, praticando a agricultura de subsistência, também a caça, a pesca, a coleta de frutos da floresta e produzindo suas bebidas, como o Tarubá e o caxiri. Os Munduruku praticam seus rituais, respeitam seus lugares sagrados, têm nos seus costumes e crenças a valorização da sua cultura, para que se mantenha viva às futuras gerações.

A foto a seguir exemplifica os alimentos consumidos pelos indígenas de Takuara.

Foto 1: alimentos consumidos em Takuara.



Fonte: foto tirada pela equipe do projeto, durante as atividades.

1.2 Aldeia Takuara: origem e situação atual

A história da aldeia Takuara começa por volta do ano de 1889, com a chegada do casal *Simplício Pinto de Assunção* e *Maria Porquéria*, que se agradou do local e estabeleceu moradia nessas terras. O núcleo familiar desse casal, formado por

apenas dois filhos adotivos, *Isabel Francisca Assunção* e *Inácio Pinto Assunção*, configurou-se na base para população dessa comunidade e na organização social dos indígenas Munduruku, que mais tarde viria se tornar aldeia Takuara.

Em 1891, foi morar nesse local o senhor Manoel Ribeiro dos Santos, identificado pelos Munduruku de Takuara como descendente dos Tupinambaranas, que viviam à margem esquerda do Baixo rio Tapajós. Em 1908, Manoel se casou com Izabel e tiveram cinco filhos: Nazário Ribeiro dos Santos, Maria Nicomédia dos Santos, Filomena Ribeiro dos Santos, Cipriano Ribeiro dos Santos e Cândida Ribeiro dos Santos.

Por volta de 1932, chega em Takuara o pajé *Laurelino Floriano Cruz*, da região do Arapiuns/PA, mais precisamente da comunidade de Curi, às margens do rio Maró, onde estava instalada uma missão católica. Seus descendentes dizem que ele procedia da tribo *Kumarua* e se incorporou ao povo Munduruku de Takuara, casando-se com Maria Nicomédia em 1938, uma das filhas de Ribeiro dos Santos. Outras famílias procedentes do povo Arapiun, atraídas pelo conterrâneo na localidade, também decidiram morar em Takuara.

O senhor Laurelino tinha o dom da pajelança. Seu dom para cura de males físicos e psíquicos era muito respeitado, sua fama era reconhecida por pessoas de diversos lugares, atraindo pessoas de várias cidades do Pará, como: Itaituba e Santarém e, com o passar do tempo, de todo o Brasil. Em torno dessa figura amada e ao mesmo tempo temida, formou-se uma comunidade muito orgulhosa de si mesma, suficientemente coesa para organizar e liderar o movimento de resistência dos ribeirinhos da *Floresta Nacional do Tapajós* para permanência nessas terras. O pajé Laurelino era líder comunitário e procurou mobilizar os indígenas a lutarem por seus direitos e a requererem junto aos órgãos competentes, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), a resolução de problemas fundiários que os comunitários passaram a sofrer em função de ameaças externas.

Em função disso, Laurelino contribuiu significativamente para o surgimento do *Movimento Indígena na região do Tapajós e Arapiuns*. Takuara foi a primeira aldeia a se reconhecer como indígena na região do Baixo Tapajós, incentivando o autorreconhecimento indígena em outras aldeias dessa região. Atualmente, já são 13 os povos indígenas na região do Baixo Tapajós que lutam por direitos e fazem enfrentamento aos grandes projetos madeireiros, de extração de Minérios e de

construção de hidrelétricas que ameaçam o presente e o futuro dos indígenas e ribeirinhos que vivem nessas localidades.

A aldeia conta atualmente com uma Escola Municipal de Ensino Fundamental, cujo nome foi escolhido em homenagem ao pajé e líder, Laurelino Floriano Cruz. A estrutura da escola foi cedida para o funcionamento do Sistema de Ensino Modular Indígena (SOMEI), somando ao todo 84 alunos matriculados, 07 professores e 03 funcionários que prestam apoio operacional.

A aldeia é organizada pelos próprios moradores. Tem como suas principais lideranças, o Cacique Sebastião Gleidson dos Santos Nobre, o Tuxaua Leonardo Pereira dos Santos, o Pajé Guilherme Floriano dos Santos e a parteira Maria Arlete Floriano dos Santos. Para melhor reivindicar seus direitos, a aldeia criou a Associação de Produtores Rurais da Aldeia Munduruku de Takuara (ASPRAMUT), que se encontra totalmente regularizada, com CNPJ em dia e atuante na sua missão.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA DAS ATIVIDADES DO PROJETO IDIBI XIPAT

De acordo com o cronograma do projeto *Idibi Xipat*, as atividades foram realizadas em etapas: apresentação do projeto às lideranças; anuência para realização; divulgação na aldeia; preparação das atividades e sua realização.

O projeto foi apresentado aos líderes de Takuara em 31 de agosto de 2018¹⁰. Falamos da motivação para sua elaboração, dos nossos objetivos e solicitamos autorização para realizá-lo. As lideranças gostaram da nossa atuação, deram sua anuência, nos parabenizaram e falaram sobre o nosso papel como graduandos, conforme mostra um trecho da fala do tuxaua da aldeia, senhor Leonardo, direcionada a nós, estudantes indígenas da Ufopa.

Estou muito feliz que vocês estão trazendo o retorno que esperamos aqui na base. Vocês são os primeiros estudantes que acabaram de entrar e já estão mostrando o papel de vocês na universidade. Parabênico também pelo tema escolhido. Tudo é relacionado para nós índios que somos analfabetos e agora nossos filhos estão tendo essa oportunidade de trazer o conhecimento do branco. Dois anos atrás, nossa aldeia estava sofrendo com Hepatites, diarreias, vômitos nas nossas crianças, febre, dor de cabeça, devido a poluição da água do rio, e esse projeto vem na hora certa. (LEONARDO MUNDURUKU, 2018).

¹⁰ Momento em fomos participar do evento em comemoração aos 20 anos de Resistência do Povo Munduruku da aldeia Takuara

Nessa oportunidade, convidamos os comunitários a participarem, assim como tratamos da logística de realização da atividade com a gestora da escola e com o agente de saúde.

No dia 27 de setembro de 2018, organizamos os locais das atividades: a moloca e o quintal. Começamos fazendo *tecelagem* das palhas para ornamentação. A professora Maria Arlete e seu esposo José Orivan se manifestaram para ajudar a ensinar a trançar as palhas e o tajá. Em seguida, enfeitamos, varemos o local (cf. foto 2) e testamos o funcionamento dos equipamentos que pegamos emprestado: caixa amplificadora, microfone, *datashow* e *slides* que elaboramos.

Foto 2: limpeza do local da oficina



Fonte: Willames Sousa, durante a atividade, em 27/09/2018.

Dia 28 de setembro de 2018, foi o dia para a execução das atividades do projeto *Idibi Xipat*. Iniciamos pela manhã debaixo das árvores, com um ritual indígena, denominado “Chama os nossos”, seguido de banho de cheiro feito com *paticholin*, *mucuracaá*, *envira ataia*, *breu branco* e *tauari*, com o objetivo de tirar as impurezas dos corpos dos indígenas e não-indígenas, para obter um bom evento, pois, os Sacacas, pajés e todos os espíritos e os encantados fazem-se presentes nesses momentos. As fotos a seguir, ilustram os momentos do ritual.

Foto 3: Ritual de abertura dos trabalhos



Fonte: Francisca Alves, durante a atividade, em 28/09/2018.

Foto 4: Ritual de abertura dos trabalhos



Fonte: Francisca Alves, durante a atividade, em 28/09/208.

Após o ritual fomos para a moloca e demos encaminhamento à nossa programação com a parte mais teórica, ou seja, com informações sobre:

- A importância da água no Brasil e no mundo, trazendo reflexões sobre a realidade da comunidade;
- Doenças causadas pela contaminação de água e provenientes do lixo;
- Formas de cuidados e tratamento da água.

Foto 5: Graduandos proponentes do projeto.



Fonte: Francisca Alves, durante a atividade, em 27/09/208.

Após esse momento informativo, abrimos espaço para perguntas e contribuições dos participantes. A professora do Ensino Fundamental, Maria Francisca, contribuiu falando sobre o meio ambiente; a coordenadora da escola Delma Alves fez um breve

relato sobre o estado da água na aldeia, antes e agora; o morador Guilherme também relatou que os grandes empreendimentos estavam afetando diretamente a água do rio, tanto é que várias nascentes já tinham secado, conforme mostra um trecho da sua fala:

Eu nasci e cresci na beira desse rio, sempre foi farto de peixes... chega a gente escolhia o qual queria comer. Nesse tempo, não tinha energia elétrica dessa tal de Celpa e nós ia pegar água bem no meio do rio que era bem geladinha. Meu pai Lauro sempre dizia que os tempos ruins estavam por vir mas ninguém acreditava. Me lembro também que ele colocou uma regra na casa: de ninguém jogar lixo na aldeia para não prejudicar os verdadeiros donos... E voltando para os dias de hoje é tudo diferente, já é muito escasso de peixes, a água não é mais limpa. Só é lodo e lixo que os donos dessas balsas jogam, e com isso estamos ficando doentes, por causa que nós não somos acostumados com essas imundices. Gente, eu espero ter contribuído com alguma coisa e quero muito que vocês tomem iniciativa de fazer uma pesquisa sobre nossa água, já que vocês têm contato com as pessoas que entende sobre essas coisas (Comunitário Guilherme, Takuara 28/09/2018).

A foto abaixo mostra esse momento de contribuição dos comunitários na reflexão sobre a água e o meio ambiente na aldeia.

Foto 6: Fala da responsável pela Escola.



Fonte: Rosiene Cruz, durante a atividade, em 28/09/2018

Em seguida ocorreu a exibição do documentário “*Forúm Mundial das Águas*” com duração de 45 minutos, para reforçar as reflexões antes discutidas e debatidas.

A programação continuou, agora com a parte mais prática, voltada para os discentes da escola, que foram organizados em grupos: as acadêmicas Rosimary Cruz

e Silvana Nobre ficaram responsáveis pela educação infantil, que por meio de diálogo e desenhos acompanharam a reflexão e a compreensão das crianças sobre o tema água; as acadêmicas Rosiene Cruz e Simone Monteiro trabalharam com os alunos do Ensino Fundamental em uma produção teatral sobre o cuidado que devemos ter com a água. Por sua vez, os acadêmicos Willames Costa e Eder Correa, juntamente com os alunos do Ensino Médio e os adultos, produziram narrativas, paródias e poesias relacionadas ao tema água. Essas atividades finalizaram a programação da manhã.

Após um intervalo, a programação reiniciou às 14h00min com a apresentação dos resultados do trabalho em grupo. A primeira equipe a se apresentar foi de Rosimary e Silvana que trabalharam com as crianças, as quais expuseram seus desenhos, explicando seus respectivos significados.

Foto 7: resultado dos trabalhos dos estudantes de Ensino Infantil.



Fonte: Francisca Alves, durante a atividade, em 28/09/208.

A segunda equipe, de Rosiene e Simone, que trabalharam com o Ensino Fundamental, apresentou uma peça teatral que tinha como tema: os cuidados que devemos ter com a água.

Foto 8: resultado dos trabalhos dos estudantes de 6º ao 9º ano.



Fonte: Rosiene Cruz, durante a atividade, em 28/09/208

Por fim, a última equipe, de Eder e Willames, apresentou uma paródia com o tema: “Cuidado para água não acabar”, conforme ilustra a foto a seguir.

Foto 9: resultado dos trabalhos dos estudantes de Ensino Médio



Fonte: Rosiene Cruz, durante a atividade, em 28/09/208

Após a apresentação dos grupos, todos assistiram ao filme “A era do gelo 5”, finalizando, assim, a primeira etapa das atividades do nosso projeto, às 17h30min. A foto seguir apresenta todos os participantes do evento.

Foto 10: participantes da oficina, no encerramento das atividades.



Fonte: Rosiene Cruz, em 28/09/2008.

Houve várias dificuldades para aplicação do projeto *Idibi Xipat*, como por exemplo, a falta de recursos financeiros para nos deslocarmos de Santarém a Takuara e para comprar alimentação e materiais didáticos para a oficina. Felizmente, recebemos apoio de Cleber Paixão, funcionário da Ufopa e da nossa monitora de Pibex, Crislaine Tapuia. Essas pessoas foram fundamentais para que a nossa oficina fosse realizada. Apesar desses problemas, obtivemos êxito na execução do projeto e os moradores pediram uma segunda etapa com a apresentação do resultado da pesquisa sobre a qualidade da água, cuja amostra seria coletada em vários pontos da aldeia.

2.1 Avaliação da atividade

O projeto *Idibi Xipat* (Água Boa) foi muito bem recebido pelos comunitários da aldeia Takuara e também pela comunidade escolar, que parabenizaram bastante a nossa iniciativa e as atividades realizadas. Para alguns moradores a aldeia necessitava de uma ação como esta, que levasse informações sobre um problema vivido por eles, conforme ilustra o trecho da fala de um dos participantes: “O projeto com o tema abordado foi de suma importância para o momento que a aldeia está vivendo, morte por suspeita de água contaminada, doenças, entre outros”.

Para nós, levar a discussão desse tema até Takuara foi importante para contribuir com a melhoria de vida na aldeia e também por fazer a ligação entre universidade e aldeia. Isso nos deu a oportunidade de levar informação aos nossos parentes, além de amadurecer em nós o compromisso com o nosso lugar de origem, o que foi observado pelos participantes, conforme a fala do participante 15: “O que mais gostei foi que a universidade está fazendo seus alunos fazerem seus trabalhos voltados para a aldeia, pois esse objetivo da universidade é também da aldeia”.

Como equipe, avaliamos que essa experiência foi de suma importância para nossa vida acadêmica. A elaboração do projeto sob a orientação da professora Denize de Souza Carneiro, bem como a sua execução, nos proporcionou ricos conhecimentos, seja no aspecto acadêmico, no pessoal ou no humano. Os métodos adotados fizeram com que aprofundássemos cada vez mais nossos conhecimentos. Sentimos que estamos mais preparados para lutar contra os opressores que burlam ou querem tirar nossos direitos.

Levar a informação sobre um tema bastante debatido em todo o mundo para a aldeia nos deu a oportunidade de mostrar a importância que a água exerce na vida do ser humano e de como ela deve ser tratada. De fato, essa experiência nos proporcionou autoconfiança e autonomia para enfrentar os desafios na carreira acadêmica.

PALAVRAS FINAIS

Neste artigo, relatamos uma experiência muito significativa de realização do projeto *Idibi Xipat*. O projeto foi implementado na aldeia Takuara com o propósito de contribuir com a qualidade de vida do nosso povo, que acolheu e abraçou nosso projeto, e, por isso, consideramos que nosso objetivo foi alcançado.

Apesar da ausência de recurso financeiro e outros desafios, com muita força de vontade e garra realizamos a primeira fase do projeto com saldos bastante positivos, visto que alguns encaminhamentos foram tomados pela comunidade e algumas parcerias foram feitas, por exemplo, a pesquisa para verificar a qualidade da água consumida na aldeia.

Desta forma agradecemos: a nossa orientadora, professora Denize Carneiro, que com seus métodos de ensino aprimorou nossas ideias tanto na construção quanto na realização do projeto; a nossa monitora Crislaine Tapuia, que nos auxiliou na

construção do projeto; aos moradores e professores de Takuara por nos ajudarem na ornamentação dos espaços utilizados; a todos que doaram alimentação e cederam seus equipamentos para que as atividades pudessem ser realizadas. Finalmente, a todos que contribuíram direta e indiretamente, o nosso agradecimento.

REFERÊNCIAS

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Disponível em:

<http://novacartografiasocial.com.br/relancamento-do-caderno-cartografia-social-1-resistencia-e-mobilizacao-dos-povos-indigenas-do-baixo-tapajos-com-mapa-atualizado-em-2015/>. Acesso em: 11/11/2018

ALMEIDA, Rita Heloísa de. *Relatório de viagem ao rio Tapajós*. Portaria n.º84 de 31 de janeiro de 2001, publicada pelo DOU de 02 de fevereiro de 2001, e ao artigo 1º da Portaria n.º 478/PRES/31 de maio de 2001, DOU de 7 de junho de 2001.

SOUZA, Yanna Julia Dantas de; BEZERRA, Jardson Álvaro Freitas, ROLIM, Hozineide Oliveira; CUNHA, Jonathan de S. *Influência de fossas negras na contaminação de poços subterrâneos na comunidade vila nova, Itaiçaba-Ceará*. Disponível em: http://www.unicap.br/encontrodasaguas/wp-content/uploads/2013/07/Yana-Julia-Dantas-de-Souza-cearaTrabalho_2073001735.pdf. Acesso em: 18/08/2018.

9. VALORIZANDO A MEDICINA TRADICIONAL INDÍGENA NA TI MARÓ

Jocinaldo Fernandes Costa¹
Ronaldo Costa Sousa²

RESUMO: O presente artigo tem a finalidade de relatar nossa experiência no âmbito do projeto “Resgatando a medicina tradicional na T.I Maró” criado por nós e implementado no Centro de Apoio dessa Terra Indígena, em setembro de 2018 com a participação de pessoas de três aldeias, a saber: Novo lugar, Cachoreira do Maró e São José III. A Ação consistiu numa oficina que teve os seguintes objetivos: fortalecer e revitalizar os conhecimentos tradicionais, relacionados à medicina tradicional; incentivar os jovens a aprenderem as receitas de remédios caseiros; identificar as plantas medicinais e sua utilidade. De acordo com a avaliação dos participantes a atividade foi desenvolvida com êxito e foi de grande importância para os povos Borari e Arapiun da T.I Maró. Para nós indígenas, autores da proposta, foi uma experiência ímpar, crucial para o nosso desenvolvimento acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE: Medicina Tradicional; Terra Indígena Maró; Povo Borari; Povo Arapiun.

INTRODUÇÃO

No Brasil atual, cada vez mais surgem iniciativas voltadas para o fortalecimento e para a valorização de práticas e fazeres tradicionais inscritos em contextos socioculturais particulares, seja por atores ligados aos órgãos governamentais, seja pelos povos e comunidades indígenas, de acordo com suas necessidades. A medicina tradicional indígena constitui um dos saberes que esses povos buscam fortalecer e lutam pelo seu reconhecimento como saber específico.

Entre os indígenas Borari e Arapiun da Terra Indígena Maró é comum ouvirmos dos mais velhos falas como: “No meu tempo a gente não sabia o que era um hospital”; “De manhã cedo tem que tomar banho pro rio levar o catarro”; “Borra do café com sal e limão é bom pra curar diarreia”, infelizmente os mais jovens não têm valorizado

¹ Indígena do povo Arapiun. Graduando do curso de Engenharia Florestal, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: jocinaldofernandes@gmail.com.

² Indígena do povo Borari. Graduando do curso de Licenciatura em Química, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: arapiunmaro@gmail.com.

esses saberes, pois a pressão do ocidente pelo uso dos medicamentos³ de laboratórios, industrializados, tem conseguido levar os indígenas a utilizá-los de forma mais frequente. Mas sabemos que os medicamentos industrializados, assim como tratam doenças, podem também trazer outros problemas ao organismo humano. Daí surge o nosso interesse em realizar ações em prol da valorização dos remédios naturais que eram usados na prevenção e na cura de doenças pelos nossos antepassados. Além disso, é uma forma de valorizar nossos sábios indígenas que ainda detêm os conhecimentos sobre os remédios vindos da floresta.

Para isso, planejamos uma oficina de remédios caseiros para chamar a atenção dos jovens das aldeias da Terra Indígena Maró acerca da importância da Medicina Tradicional Indígena. Nossa intenção foi de estimular o uso de produtos naturais, pois eles causam menos efeitos colaterais ao organismo. Ademais, nem sempre contamos com os serviços de saúde do Estado que, se já é precário nas cidades, nas aldeias, muitas vezes, nem chega. Ações dessa natureza não apenas contribuem para manter vivos esses conhecimentos às futuras gerações do nosso povo, como também é uma forma de seguir a inteligência e a sabedoria dos nossos ancestrais que souberam viver da floresta. Se existimos até hoje, em grande parte foi por conta dos conhecimentos e das escolhas sábias que eles fizeram. Conhecer a floresta e saber como utilizar o que nela existe é uma estratégia de vida.

O projeto “Resgatando a medicina tradicional na T.I Maró” teve sua origem nas disciplinas da Formação Básica Indígena (FBI) - um projeto institucional da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), como forma de apoiar os indígenas no início de sua graduação – com a orientação da professora Paula de M. Colares, durante o ano letivo de 2018.

Para sua realização utilizamos a estratégia metodológica de pesquisa ação/participante. Nesse tipo de estratégia a população envolvida objetiva identificar seus problemas, analisá-los e buscar soluções adequadas (LE BOTERF, 1984). Nesse sentido, é importante salientar que os participantes atuaram ativamente nos trabalhos e não tiveram suas funções resumidas à delegação de tarefas, pois

³ Medicamentos referem-se a substâncias ou preparações elaboradas em farmácias (manipulados) ou indústrias (industriais), que devem seguir determinações legais de segurança, eficácia e qualidade, o que se avalia por meio de testes. Já o termo *remédio* refere-se a “todo e qualquer tipo de cuidado utilizado para curar ou aliviar doenças, sintomas, desconforto e mal-estar” (ANVISA, 2010, p.14).

colaboram na produção de conhecimentos. Assim sendo, os professores da oficina foram indígenas das nossas aldeias que possuem os conhecimentos sobre os remédios caseiros e também sabem as doenças que mais nos afetam.

A seguir, relatamos a experiência vivenciada na ação do nosso projeto, mas antes apresentamos algumas informações que contextualizam acerca do público beneficiado com a atividade e algumas noções sobre a história das nossas aldeias: Novo Lugar (comunidade de Jocinaldo Fernandes Costa) e aldeia Cachoeira do Maró (comunidade de Ronaldo Costa Sousa).

1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA

Embora a população beneficiada com a atividade do nosso projeto seja de três aldeias distintas, situadas na Terra Indígena Maró, a ação foi realizada, como já dito, no *Centro de Apoio do Maró*, num barracão que pertencia às empresas madeireiras que exploravam este território e que foi retomado em 2013, tendo em vista a proteção da Terra Indígena.

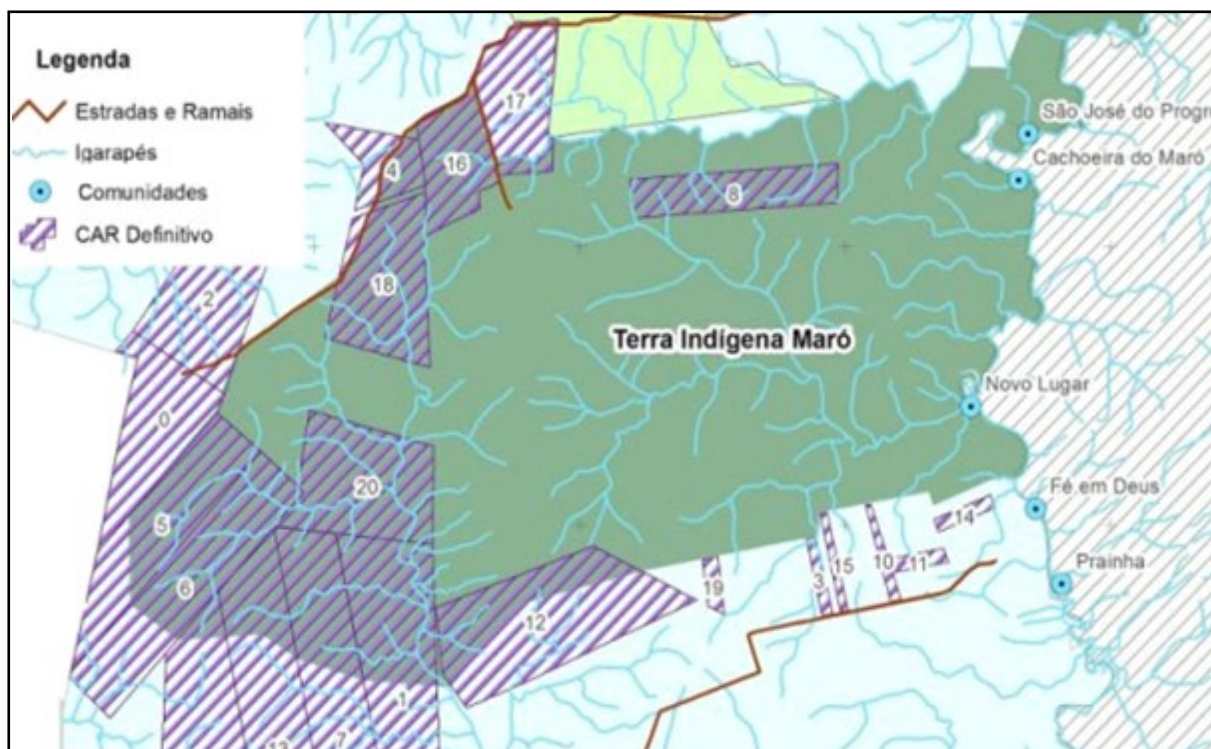
O *Centro de Apoio* fica dentro dos limites do território, a aproximadamente 14 km das casas dos moradores da aldeia Novo Lugar. Lá, todos os anos, na primeira semana de setembro, acontece um encontro dos povos *Borari* e *Arapiun*, organizado pelas lideranças, pelos professores e pela diretora das escolas das aldeias Cachoeira do Maró e Novo Lugar, conjuntamente. Os objetivos principais desse encontro são: o fortalecimento da Identidade Indígena e a socialização dos saberes tradicionais.

Durante uma semana, todas as atividades da escola acontecem nesse centro: oficinas, contação de narrativa dos antigos, ações de monitoramento do território e outras atividades.

A T.I Maró compreende as aldeias Novo Lugar, Cachoeira do Maró e São José III. A primeira (Novo Lugar), é composta por cerca de 21 famílias Borari. A segunda (Cachoeira do Maró), constitui-se de 17 famílias da etnia Arapiun, e a terceira (São José III), compõe-se de 9 famílias também da etnia Arapiun. Essas aldeias localizam-se à margem direita do rio Maró, no município de Santarém/PA e abrange uma área de 42.373 hectares (FUNAI, 2011).

O mapa 01 ilustra a localização desse território.

Mapa 1: Terra Indígena Maró



Fonte: Centro de Estudos Bíblicos (s.d)

Desde a chegada de invasores - madeireiros e fazendeiros - em nossa região, nunca mais tivemos uma vida sossegada. Constantemente o Território sofre ameaças ambientais o que nos deixa bastante inquietos e desconfortáveis. Em função disso, passamos a procurar alternativas em prol do nosso fortalecimento como grupos étnicos e, principalmente, pela demarcação, vigilância e conservação da terra que tradicionalmente ocupamos.

Uma das alternativas foi utilizar nosso território como espaço de aprendizagem e produção de conhecimentos, fazendo atividades ao ar livre, e não somente entre “quatro paredes” como ocorria antigamente (conforme o modelo da escola do branco, imposto aos indígenas). Para isso a escola cada vez mais está tomando conta de todo o território como uma das maneiras de educar, respeitando, valorizando e, principalmente, defendendo nossa terra.

1.1 Aldeia Novo Lugar, povo Borari⁴

Depois dos Borari passarem por diversos lugares se refugiando de guerras e procurando solo fértil para seu plantio, o casal Alvelino Corrêa e Salustiana Alves de

⁴ Esta seção foi escrita com base em vários relatos de moradores de Novo Lugar, os quais disseram não ter segurança das datas de todos os fatos apresentados, por isso não os apresentamos.

Sousa com seus seis filhos (Floriano, Higino, Constantina, Zilda, Mário e Maria) chegaram num lugar chamado *Beiju Açu*, localizado no limite da Terra Indígena, subindo pelo rio Maró.

Há relatos de que o lugar de origem deles, como sendo do povo Borari, é a região de *Alter do Chão/PA*, mas seu Alvelino e dona Salustiana resolveram sair, fugindo de guerras, como a Cabanagem, que se alastraram na região do Baixo Tapajós. O casal, recém-casado, resolveu subir o Rio Arapiuns como nômades, refugiando-se das guerras, a procura de um lugar seguro que garantisse sua sobrevivência.

Porém, por onde andavam sentiam-se ameaçados pelos invasores, então, continuaram subindo o rio Arapiuns, chegando a construir casas por diversas aldeias, entre elas se destacam: Atodí, Gurupá, Maripá, São Pedro. Entretanto, dona Salustiana dizia que esses lugares não satisfaziam suas necessidades de viver de acordo com sua cultura e ao mesmo tempo ela não se sentia segura da guerra. Por conta disso, o casal continuou subindo o rio Arapiuns até que chegaram ao rio Maró. Lá encontraram pequenos povoados, que tinham uma organização social própria, onde um cuidava do outro. Viviam da caça, da pesca, da coleta de frutos, cultivando a terra, longe do perigo da guerra. O casal identificou-se muito bem com aqueles povos, pois era assim que viviam antes da *guerra da cabanagem* e, por isso, decidiram estabelecer sua morada às margens do Rio Maró, num local que aos poucos constituiu-se em um pequeno povoado.

Em meados de 1990, o povoado não era reconhecido pelo município de Santarém como sendo aldeia e nem como comunidade, por isso não havia escola. As crianças e jovens não sabiam ler nem escrever, porém tinham os saberes do povo, tinham conhecimento de mundo. Não pensavam no individualismo, no capitalismo e viviam em harmonia. No entanto, já haviam tido contato com os não indígenas da região, por exemplo, quando viajavam⁵ para a cidade, onde precisavam se comunicar com eles. Para melhorar essa comunicação, o povoado resolveu pagar uma professora para ensinar seus filhos a trocar os produtos cultivados, como: farinha, tapioca, cará, beiju etc., porém como os professores não recebiam salários, não manifestavam responsabilidade e logo iam embora.

⁵ A viagem para a cidade ocorria de dois em dois meses, pois o barco somente passava nesse tempo.

Com a necessidade de ensinar os filhos a se comunicarem com o mundo dos não indígenas, a senhora Edite Alves de Sousa, uma comunitária, fez uma reunião com o povoado para conversar sobre a solicitação aos órgãos governamentais de uma escola para a comunidade, em 1997. Na reunião, ela foi eleita presidente e, depois, escolheram um nome para o lugar daquele povoado, visto que era necessário para requerer a escola. Escolheram então *Novo lugar*, pois consideram que aquele território ao ser reabitado por eles se tornou novo (SOUSA⁶, s.d.)

Desse período para cá a aldeia cresceu bastante, mas não conta com tudo que precisa. Em função disso, hoje, somente 69% da população de Novo Lugar mora na aldeia, as demais pessoas (31%), em decorrência de falta de recursos para sobrevivência ou para dar continuidade aos estudos, migraram para outras comunidades ou para a cidade de Santarém (SOUSA, s.d).

A população que reside na aldeia corresponde a 21 famílias, que somam um total de 111 pessoas entre crianças e jovens adultos, conforme ilustra o quadro 01, a seguir.

Quadro 01: População da aldeia Novo Lugar

POPULAÇÃO DA ALDEIA NOVO LUGAR					
CRIANÇAS		JOVENS		ADULTOS	
Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
24	24	5	6	28	24
Total: 111 pessoas, 21 famílias					

Fonte: Os autores, com base em Sousa (s.d).

Como se pode observar no quadro, há poucos jovens vivendo na aldeia. Eles migraram para continuar seus estudos – no Ensino Médio e no Ensino Superior - em outros lugares.

1.2 Aldeia da Cachoeira do Maró⁷, povo Arapiun

A aldeia *Cachoeira do Maró* foi habitada há muitos anos por um povo indígena de etnia Arapiun. É possível encontrar vestígios dessa existência nos cacos de cerâmica:

⁶ Informações retiradas do relatório de Lidiane Alves de Sousa, moradora da T.I. Maró. Trabalho não publicado, mas cedido para este trabalho.

⁷ As informações desse tópico foram repassadas oralmente pelo professor José Nivaldo Sousa Matos, aos jovens da aldeia.

de pratos, potes e panelas de barros e na *terra preta*, encontrados em sítios arqueológicos.

O senhor Eduardo Bagata Costa, morador antigo desse local, relatou que a aldeia começou a se formar em 1946 com o senhor Francisco Sabino que chegou e fez uma pequena barraca, um *tapiri* de palha preta. Depois, começou sua lavoura. Em 1947, chegou também o senhor Francisco Pimentel que também construiu sua barraca (tapiri de palha preta) e, um ano depois, chegou o senhor Veríssimo Farias, que também construiu seu tapiri e, assim, outros foram chegando e estabelecendo moradia lá.

As famílias de Cachoeira do Maró viviam da plantação de milho, arroz, mandioca e cana de açúcar; também da pesca e da caça. O trabalho comunitário, chamado de *puxirum*, era uma prática entre eles. Nesse tipo de trabalho as pessoas das comunidades não se reuniam apenas para limpar a aldeia, fazer algum roçado, eles também comiam (peixe salgado, carnes de caça) e bebiam (tarubá, tiborna, manicuera) juntos. O *puxirum* não era só um trabalho coletivo, era também uma forma de confraternização, de união.

O senhor Veríssimo, passado um tempo de sua chegada em Cachoeira do Maró, reuniu-se com o Francisco Sabino e com o senhor Francisco Pimentel para discutir sobre a criação de uma comunidade cristã naquela vila. Para isso, sentiram a necessidade de uma organização hierárquica para aquele povoado, cujo primeiro passo foi escolher uma liderança, ou seja, alguém que pudesse atuar como presidente do local. Escolheram então o senhor Veríssimo Farias para assumir essa função. Essa reunião aconteceu no dia 20 de setembro de 1949 e por conta disso, essa data ficou estabelecida como a da fundação da comunidade.

A primeira obra comunitária foi uma capelinha, onde os cristãos realizavam seus cultos e rituais. Em 1950, foi celebrada a primeira missa por um Frei Franciscano, chamado Raimundo.

Em 1952, os comunitários resolveram construir um prédio escolar, pois passaram a sentir a necessidade de colocarem as crianças para estudar. O primeiro professor se chamava Antônio Mota, ele era pajé e pai de alguns alunos.

Em 1953, chegou a imagem de São Francisco de Assis para ser o padroeiro da comunidade, cujo festejo em sua homenagem ficou estabelecido para ser todo dia 17 de setembro, o qual passou a ocorrer a partir de 1954, organizada por um senhor

chamado Graciano, parceiro da comunidade. As festividades duravam oito dias de acordo com os costumes. Nessa ocasião, vendiam-se comidas e bebidas típicas. O encerramento ocorria com uma procissão com o Santo e, depois, festa dançante.

Atualmente, essa festividade continua. Os católicos de Cachoeira do Maró homenageiam o seu padroeiro e confraternizam entre si por oito dias de acordo com a tradição.

2 RELATO DA AÇÃO DO PROJETO: OFICINA SOBRE OS REMÉDIOS CASEIROS

As atividades do projeto “Resgatando a medicina tradicional na T.I Maró” teve seu início dia 01 de setembro de 2018, com a saída (pela estrada), às 14h00, da aldeia Novo Lugar para o Centro de Apoio. Chegamos lá por volta das 16h30, fomos recebidos por alguns alunos e vigilantes, ainda na estrada. Ao chegarmos no local reservado para a Vivência⁸ havia outra recepção, agora, feita pelos professores e pelo Pajé Higino Alves de Sousa, da aldeia Novo Lugar, que estavam organizando um ritual para a abertura das atividades. A oficina do nosso projeto faria parte da programação da Vivência.

Os participantes começavam a chegar para esse momento. Enquanto se preparavam as coisas para as atividades, as pessoas tomavam *tarubá* e conversavam. Ao anoitecer, foi repassado pela coordenação da Vivência os informes sobre a programação. Houve uma reunião com a gestora e os professores para o estabelecimento das funções de cada professor nas atividades que se desenvolveriam no decorrer do dia seguinte.

Dia 02 de setembro de 2018, às 8h00 da manhã deu-se início à Vivência com o ritual de abertura dos trabalhos (Foto 01). O cacique Odair José Alves de Sousa fez uma breve fala sobre a educação na Terra Indígena e sobre a luta para que educação seja específica e diferenciada, conforme previsto na legislação brasileira.

⁸ Nome do evento, que reúne pessoas das três aldeias da Terra Indígena Maró, todo mês de setembro, para fazerem uma experiência de compartilhamento de conhecimentos, relatos de acontecimentos, oficinas e outros.

Foto 1: Ritual de abertura



Fonte: Ivanílson de Sousa Costa, vigilante da T.I Maró, em 02 de setembro de 2018.

Após o ritual, o Pajé Higino apresentou as plantas medicinais e não medicinais a serem plantadas no terreno do Centro e nas margens do *Igarapé da Raposa*, presente nesse terreno. Nessa apresentação falou sobre as propriedades das plantas medicinais para a saúde, também dos seus trabalhos de defumação e sobre a importância do pajé nas aldeias do território, refletindo sobre a questão da espiritualidade e da vivência, sobre o modo de ensinar e aprender, sobre os costumes e tradições das etnias Borarí e Arapiun.

Em seguida, o líder *Dada Borari* deu as boas-vindas a todos os parentes, aos visitantes Kumaruara do intercâmbio e aos demais parentes e iniciou o canto sobre a presença de Tupã nos elementos da mãe Terra e em nós.

Tupã está na terra, Tupã está no céu, Tupã está na mata, Tupã está no rio.
Tupã está em mim, Tupã está na terra, Tupã está no céu, Tupã está na mata,
Tupã está no rio, Tupã está em ti. Tupã está na terra, Tupã está no céu,
Tupã está na mata, Tupã está no rio, Tupã está em nós.

Após o canto conduzido por Dada Borari, Dona Zilda e Dona Catarina fizeram o hasteamento do cocar com o canto: “*O meu cocar é de pena de arara, eu vou cantar com a força do surara, o meu cocar é da pena da ema eu vou cantar com a força da Jurema*”, fazendo a abertura da semana da Vivência do Centro de Apoio.

Depois, cantaram outros cantos (em língua nheengatu): “*Surara Arapiun, Surara Borarí*” (puxado por Dona Zilda e Dona Catarina) e “*Se anama*” (puxado pela parenta Kumaruara Silvany Maria Farias da Costa, da aldeia Solimões).

Em seguida, o cacique Odair Borarí anunciou a mudança do nome da *Escola São Francisco*, da aldeia Novo Lugar, que a partir de então se chamaria *Escola Umbesawaruka Indígena Salustiana Borarí*. A mudança ocorreu como uma forma de valorização da cultura indígena e em homenagem à guerreira *Salustiana Borari* que enfrentou e resistiu à guerra, junto do seu marido Alvelino, dando origem ao Novo Lugar. Além disso, os professores e alunos apresentaram o uniforme oficial da escola aos demais parentes.

Nessa oportunidade, foram mencionados três guerreiros que estudaram na Escola do Território e que estão hoje na Universidade: *Jaime Willian Matos Costa* (cursando Matemática e Física na Ufopa) e nós, *Jocinaldo Fernandes Costa* (cursando Engenharia Florestal na Ufopa) e *Ronaldo Costa Sousa* (cursando Licenciatura em Química na Ufopa), autores deste artigo e realizadores da ação do projeto na Vivência.

Em seguida, a *kunhã puranga* (“menina bonita”) Rosete Alves de Sousa, compartilhou a bebida tradicional *tarubá* a todos, no ritmo do canto *Xibé* e *tarubá puranga*, que foi cantado por todos.

A programação continuou com a preparação do ritual de proteção, feita pelo Cacique e pajé Higino. Nesse ritual os indígenas pedem a Tupã proteção de qualquer coisa ruim aos parentes (pessoas do Território), às pessoas novas que estavam lá pela primeira vez (os novos professores, a secretaria e os visitantes Kumaruara).

Foto 2: Ritual de Proteção



Fonte: Jocinaldo Costa, Terra Indígena Maró em 02/09/2018.

Após o ritual houve a socialização das plantas: 200 plantas, sendo 100 frutíferas e 100 de reflorestamentos, que foram doadas pela Escola do Parque para serem plantadas no Centro de Apoio.

Algumas pessoas foram escolhidas para mediar a oficina de plantas. Dona Edite e seu Higino, Dona Catarina e o seu esposo explicaram sobre a importância das plantas para a alimentação e também para os remédios que curam as doenças que surgem nas aldeias.

Os professores e os acadêmicos da Ufopa se dividiram em grupos para mostrar aos alunos das aldeias as diversas variedades de plantas, momento em que decidiram, juntamente com a gestora da Escola, separar algumas plantas para plantar com a participação desses alunos.

Nessa oportunidade, decidiram, também, os locais onde plantariam as mudas, ficando assim estabelecido: as frutíferas seriam plantadas ao redor do Centro de Apoio, as de reflorestamento na mata e as demais na Cabeceira do Arraia. Com os grupos divididos, cada líder ficou responsável de acompanhar os alunos para plantar e molhar as mudas durante a semana da vivência.

Foto 3: Explicação sobre a importância das plantas medicinais



Fonte: Luana Kellen, professora da escola Indígena, Terra Indígena Maró em 02/09/2018.

No decorrer da programação, iniciamos a implementação do nosso projeto *Resgatando as Medicinas Tradicionais da Terra Indígena Maró*. Primeiramente, contextualizamos as informações sobre o projeto. Falamos sobre os objetivos do

projeto e da ação. Explicamos sobre a sua origem e a sua importância. Agradecemos a oportunidade e o voto de confiança dado a nós.

Foto 4: Fala dos acadêmicos, proponentes do projeto



Fonte: Luana Kellen, professora da escola Indígena, Terra Indígena Maró em 06/09/2018.

Dona Edite, juntamente com os estudantes, mediaram o desenvolvimento da oficina de remédios caseiros. Os participantes foram organizados em 4 grupos, por meio dos quais foram repassados conhecimentos tradicionais sobre ervas e plantas, assim como a orientação sobre a fabricação dos remédios: grupo responsável em fazer xarope; grupo responsável em fazer pomadas; grupo responsável em fazer as pílulas; e um grupo responsável em produzir tampas para as garrafas que seriam usadas com os xaropes. Inicialmente, as pessoas aprenderam a preparar as cascas, folhas e demais ingredientes, observando as orientações de higiene, dadas por Dona Edite (uso água e álcool) para evitar a contaminação por bactérias.

Com os ingredientes prontos, Dona Edite, então, repassou conhecimentos sobre como se preparar as pílulas, mostrando aos participantes cada item necessário e processos: mistura, secagem, embalagem etc. Foram feitas três tipos de pílulas: pílulas contra vermes, pílulas para tratar inflamação e pílulas para tratar problemas nos rins.

A foto a seguir ilustra esse momento da oficina.

Foto 5: Dona Edite ensinando a fazer pílulas



Fonte: Luana Kellen, professora da escola Indígena, Terra Indígena Maró em 06/09/2018.

Depois de ensinar a fazer as pílulas, Dona Edite foi repassar os conhecimentos para o grupo responsável de fazer o xarope. Iniciou a orientação com a preparação das plantas e cascas. Depois, explicou sobre a mistura dos demais ingredientes (plantas, castas, mel), cozimento e apuração do ponto certo. Finalmente, ensinou a fazer um xarope que previne doenças respiratórias como a pneumonia.

Por último, mas não menos importante, quem recebeu orientações e conhecimentos sobre os remédios foi o grupo responsável em fazer pomadas. Assim, como nos demais, o primeiro passo foi a preparação dos ingredientes, seguido do modo de preparar a mistura e fazer o armazenamento das embalagens. Os participantes aprenderam ainda a fazer uma pomada para tratar doenças da pele como micoses e frieiras.

Foto 6: Participantes fazendo pomadas



Fonte: Luana Kellen, Terra Indígena Maró em 06/09/2018.

2.1 Finalização da oficina e avaliação

No final da oficina, todos os remédios produzidos nos grupos foram expostos para que todos pudessem ver o resultado dos trabalhos. Depois, foram distribuídos entre os participantes.

Foto 7: Participantes fazendo pomadas



Fonte: Luana Kellen, Terra Indígena Maró em 06/09/2018.

Nesse momento as pessoas quiseram expressar sua experiência na oficina, falar sobre o aprendizado recebido e avaliar a atividade.

De acordo com a avaliação, para 80% dos participantes a oficina foi excelente. Segundo eles, a atividade proporcionou o fortalecimento dos conhecimentos dos nossos antepassados, dos pajés e das parteiras, os quais devem ser repassados às futuras gerações, conforme ilustra a fala dos participantes 12 e 20.

O nosso objetivo como aldeia é fortalecer cada vez mais a cultura e o conhecimento dos pajés, das crenças e das parteiras. Que esse conhecimento se torne amplo no território, principalmente [o conhecimento referente] a medicina tradicional. (Participante 12)

[Esse tipo de atividade] é importante para transmitir os saberes dos mais velhos para as crianças e jovens, pois uma vez esses saberes sendo repassados, fortalecem as culturas dos povos. (Participante 20)

Os participantes disseram também que a atividade foi importante por proporcionar a troca de experiências entre os acadêmicos indígenas e os comunitários, conforme ilustra as palavras abaixo.

Com o projeto oferecido houve uma grande troca de experiência, juntos os participantes e os acadêmicos; isso nos mostra que dentro da nossa aldeia há grandes bens que proporcionam uma riqueza que estamos todos junto a preservar. (Participante 33)

Além disso, as lideranças agradeceram muito a nós, proponentes desse trabalho, e incentivaram outros alunos indígenas que estão cursando o ensino superior a elaborarem projetos voltados para as aldeias do território, pois os conhecimentos adquiridos na academia devem servir para fortalecer o povo e não o contrário.

3 PALAVRAS FINAIS

Neste relato de experiência procuramos documentar o desenvolvimento da ação do projeto “*Resgatando a medicina tradicional na T.I Maró*” (de nossa autoria) implementado no Centro de Apoio dessa Terra Indígena, em setembro de 2018, com a participação de parentes indígenas das nossas aldeias Novo lugar e Cachoreira do Maró e também da aldeia São José III.

Com essa ação buscamos proporcionar conhecimentos sobre os remédios caseiros que hoje só os mais velhos dominam, pois queremos que eles sejam repassados de geração em geração aos mais jovens. Além disso, porque precisamos seguir a sabedoria dos nossos ancestrais que souberam viver dos alimentos e dos remédios que a floresta nos dá.

De acordo com a nossa avaliação e a dos participantes, a atividade foi um momento muito especial não apenas de “revitalização de saberes”, mas também de celebração da cultura e da sabedoria dos antigos Borari e Arapiun, cuja continuidade está em nossas mãos agora. A oficina foi um sucesso! Havia alegria, paz, empolgação e cooperação no exercício da prática de aprender a fazer os remédios caseiros. Certamente, precisamos de mais experiências como essa.

Nós, acadêmicos autores do trabalho, só temos a agradecer a confiança e o apoio das lideranças e também a participação de cada parente que se interessou em conhecer sobre os remédios, feitos com base nos saberes milenares dos nossos ancestrais. Agradecemos, especialmente, à gestora e aos professores da escola, que não mediram esforços para nos ajudar; aos caciques das aldeias que não só apoiaram, mas também “colocaram a mão na massa”; aos nossos familiares que sempre nos incentivaram, acreditaram e que, de alguma forma estiveram conosco; às professoras que nos orientaram para que esse projeto fosse feito com sucesso, desde o planejamento até a ação; às nossas parentas que nos ajudaram com a documentação audiovisual da atividade. Enfim, agradecemos a todos que apoiaram direta e indiretamente na implementação do nosso projeto na T.I Maró. Acreditamos que os

objetivos de fortalecer e “revitalizar” os conhecimentos tradicionais relacionados à medicina tradicional foram alcançados com êxito junto ao público participante.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. *Funai delimita Terra Indígena Maró*. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1983-funai-delimita-terra-indigena-maró>. Acesso em: 08/11/2018.

CENTRO DE ESTUDOS BÍBLICOS. *Juiz decreta ‘inexistência’ de povos indígenas que denunciaram presença de madeireiros em suas terras no Pará*. Disponível em: <https://cebi.org.br/noticias/juiz-decreta-inexistencia-de-povos-indigenas-que-denunciaram-presenca-de-madeireiros-em-suas-terras-no-para/>. Acesso em: 08/11/2018.

SOUSA, Lidiane Alves de. *Relatório da Aldeia Novo Lugar*. (Trabalho em desenvolvimento, não publicado, cedido para este artigo).

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Terra Indígena Maró*. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4980>

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA). *O que devemos saber sobre medicamentos*. Anvisa, 2010.

10. FORTALECIMENTO CULTURAL ATRAVÉS DA MEDICINA TRADICIONAL

Cleberon Cardoso Santana¹

RESUMO: Este artigo² apresenta o relato de uma experiência voltada para o fortalecimento e a valorização da medicina tradicional *Tupaiú* da aldeia Aningalzinho, localizada à margem esquerda do rio Arapiuns, no Território dos Encantados, no Estado do Pará. Lá vivem cerca de 120 pessoas indígenas da referida etnia. A experiência que relatamos neste texto corresponde a de uma oficina para a transmissão de saberes sobre os remédios caseiros, realizada em setembro de 2018. Tal oficina foi planejada no âmbito do projeto *Fortalecimento Cultural através da medicina tradicional*, elaborado durante o primeiro semestre de Formação Básica Indígena com base na estratégia metodológica da *pesquisa-ação*.

PALAVRAS-CHAVES: Medicina tradicional; Identidade indígena; Cultura Tupaiú.

INTRODUÇÃO

São muitos os conhecimentos indígenas acerca dos remédios caseiros e ervas medicinais. Esses saberes devem ser repassados de geração em geração para a prevenção de doenças ou até mesmo para a cura de algumas enfermidades. Além disso, com ações para a valorização dos conhecimentos tradicionais, podemos fortalecer a identidade indígena, que vem sofrendo enfraquecimento cultural e caindo em esquecimento, devido ao constante avanço da medicina ocidental e do uso de remédios produzidos em laboratórios.

Com isso a juventude não reconhece a funcionalidade dos saberes tradicionais da medicina indígena. Decorre daí a grande importância de repassar esses conhecimentos para a atual e para as futuras gerações do povo Tupaiú. Em razão dessa situação, criei o projeto “Fortalecimento Cultural através da Medicina Tradicional”, espero que, com as ações previstas nele, os jovens da aldeia possam valorizar as plantas e os sábios, para que esses conhecimentos permaneçam vivos às futuras gerações.

¹ Indígena do povo Tupaiú. Discente do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: clebersontupaiu@gmail.com.

² Este texto contou com a colaboração de Alceli Tapajós Sousa, indígena do povo Tapuia. Discente do curso de Bacharelado em Biotecnologia na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), que foi minha monitora.

Hoje, apenas os mais velhos conhecem os modos de fazer e a utilidade dos remédios. Um dia eles irão embora e os mais novos devem dar continuidade a esses saberes e à cultura do povo Tupaiú.

Se pensarmos, são três gerações numa família - avô, pai e filho jovem – mas somente o avô e o pai utilizam os medicamentos tradicionais e procuram o pajé no caso de doenças. Os jovens entre 19 e 25 anos utilizam, na maioria das vezes, os remédios de farmácia. Assim, percebemos que as gerações mais novas não têm a autonomia de cuidar de seus próprios filhos, pois não conseguem identificar o problema ou o remédio caseiro necessário. Com a oficina, puderam iniciar o aprendizado sobre esses saberes dos nossos ancestrais.

O projeto de ação realizado na aldeia Aningalzinho consistiu em uma oficina, cujo objetivo central foi o de proporcionar o fortalecimento e o incentivo do uso de remédios tradicionais para a prevenção e o combate às doenças que acometem os indígenas na aldeia e que, aos poucos, estão sendo deixados de lado; esse saber é importante para manter a cultura, valorizar os conhecimentos tradicionais e cultivá-los, ou seja, memorizar os saberes dos nossos valiosos sábios.

Esse projeto surgiu nas aulas de Introdução à Metodologia Científica com a orientação da Professora Dra. Paula de Mattos Colares, no contexto de ensino da Formação Básica Indígena (FBI) da Ufopa. A ação foi realizada a partir da estratégia metodológica da *pesquisa-ação*, que “significa planejar, observar, agir e refletir de maneira consciente, mais sistemática e rigorosa o que fazemos em nossa experiência diária” (KEMMIS; MC TAGGART, 1988).

1 ALDEIA ANINGALZINHO

A aldeia *Aningalzinho* fica localizada à margem esquerda do rio Arapiuns no Território dos Encantados, no Município de Santarém, Estado do Pará. Na aldeia existem 31 famílias que correspondem a um total de 120 pessoas, todas da etnia Tupaiú.

A primeira família Tupaiú que habitou nesse local foi o casal João Tupaiú e Joana Tupaiú, desde então, a população foi aumentando, de geração em geração.

No início, Aningalzinho não tinha o *status* de aldeia, essa mudança ocorreu no ano de 2002, quando os moradores de lá decidiram assumir a identidade dos seus parentes de origem. A iniciativa para tal ocorreu com a senhora Maria Regis Santana, conhecida como “Dona Sinhá”, que conversou com seus parentes sobre o assunto e refletindo sobre

a valorização dos povos indígenas tomaram, juntos, a decisão de reconhecer e assumir a identidade dos seus antepassados.

A denominação Aningalzinho foi escolhida pelos Tupaiú dessa comunidade, motivada pela presença significativa de árvores aquáticas, chamadas de *aninga* na frente da aldeia.

2 OFICINA DE REMÉDIOS TRADICIONAIS

Alguns dos medicamentos mais populares do mundo devem muito ao conhecimento indígena sobre a natureza. De lombriga a malária, a floresta ajudou a dar a cura (CASTRO In: SUERINTERESSANTE, 2013, p.1)

Conforme afirma Castro (2013) na citação acima, os conhecimentos indígenas sobre os remédios presentes na floresta tiveram significativa contribuição para a cura de diversas doenças. Porém, infelizmente, esses conhecimentos encontram-se em risco de serem apagados da memória dos indígenas mais jovens que desconhecem as práticas de produção dos remédios e até mesmo as plantas que curam. Por essa razão, nossa ação procurou repassar conhecimentos para incentivar a valorização e o uso de remédios tradicionais a partir de uma oficina.

Tal ação ocorreu em Aningalzinho, no dia 04 de setembro de 2018, na Escola Sorriso de Maria, conhecida como Escola da Mata, especificamente, na área externa e interna da escola, com a presença de 37 pessoas.

Às 07h30min todos os moradores da aldeia já se encontravam na área externa da escola. A oficina foi iniciada com a fala do cacique Tomaz Corrêa Santana, que deu as boas-vindas a todos os presentes. Em seguida, realizamos um ritual indígena (cf. as fotos 01 e 02), como forma de agradecimento e desejo de boa atividade para todos.

Após o ritual indígena, foi dado início a apresentação do projeto com a explicação do objetivo, apresentação da programação, enfatizando a importância de se realizar ações para a valorização dos conhecimentos tradicionais, assim como, da medicina tradicional, buscando valorizar os saberes tradicionais dos nossos sábios pajés, benzedeiros, parteiras e puxadeiras e também sobre o impacto que os medicamentos industrializados trazem para a saúde do indígena.

Fotos 1 e 2: Ritual de abertura da oficina



Fonte: Cleberson Cardoso, 2018.

Em seguida, foi dada a palavra aos sábios da oficina, isto é, aos professores tradicionais: a pajé Elza Cardoso, Jane Maria Carvalho, Odanira Tupaiú, Maria Lucinha, Elcilene Regis, as quais explicaram sobre a importância das plantas para a cura de doenças e a forma de como preparar xaropes, garrafadas, pomadas dentre outras formas de fazer remédios (Fotos 03 e 04).

Fotos 3 e 4: Professores tradicionais explicando sobre a importância das plantas medicinais.



Fonte: Cleberson Cardoso, 2018.

A atividade deste projeto foi direcionada à juventude. A participação desses jovens foi de suma importância para que viessem a aprender esses conhecimentos como forma de valorização dos nossos sábios e começar a praticar as técnicas de fazer remédios caseiros, pois hoje sabemos como é difícil manter certos costumes tradicionais diante do avanço da ciência que, muitas vezes, acaba afetando o modo de vida de

muitas aldeias tradicionais de nossa região. Portanto os jovens colaboraram com sua opinião, referente ao que acharam desta ação.

A seleção dos materiais - seleção das plantas, raízes e cascas - para a fabricação dos medicamentos caseiros, assim como os procedimentos para tal foram feitos pelos sábios já experientes nos conhecimentos tradicionais da aldeia Aningalzinho. Eles trabalharam a seleção dos tipos de plantas mais comuns para prevenir doenças e também falaram sobre suas propriedades. Essas informações são muito importantes, pois, apesar de serem remédios naturais, há necessidade de alguns cuidados para evitar danos à saúde em vez de tratar.

Fotos 5 e 6: Plantas e raízes selecionadas para a fabricação dos remédios caseiros



Fonte: Cleberson Cardoso, 2018.

Para a aprendizagem dos remédios caseiros, os jovens seguiam os procedimentos dados pelos sábios, obedecendo cada passo do processo de fabricação dos remédios.

Os remédios produzidos foram basicamente para a necessidade do povo, por exemplo, xaropes e garrafadas que servem para a cura de várias doenças que afetam as pessoas na aldeia, como: diarreia, vermes, dor de cabeça, para melhorar a imunidade e para combater gripes e resfriados.

As fotos a seguir ilustram momentos da produção dos medicamentos.

Fotos 7 e 8: jovens fabricando os remédios caseiros



Fonte: Elcilene Regis, 2018.



Fonte: Cleberson Cardoso, 2018.

Após algumas horas de trabalho, realizado pela juventude, os remédios ficaram prontos (Fotos 09 e 10). A forma de produzir foi feita de maneira explícita para que os participantes pudessem acompanhar o raciocínio dos sábios e aprendessem passo a passo como se faz um xarope, pomada e a melhor forma de utilizar as ervas.

Fotos 9 e 10: Exposição dos remédios produzidos na oficina



Fonte: Cleberson Cardoso, 2018.

Com isso, realizamos uma etapa das atividades da oficina, de grande importância para a juventude, protagonista da ação. Certamente houve aprendizado sobre os remédios e os jovens poderão praticar os conhecimentos adquiridos no seu cotidiano para memorizá-los e, futuramente, repassarem às novas gerações.

Esta experiência levou-nos a entender que um povo indígena não pode viver sem seus saberes e práticas tradicionais. Isso incentivou a juventude a ter orgulho de sua origem e a ver beleza na sua cultura.

Assim, terminamos a ação com um grande ritual de agradecimento à mãe terra e aos espíritos encantados (Foto 11), juntamente com a apresentação dos remédios produzidos para o público participante que, por sua vez, manifestou muita satisfação com a realização de um projeto como este, pois contribui para o fortalecimento do povo Tupaiú da aldeia Aningalzinho.

Foto 11: Ritual de agradecimento pela conclusão da ação



Fonte: Cleberson Cardoso, 2018.

O povo tupaiú, principalmente, nossa parteira, nossa puxadeira e nosso pajé se sentiram mais valorizados ao repassar para os jovens os conhecimentos referentes à medicina tradicional.

Os comunitários desejam que esse trabalho tenha continuidade, que valorize essa prática de poder retirar da natureza a cura para suas enfermidades.

3 PALAVRAS FINAIS

Esse trabalho buscou relatar nossa experiência referente a uma oficina de remédios caseiros, realizada no âmbito do projeto “Fortalecimento cultural da aldeia Aningalzinho, através da medicina tradicional”, idealizado no período de Formação Básica Indígena.

Acreditamos que o nosso objetivo de incentivar a valorização dos saberes dos sábios indígenas (pajés, parteiras, benzedeiras) e de fortalecimento da nossa cultura pelos mais jovens da aldeia, através dos remédios caseiros foi alcançado, pois, hoje, as pessoas da aldeia (jovens e adultos) continuam usando os remédios fabricados na oficina. E depois da nossa atividade, os professores da Escola da comunidade por verem que nossa ação surtiu um efeito importante na comunidade, resolveram continuar valorizando e enriquecendo os conhecimentos da medicina tradicional indígena.

Para isso, organizaram outra oficina, tendo como público-alvo os alunos da escola. Nessa oficina algumas senhoras ensinaram mais sobre os remédios e também sobre como manter as famílias com remédios em suas casas. Nessa oficina, produziram aqueles remédios que a comunidade mais precisa, como xaropes para tratar gripes e resfriados, pílulas para tratar dores de cabeça e remédios para verminose.

Para nós, autores do projeto, a atividade foi realizada com sucesso. Tudo foi muito proveitoso. Foram repassados todos os conhecimentos que desejávamos que fossem trabalhados e, com a experiência saímos mais maduros, como pessoas, como acadêmicos e mais fortes enquanto pertencentes ao grupo étnico Tupaiú.

Agora só resta agradecer àqueles que colaboraram de forma direta e indireta. Agradecemos, especialmente: aos sábios e sábias - Elcilene Regis, Jane Maria Carvalho, Odanira Santos, Elza Cardoso Silva, Maria Lucinha Corrêa e Tomas Correa Santana - que generosamente nos repassaram seus conhecimentos sobre os remédios caseiros; ao cacique Tomas Correa Santana que apoiou de forma ativa e direta na ação; ao grupo de jovens *Juresp* pelo apoio especial; às professoras Paula Colares e Denize Carneiro pela orientação; à monitora Alceli Tapajós pelo auxílio; e a todos do povo *Tupaiú* pela confiança que depositam em mim para aplicação deste projeto.

REFERÊNCIAS

KEMMIS, S.; TAGGART, Mc. R. 1988. **The action research planner**, 2002.

SUPERINTERESSANTE. Remédio de índio. Disponível em:
<https://super.abril.com.br/saude/remedio-de-indio/>. [Publicado em 2013]

11. HORTA NA ALDEIA: POR UMA VIDA SAUDÁVEL

Alclides dos Santos Lopes¹

RESUMO: O estilo de vida atual é um dos fatores que contribui para que as pessoas não se alimentem de forma saudável, pois a falta de tempo e o cansaço tornam mais rápido e prático comer alimentos já prontos do que preparar uma refeição com legumes e verduras, muito menos com produtos orgânicos. Infelizmente, esse hábito já contaminou até as aldeias indígenas, nas quais já se nota a substituição de sucos e temperos naturais por refrigerantes e temperos industrializados. Em reação a isso, elaborei o projeto *Horta na aldeia: por uma vida saudável*, por meio do qual, em parceria com os comunitários da aldeia Novo Gurupá/Pará, criamos uma horta escolar, com o objetivo de contribuir para melhoria da nutrição dos estudantes e também para trabalhar a educação ambiental. A implementação desse projeto deu-se em três etapas: apresentação da proposta às lideranças da aldeia; produção do adubo orgânico e construção da horta escolar. É o desenvolvimento dessas atividades que pretendo relatar neste texto.

PALAVRA CHAVE: Horta Escolar; Horta Orgânica; Aldeia Novo Gurupá/PA.

INTRODUÇÃO

A construção de hortas escolares tem sido usada como mecanismo para facilitar o ensino-aprendizagem dos estudantes no Ensino Básico, pois além de contribuir para uma nutrição saudável, serve de base para aulas interdisciplinares e para aproximar a teoria da prática. Pode ainda motivar os estudantes a se interessarem pela pesquisa, por exemplo, por meio da pesquisa dos nutrientes contidos nos alimentos produzidos na própria escola.

Este artigo, então, apresenta o relato da experiência de construção de uma horta, no âmbito do projeto *Horta na aldeia: por uma vida saudável*, desenvolvido na aldeia Novo Gurupá/Pará, em setembro de 2018, na Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental I, São Luiz de Gonzaga, com a finalidade de contribuir com a melhoria da nutrição dos estudantes e também para trabalhar a educação ambiental.

Tal projeto prima por ações ambientalmente sustentáveis e pretende promover a educação alimentar dos estudantes e comunitários, valorizando o saber tradicional por meio de atividades desenvolvidas na escola com a participação dos comunitários,

¹ Indígena do povo Tupaiú. Discente do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra, na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: alclidesdossantoslopes@gmail.com.

especialmente dos idosos, pois eles possuem conhecimentos valiosos sobre a alimentação saudável, que estão sendo deixados de lado, em virtude do alto consumo de alimentos industrializados.

O estilo de vida atual é um dos fatores para esse consumo, pois não é raro ouvirmos comentários das pessoas falando que desejam comer de forma saudável, mas a falta de tempo e o cansaço tornam mais rápido e prático comer alimentos já prontos do que preparar uma refeição com legumes e verduras orgânicas que são consideradas caras e demandam mais tempo para preparação. Esse hábito não se restringe às cidades, atingem também as populações menores, como as aldeias, pois já vemos sucos naturais sendo substituídos por refrigerantes e temperos naturais sendo substituídos por industrializados. Em épocas antigas era comum cada família ter sua própria horta, contendo os temperos e os condimentos básicos, como a cebolinha, o coentro, a chicória, a alfavaca, a pimenta do reino e outros.

Na escola, a merenda também é bastante industrializada, constatamos que as crianças consomem muitos alimentos enlatados, como carnes e peixes em conserva, os quais são cheios de conservantes e sem nutrientes saudáveis para o crescimento e para a saúde dos alunos. De acordo com Fernandes et al (2009) o perfil nutricional de crianças e adolescentes brasileiras é antagônico: ao mesmo tempo, temos grupos com deficiências nutricionais e grupos com evidente aumento da obesidade e doenças decorrentes desse problema. Para o autor, isso se deve à mudança nos hábitos alimentares, com fácil acesso e baixo custo de alimentos ricos em gorduras e açúcares.

Em reação a este quadro, nosso projeto buscou trabalhar a educação alimentar das crianças da escola de Novo Gurupá, motivando-os a consumirem legumes e verduras orgânicas, cultivadas pela comunidade escolar. Acreditamos que a partir das atividades realizadas para a criação da horta, os educandos puderam adquirir vários aprendizados, como aprender a plantar, selecionar o que plantar, transplantar mudas, podar, cuidar, colher e a decidir o que fazer com os produtos colhidos. Além disso, tais atividades poderão estreitar a relação deles com o meio em que vivem, estimulando a construção dos princípios de responsabilidade com o planeta.

Além desse estímulo às crianças, buscamos também colaborar com o aumento do compromisso dos comunitários com o meio ambiente, isto é, com a sustentabilidade do planeta, focalizando a importância dos cuidados com as plantas, com o uso da terra, com o descarte e o tratamento do lixo produzido na aldeia.

As atividades do projeto foram realizadas em três etapas: (a) apresentação da proposta às lideranças da aldeia Novo Gurupá; (b) produção do adubo orgânico e (c) construção da horta escolar. A primeira etapa foi realizada logo após a conclusão da elaboração do projeto, em 16 de junho de 2018; a segunda, deu-se por meio da Oficina de Educação Ambiental com ênfase em Compostagem orgânica que ocorreu no dia 14 de julho de 2018. A última e principal etapa, construção da horta escolar, foi realizada no dia 8 de setembro de 2018.

1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA

As pessoas beneficiadas com esta experiência são indígenas do povo indígena *Tupaiú* que vivem, como já exposto, em Novo Gurupá, aldeia localizada à margem direita do rio Arapiuns, afluente do rio Tapajós, que é administrativamente, de responsabilidade do Município de Santarém, Estado do Pará, a quatro horas de barco dessa cidade.

Moram em Novo Gurupá 23 famílias que totalizam 98 pessoas. Tais pessoas se comunicam em língua portuguesa, sua primeira língua. Porém, o *nheengatu* vem sendo trabalhado na escola formal como segunda língua aos estudantes, devido ao interesse do povo e como estratégia para o fortalecimento da identidade indígena.

A seguir, apresentamos o relato da criação da horta escolar, ilustrando com fotos as etapas das atividades.

2 RELATO DA CRIAÇÃO DA HORTA ESCOLAR EM NOVO GURUPÁ

Este relato tem a finalidade de apresentar as etapas do desenvolvimento do projeto *Horta na Aldeia: por uma vida saudável*, desenvolvida sob a orientação da professora Denize de Souza Carneiro, no âmbito da disciplina Introdução à Metodologia Científica e Elaboração de Projetos, ambas ofertadas na Formação Básica Indígena (FBI), na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

2.1 Primeira etapa: apresentação do projeto

A primeira etapa desta ação consistiu na apresentação do projeto aos comunitários da aldeia Novo Gurupá pelo presente autor, acadêmico de curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra, no dia 16 de junho de 2018, durante uma reunião no barracão comunitário, com a participação das lideranças da aldeia, professores, alunos e pais, como mostra a foto a seguir.

Foto 1: Apresentação do projeto e solicitação da anuência das lideranças



Fonte: Clarice Rebelo Silva, aldeia Novo Gurupá, 16 de junho de 2018.

A reunião iniciou às 18h30min com as boas-vindas do cacique José Orlanildo, que passou a palavra a mim. Então, apresentei os parceiros voluntários do projeto: Esperança Cardoso Guimarães (Educadora ambiental com experiência em horta escolar), Clarice Rebelo Silva (professora com experiência em ações educativas ambientais) e Anderson Carlos Corrêa (técnico agrícola com experiências em hortas comunitárias) e conduzi a apresentação das pessoas presentes na reunião.

Em seguida, realizei a apresentação da proposta do projeto na aldeia, explicando suas etapas e a importância de cada uma. Depois abri um espaço para que as pessoas pudessem se manifestar. Após as reflexões, as lideranças e os comunitários chegaram à conclusão de que o projeto seria extremamente necessário, não somente para a escola, mas também para as famílias da aldeia. Assim, assumiram o compromisso de contribuir com a construção da horta participando de todas as suas etapas.

Foto 2: Discussão do projeto



Fonte: Clarice Rebelo Silva, aldeia Novo Gurupá, 16 de junho de 2018.

É importante informar que, em nenhum outro momento a aldeia havia recebido uma proposta que contribuisse diretamente com a questão socioambiental de seu povo. A professora Esperança falou sobre a importância de se cultivar a horta na escola para desenvolver o senso de responsabilidade sobre o meio ambiente nos educandos, a professora Clarice falou da horta como um recurso pedagógico para o fortalecimento de ensino-aprendizagem e o técnico agrícola Anderson falou sobre as técnicas de plantio de uma horta que beneficiariam tanto as crianças quanto os adultos. Ao final da discussão, o cacique Orlanildo agradeceu dizendo que a aldeia estava pronta para colaborar com projeto, de acordo com suas possibilidades e aproveitou para sugerir as datas para a próxima etapa.

2.2 Segunda etapa: oficina de compostagem

A oficina de compostagem ocorreu no dia 14 de julho de 2018, iniciando às 08h00min nas dependências da Escola Municipal São Luiz de Gonzaga. Essa atividade contou com a participação de 25 comunitários adultos e 08 crianças. A programação foi iniciada com a fala do Cacique Orlanildo, acolhendo os participantes.

Em seguida, fiz uma apresentação sobre o adubo orgânico, abordando o entendimento sobre esse tipo de adubo e explicando como os comunitários poderiam produzir o próprio adubo, utilizando o lixo orgânico produzido nas suas casas, e ainda expliquei os processos de construção de uma composteira.

A foto abaixo ilustra esse momento.

Foto 3: Explicação sobre adubo orgânico



Fonte: Cláudia Nascimento Tapajós, aldeia Novo Gurupá, 14 de julho de 2018.

A professora Esperança Guimarães (especialista em educação ambiental), colaboradora da Escola do Parque de Santarém, deu continuidade a essa parte teórica sobre compostagem orgânica, falando sobre a importância de se reutilizar o lixo orgânico (Foto 4).

Foto 4: Explicação sobre adubo orgânico



Fonte: Cláudia Nascimento Tapajós, aldeia Novo Gurupá, 14 de julho de 2018.

O técnico agrícola, Anderson Sousa, apresentou orientações sobre as proporções de cada material orgânico na construção do adubo, pois a quantidade errada de material pode gerar um adubo prejudicial às plantas.

A foto abaixo ilustra o momento dessa explicação.

Foto 5: Explicação sobre adubo orgânico



Fonte: Cláudia Nascimento Tapajós, aldeia Novo Gurupá, 14 de julho de 2018.

Depois de todos estarem inteirados do assunto, teoricamente, a equipe executora da oficina e os comunitários se dirigiram ao quintal da escola, local escolhido para construir a composteira, para realizar a parte prática da oficina. Ou seja, para o aprendizado prático da realização da compostagem, que consistiu na busca de materiais, proporção e mistura. Os materiais orgânicos foram coletados pelos próprios aldeados, que conseguiram os seguintes materiais: folhas secas, serragem, cocô de galinha, cocô de gado, casca de mandioca, madeira podre.

A partir disso, foi demonstrado o passo a passo de como fazer compostagem, evidenciando:

- a proporcionalidade de cada material;
- o processo de mistura dos materiais;
- o processo de umedecimento dos materiais com água (até ficar na umidade certa).

As fotos a seguir mostram a realização desses processos:

Foto 6: Explicação sobre quantidade da matéria orgânica



Fonte: Cláudia Nascimento Tapajós, aldeia Novo Gurupá, 14 de julho de 2018.

Foto 7: Explicação sobre a mistura dos materiais



Fonte: Cláudia Nascimento Tapajós, aldeia Novo Gurupá, 14 de julho de 2018.

Foto 08: Explicação sobre o umedecimento dos materiais



Fonte: Cláudia Nascimento Tapajós, aldeia Novo Gurupá, 14 de julho de 2018.

Foto 9: Cobertura da composteira



Fonte: Cláudia Nascimento Tapajós, aldeia Novo Gurupá, 14 de julho de 2018.

2.2 Terceira etapa: criação da horta escolar

A criação da horta ocorreu em forma de *puxirum* no dia 08 de setembro de 2018, com início às oito horas, em uma das salas da escola. A fala de abertura foi feita pelo senhor Délson José Tapajós Nascimento (vice do cacique), pois o Cacique Orlanildo já estava com um grupo de 08 pessoas, na mata, buscando a madeira para construir a estrutura da horta.

Foto 10: Délson Nascimento



Fonte: Lilian Escobar, 14 de julho de 2018.

Após a fala do senhor Délson, foi realizado o ritual indígena, seguido da organização dos trabalhos em grupo. Cada colaborador do projeto ficou responsável por uma equipe. Lilian Escobar ficou responsável pela documentação fotográfica. A professora Clarice ficou responsável pela palestra sobre higiene bucal com as crianças enquanto a estrutura da horta era construída, conforme ilustra a foto.

Foto 11: Orientação sobre higiene bucal



Fonte: Lilian Escobar, 14 de julho de 2018.

A professora Esperança ficou responsável pela orientação de como preparar as mudas de cebola para o plantio e de como fazer a mistura do adubo orgânico, produzido através da *compostagem* e da terra preta.

Foto 12: Organização das mudas e mistura do adubo



Fonte: Lilian Escobar, 14 de julho de 2018.

O técnico agrícola, Anderson, ficou responsável pela construção da horta suspensa.

Foto 13: Construção da estrutura da horta suspensa



Fonte: Lilian Escobar, 14 de julho de 2018.

Eu, Alcides, fiquei responsável pela horta não suspensa.

Foto 14: Horta não suspensa



Fonte: Lilian Escobar, 14 de julho de 2018.

A participação das crianças da escola ocorreu no momento do plantio das mudas, após a construção das estruturas e preparação do adubo, conforme mostram as fotos.

Foto 15 e 16: plantio de verduras



Fonte: Lilian Escobar, 14 de julho de 2018.

O plantio da horta se encerrou às 17h45min com a limpeza do terreno, seguida de um momento de avaliação do trabalho. Os comunitários avaliaram todas as etapas como sendo muito positivas, visto que a aldeia nunca havia recebido um projeto que beneficiasse tanto a escola quanto a comunidade.

Segundo os comunitários, os conhecimentos adquiridos através das oficinas os orientou a construir sua própria horta orgânica, sem agrotóxicos, no seu quintal. Os professores também avaliaram a ação de forma positiva, pois a horta pode trazer benefícios tanto para a qualidade de vida, quanto para a aprendizagem interdisciplinar dos alunos. Os colaboradores disseram que a implementação do projeto foi muito proveitosa, pois os comunitários participaram e se mostraram satisfeitos em colaborar em todas as etapas.

PALAVRAS FINAIS

A equipe organizadora do projeto *Horta na Aldeia: por uma vida saudável*, se apropria deste relato para agradecer a todos que participaram das fases de execução do projeto citado a cima, pois sem a ajuda dos líderes comunitários, professores, alunos e moradores, ficaria inviável obtermos êxito na execução das ações.

Esperamos que os comunitários participantes sejam multiplicadores dos conhecimentos adquiridos nas oficinas realizadas durante a execução do projeto e possam adquirir hábitos alimentares mais saudáveis.

O projeto alcançou o seu objetivo que foi mobilizar toda a aldeia, principalmente as crianças, para participarem de todas as fases do projeto. Com essa união, as ações ganharam força para serem realizadas exatamente dentro do período planejado.

REFERÊNCIAS

BACKER Bruna. *Sugestão de ação: horta orgânica na escola*. Disponível em: <<http://voluntariadoempresarial.com.br/sugestao-de-acao-horta-organica-na-escola/>> Acesso: 28/07/2018.

FERNANDES et al. *Guia prático de plantas medicinais*. SÃO PAULO: Universo dos livros, 2009.

12. HORTA KURASY KATU: UMA EXPERIÊNCIA NA ALDEIA PINHEL/PA

Elivany Pedroso Santos¹

RESUMO: O presente artigo tem o propósito de relatar a experiência de realização de uma horta para a Escola indígena, com objetivo de proporcionar uma alimentação saudável e nutritiva às crianças, assim como contribuir para educação alimentar dos comunitários da aldeia de Pinhel/PA. A atividade foi realizada no período de 26 a 28 de setembro de 2018, com apoio das lideranças indígenas, professores, alunos, pais e responsáveis, membros da associação. As experiências e o saber dos mais velhos foram muito importantes, contribuíram para repassar saberes aos mais jovens no que diz respeito à construção do canteiro, à preparação do adubo e ao plantio. A participação de todos tornou a concretização dessa horta um grande momento de confraternização e de fortalecimento do trabalho conjunto na aldeia.

PALAVRAS-CHAVE: Horta Escolar; Merenda Escolar; Educação Alimentar; Aldeia Pinhel/PA.

INTRODUÇÃO

Apresento neste texto a experiência de criação de uma horta na Escola Indígena Kurasy Katu (“Sol bonito” em nheengatu), situada na aldeia Pinhel, habitada pelo povo indígena Maytapu, no Município de Aveiro, Estado do Pará.

De acordo com dados apresentados no fascículo da Nova Cartografia Social da Amazônia (COSTA et al, 2015), o lugar que se tornou Pinhel era conhecido como a missão de São José dos Maytapus, que foi fundada por padres Jesuítas portugueses, em 1972, e permaneceu por muito tempo, sendo que Pinhel não era considerada aldeia. Por volta de 1997 surgiu certa mobilização de membros de várias comunidades que viviam às margens do Baixo rio Tapajós, para se autorreconhecem indígenas. Inicialmente, tal autorreconhecimento começou com as famílias da aldeia Takuara, em seguida, pelas famílias de Pinhel. Nessa época a aldeia contava com 70 famílias, mas apenas 30 se identificaram indígenas.

Hoje, depois de muitas lutas, estas famílias desfrutam de algumas conquistas, resultantes de inúmeras mobilizações, lideradas pela Associação Indígena criada para apoiar a população na luta por seus direitos e para dar suporte ao movimento

¹ Indígena do povo Maytapu. Graduanda do curso de Licenciatura em História, na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: elivanimaytapu@gmail.com.

indígena, são elas: a criação de uma Escola Indígena, o atendimento diferenciado no Posto de Saúde, o ingresso de filhos da aldeia na Universidade Federal, por meio de Processo Seletivo Especial (PSEI), dentre outros.

Fomos atuantes nesse processo e hoje estamos na universidade em busca de conhecimentos que possam ajudar na melhoria de vida dos nossos povos. Assim, na disciplina Introdução à Metodologia Científica, ofertada na Formação Básica Indígena, foi-nos dado o desafio de elaborarmos um projeto de ação referente a alguma situação ou problema que ocorre em nossa aldeia. Mediante a isso, conversei com as lideranças e alguns comunitários para fazer um levantamento e, dentre diversas situações, decidimos realizar uma intervenção que colaborasse para a educação e a segurança alimentar das crianças da aldeia por meio da criação de uma horta escolar, em parceria com os servidores da Escola Municipal Indígena Kurasy Katu (Sol Bonito), pois é de conhecimento de todos que a merenda que chega nas escolas é industrializada, ou seja, não chegam alimentos naturais e orgânicos, mas sim enlatados como, sardinha, almôndega e também massa de sopa pronta, soja e outros.

Nosso propósito com a criação da horta foi de estimular a diminuição do consumo de alimentos industrializados e proporcionar, a partir da inserção de legumes e verduras na merenda escolar, uma alimentação rica em vitaminas, fibras e livre de agrotóxicos.

Essa experiência foi protagonizada por mim em parceria com a comunidade escolar e lideranças da referida aldeia, em setembro de 2018.

1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA

Os beneficiados com a construção da horta são os comunitários da aldeia/comunidade Pinhél-Maytapu, denominada por esse nome para fazer referência ao seu povo indígena, nesse caso Maytapu.

Sua população é aproximadamente de 250 pessoas, sendo que 150 são indígenas e cerca de 100 não se reconhecem como indígenas. A partir de 16 anos de idade os indígenas passam a fazer parte da Associação Indígena *Patauí de Pinhel*.

Pinhél como é mais conhecida, faz parte Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (RESEX), cuja localização é à margem esquerda do curso baixo do Rio Tapajós, Município de Aveiro, no Estado do Pará (COSTA, 2015).

As fotos a seguir mostram um pouco como é a aldeia.

Fotos 1 e 2: Aldeia/Comunidade Pinhél-povo Maytapu



Fonte: Ricardo Henrique Mendes, 2016.

2 HORTA ESCOLAR: UMA EXPERIÊNCIA NA ALDEIA PINHÉL

Com o objetivo de construir uma horta de verduras e legumes na Escola Indígena *Kurasy Katu* para proporcionar uma alimentação saudável e nutritiva às crianças, assim como contribuir para a educação alimentar dos comunitários da aldeia Pinhél/PA, desenvolvemos as etapas de construção da horta no período de 26 a 28 de setembro de 2018, por meio de um *puxirum*.

2.1 Atividades realizadas no primeiro dia (26/09/2018)

No primeiro dia de atividades estavam presentes alunos, professores, o cacique² Tiago Deodato da Silva e a *tuxaua*³ Marilza Santiago. O cacique Tiago fez a acolhida, dando as boas-vindas aos comunitários, também apresentou sua manifestação de apoio ao projeto e agradeceu a presença de todos.

A Ação foi desenvolvida na Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Indígena Kurasy Katu, com apoio da comunidade Indígena escolar em geral, do cacique e das lideranças. Este projeto foi planejado para 20 participantes, mas para nossa grata surpresa até o final contamos com a participação de 57 pessoas.

A abertura ocorreu às 8h00 com um ritual, conduzido pela Tuxaua Marilza. Nesse momento, pedimos a proteção de *Tupã* e dos *Encantados* para que tudo ocorresse em paz, conforme mostra a foto 2.

Foto 3: Ritual de abertura dos trabalhos



Fonte: Aristides Maia Neto, em 26/09/2018.

Após o ritual, agradei a presença de todos pela realização desta ação na minha aldeia e, em seguida, partimos para a organização dos trabalhos que se deu em equipes, assim denominadas: equipe da madeira (foto 4); equipe da palha preta

² Líder da aldeia.

³ Vice líder da aldeia.

(foto 5); equipe da terra preta (foto 6); equipe do esterco (foto 7); equipe do telhado dos japas (foto 8); equipe da merenda.

Foto 4: Equipe da madeira e da construção da estrutura dos balcões



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 26/09/2018

A equipe da madeira, formada por homens, ficou responsável de coletar na mata e pela aldeia todo o madeirame necessário para erguer a estrutura dos balcões, que seria feita por eles.

Foto 5: Equipe das palhas pretas



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 26/09/2018

Essa equipe, formada por mulheres, ficou responsável por coletar na mata palhas para tecer o japa para forração dos balcões.

Foto 6: Equipe da terra preta queimada



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 26/09/2018

A equipe da terra preta, formada por mulheres, ficou responsável de coletar, nos quintais da comunidade, terra preta e queimada para misturar aos outros produtos e formar um adubo rico.

Foto 7: Equipe do esterco



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 26/09/2018

Essa equipe, formada por jovens e adolescentes, ficou responsável em coletar pela comunidade esterco de diversos animais, como galinha e boi, os quais seriam misturados com a terra preta para formar o adubo.

Foto 8: Equipe do japa



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 26/09/2018

A equipe do japa ficou responsável por tecer as palhas para fazer um forro para os balcões para evitar que o adubo caísse no chão e também para cobri-los e proteger as mudas do sol forte.

Após essa primeira etapa de trabalho, às 10h00, fizemos uma pausa de 15 minutos e oferecemos um lanche, que foi servido por Ivaldete da Silva e Estevão de Oliveira.

A equipe dos homens, quando já estava com os materiais necessários para a estrutura do canteiro, partiram para a construção, conforme ilustra a foto abaixo.

Foto 9: Balcão em construção



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 26/09/2018.

As demais equipes continuaram suas referidas atividades, sendo o trabalho da manhã do primeiro dia encerrando às 12h00, com o almoço servido aos participantes.

Às 13h30 os trabalhos foram retomados com os alunos do turno vespertino, que foram inseridos nas equipes já formadas, sob a orientação dos professores. As equipes com suas atividades em dia foram misturando a terra preta, o esterco do boi, da galinha, a serragem seca e a cinza como se fosse a massa de um bolo. Os mais velhos foram orientando as crianças, mostrando a forma adequada de misturar. Logo, o adubo estava pronto, aguardando o término da construção do canteiro. Enquanto isso, o grupo dos homens continuava firme no seu trabalho de construção. Decidiram fazer um canteiro suspenso, considerando que o terreno da escola não é cercado e os vizinhos criam galinha. Assim, estabeleceram fazer um balcão medindo 6 metros de comprimento por 80 de largura.

Às 15h30 paramos para fazer um intervalo de 15 minutos e servimos um lanche aos participantes do puxirum. Após esse tempo retomamos os trabalhos. Às 17h30 encerramos as atividades deste dia, ficando para o dia seguinte a conclusão do mesmo.

2.2 Atividades realizadas no segundo dia (27/09/2018)

No segundo dia, retornamos as atividades apenas com a equipe de construção do canteiro - equipe dos homens. As demais equipes como já haviam terminado suas tarefas ficaram aguardando a conclusão do canteiro. As crianças observam o formato que vai ganhando a construção, ajudam em pequenas coisas quando solicitado. Às 10h00 desse dia, o canteiro ficou pronto, conforme ilustra a foto a seguir.

Foto 10: Balcão ou canteiro pronto



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 27/09/2018.

Neste momento, a equipe responsável coloca os japas no fundo do balcão, forrando-o, uma forma usada pelos mais velhos para não deixar cair o adubo no chão (como mostra a foto 11).

Foto 11: Forro com japa no fundo do canteiro



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 27/09/2018

Outro passo do trabalho foi depositar o adubo até encher toda área do canteiro, conforme mostra a foto 12.

Foto12: Adubando o canteiro



Fonte: Margareth Pedroso dos Santos, em 27/09/2018.

Após colocar o adubo no canteiro e irrigá-lo, com ajuda de todos os presentes - alunos, professores, cacique, pais e responsáveis e sócios da associação - decidimos

encerrar as atividades às 12h00. Em vez de retomar os trabalhos na tarde desse dia, todos acharam melhor deixar para plantar no outro dia pela manhã e assim se fez.

2.3 Atividades realizadas no terceiro dia (28/09/2018)

Nesse dia é chegada a hora do plantio. Molha-se novamente a terra e mistura-se bem até ficar no ponto certo, seguindo sempre a orientação dos mais velhos.

Foto 13: Preparando para o plantio



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 28/09/2018

Nesse canteiro decidimos plantar cebolinha, couve, coentro, pimentão, tomate e alface (foto 14). Como são verduras um pouco mais sensíveis ao sol, fizemos uma cobertura de palhas, que permaneceria lá até as mudas pegarem (figura 15).

Foto 14: Plantando as hortaliças



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 28/09/2018

Foto15: Horta pronta



Fonte: Elivany Pedroso dos Santos, em 28/09/2018.

Às 12h00 desse dia decidimos encerrar o trabalho de construção da horta. O que foi planejado foi realizado. Porém, encontramos-nos em outro momento para conversar sobre a atividade.

2.4 Avaliação dos participantes sobre a atividade

A avaliação ocorreu em um encontro, no qual os participantes manifestaram suas considerações, falando ou escrevendo numa ficha que havíamos organizado previamente. De modo geral, todos gostaram da nossa ação, conforme podemos ver em alguns trechos de relatos.

Gostei muito de misturar os esterco de boi, galinha e aprendi como fazer a mistura da terra. Agora eu já sei e a horta é importante para nossa aldeia” (Participante 25).

Foto 16: Preparação do adubo - mistura dos esterco e da terra queimada



Fonte: Foto de Margareth Pedroso dos Santos, em 27/09/2018.

É importante por que teremos verdura para colocar na merenda, ficaremos fortes e saudáveis. (Participante 21).

[Esse projeto] trouxe benefícios para a comunidade escolar e para a comunidade em geral. E também a importância dos alimentos no nosso dia a dia. Valorizar os trabalhos coletivos, a união e a participação dos parentes indígenas junto com as crianças pela valorização da horta (Participante 02).

Fiquei muito feliz que minha comunidade tenha ficado satisfeita com essa atividade. Foi uma experiência importante, aprendi diversas coisas, desde ir buscar a palha na mata até a hora do plantio da horta. Além disso, foram momentos de alegria e de trabalho sério e responsável. Não foram repassados conhecimentos apenas sobre como fazer uma horta aos mais jovens. Foi repassada a importância de realizarmos mais trabalhos de forma colaborativa, como o puxirum, que deve ser fortalecido nas aldeias. E o resultado disso foi muito aprendizado e o objetivo alcançado. Porém, como tudo na vida, também houve muitas dificuldades. Pesou o fato de não contarmos com recursos financeiros para custear as despesas, tais como: comprar alimentos, comprar pregos, gasolina para o *motor rabeta* (usado para transportar as madeiras) e para a motosserra (usada para cortar as madeiras do tamanho planejado). Outra dificuldade ocorreu na hora de elaborar esse relato, uma vez que não possuo ainda computador, o que impactou um pouco no resultado final.

PALAVRAS FINAIS

Meu propósito com esse trabalho foi relatar a experiência de construção de uma horta de verduras e legumes na Escola Indígena *Kurasy Katu*, situada na aldeia Pinhél/PA.

Com essa atividade procuramos despertar nos comunitários o interesse em plantar, cultivar e colher hortaliças em busca de uma alimentação saudável, sem agrotóxicos, o que pode colaborar para a segurança alimentar das crianças, melhorando a qualidade da merenda escolar. Além disso, contribuindo com a educação ambiental da comunidade, pois constatamos que os comunitários estão um pouco mais conscientes após esse trabalho.

A horta também pode colaborar com o aprendizado das crianças, uma vez que pode ser usada para aliar teorias a práticas no fazer pedagógico, oferecendo contribuições no processo de ensino-aprendizagem, no resgate de valores

socioambientais, no fortalecimento da cultura indígena, adotando práticas como a do *puxirum*.

A partir do momento em que os educandos se sentiram integrantes das atividades de cada dia foi visível sua satisfação em terem contribuído com a realização desse trabalho.

Após dois anos de existência, a horta continua dando bons resultados para a aldeia, colaborando na alimentação escolar e até colaborando financeiramente para a compra de outros alimentos para complementar merenda (açúcar, sal) e despesas (pagamento da conta da água) com dinheiro da venda de legumes e verduras, coletados da horta da escola.

REFERÊNCIA

COSTA, Solange Maria Gayoso da {et al}. *Mapeamento Social dos povos e comunidades tradicionais do rio Tapajós. Aldeias/comunidade de Pinhel (Maytapu)*. Manaus: UEA-Edição 2015.

COELHO, Denise Eugenia Pereira; BOGUS, Claudia Maria. *Vivências de plantar e Comer: A horta escolar como prática educativa, sob a perspectiva dos educadores*. Saúde Soc. São Paulo, V. 25, n.3, p.761_771, 2016.

13. DO ARCO E FLECHA PARA PAPEL E CANETA: DISCUTINDO O PROTOCOLO DE CONSULTA COMO INSTRUMENTO PARA GARANTIA DE DIREITOS

Denner Fabrício Gama Sousa¹
Gecinei Henrique Ferreira²

RESUMO: Desde a chegada dos colonizadores europeus ao Brasil, nós, povos indígenas, não tivemos mais paz, pois a violência nunca parou. Não obstante o genocídio ocorrido ao longo da história, ainda hoje, por causa dos nossos territórios, a perseguição de madeireiros, garimpeiros, fazendeiros e pessoas do agronegócio continua acontecendo. Diante disso, com o intuito de proteger o nosso território e sensibilizar os comunitários sobre os direitos dos povos indígenas, criamos o projeto “Conhecendo os Direitos Indígenas na Terra dos Encantados: uma conversa sobre protocolos de consulta”, para apresentar os protocolos de consulta como uma ferramenta para garantia de direitos. No âmbito desse projeto, realizamos, como ação, uma palestra, uma roda de conversa e uma oficina sobre os direitos previstos na Constituição de 1988 e na Convenção 169 da OIT e sobre uma futura criação do protocolo de consulta para o Território dos Encantados. É a experiência vivenciada nessas ações que pretendemos apresentar nesse relato.

PALAVRAS-CHAVE: Terras indígenas; Constituição de 1988; Convenção 169 da OIT; Direitos; Protocolos de Consulta.

INTRODUÇÃO

A *Consulta Previa ou Protocolo de Consulta* é um direito que foi concedido aos povos indígenas na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Esse protocolo é um documento que ampara os direitos indígenas desde 2004, garantindo o seu modo de viver, suas crenças, sua cultura e tradição. Porém, tal documento ainda hoje é desconhecido por muitas etnias indígenas e populações tradicionais Brasil afora.

Em função disso, este projeto foi idealizado com o propósito de esclarecer aos nossos parentes uma maneira de proteger as nossas terras, pois a nossa população indígena já passou por várias dificuldades devido a projetos implementados sem a

¹ Indígena da etnia Tupaiú, acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca, na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: dennerfabriciof@gmail.com.

² Indígena da etnia Tupaiú, acadêmico do curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca, na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA. E-mail: gecineif@gmail.com.

participação ou consulta aos comunitários. Antes, eram os madeireiros, hoje, são as Organizações não governamentais (ONGs), em parceria com outras instituições como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), caso de um projeto da Conservação Internacional (CI), por exemplo. Esse projeto da CI pretende implantar um modelo de compensação de crédito de carbono na *Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiun*, a qual faz parte do nosso território, o que vai afetar o nosso modo de vida.

Por isso, quisemos esclarecer aos moradores, não apenas de Aminã, mas de todo o Território dos Encantados sobre os seus direitos e de que forma poderíamos nos organizar para fazer valer os direitos previstos na Constituição de 1988 (art. 231 e 232) e na Convenção 169 da OIT, ratificada pelo Brasil. Assim, por meio de algumas atividades, isto é, por meio de uma palestra, uma roda de conversa e uma oficina, procuramos proporcionar aos mais jovens e às lideranças conhecimentos sobre a legislação que ampara nossos direitos, para que estejam conscientes e tornem-se sujeitos ativos nas lutas e na avaliação crítica de propostas que cheguem para nós em nome do desenvolvimento.

O projeto surgiu no âmbito da Formação Básica Indígena, num contexto de reflexão sobre os problemas que nós indígenas enfrentamos atualmente em nossos territórios. Dado o tema, foram feitas várias pesquisas e debates com a orientadora – professora Paula Colares - discutindo os pontos positivos e negativos e relacionando esse tema com a realidade das terras indígenas. Das discussões, foram surgindo ideias para elaboração do projeto. Conforme a orientação que recebemos, o projeto deveria surgir do diálogo com as lideranças da base, então, fizemos duas reuniões com os aldeados para que eles pudessem participar dessa discussão; os caciques, vendo a importância da proposta, logo a aprovaram.

Após a anuência das lideranças, partimos para a elaboração do projeto que, convém informar, foi elaborado em pouco tempo, pois todo o processo de levantamento de problemas, diálogo com as lideranças, pesquisa bibliográfica, leitura de textos e escrita do projeto ocorreu em um único semestre (2018.1), mas tivemos muito apoio da nossa orientadora, que nos auxiliou de forma significativa em todo processo de criação e escrita do projeto e, também, na sua implementação.

As atividades ocorreram na Escola Municipal de Ensino Fundamental São Jorge, situada na aldeia Aminã (Município de Santarém/PA). Essa escola foi fundada

em 1968 e estudam lá, atualmente, 78 alunos, da Pré-escola ao 9º ano do Ensino Fundamental, e a escola conta com um total de 13 funcionários entre professores e auxiliares.

As ações deste projeto foram de grande importância para esclarecer aos moradores das aldeias do Território dos Encantados os nossos direitos e, a partir desse conhecimento, demos início à elaboração do nosso Protocolo de Consulta, tendo em vista impedir que projetos desenvolvimentistas venham a afetar nossas vidas ou, pelo menos, garantir que o direito à consulta prévia, livre e informada seja respeitada.

1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA

A aldeia de Aminã foi fundada em 1950, mas teve seu reconhecimento como aldeia indígena somente em 2002. No início, sua denominação era *Cabeceira Grande*, mas devido à desconfiança de algumas pessoas sobre a possibilidade de haver minério no território da aldeia, passaram a chamar a comunidade de *Aminã*, porém os indígenas nunca aceitaram confirmar se havia ou não minério, pois nunca quiseram a exploração de suas terras.

Seus primeiros habitantes eram indígenas do povo Tupaiú e moravam nos chamados “centros”, local que na época servia de moradia e de produção da farinha de mandioca, farinha de tapioca, beiju, tucupi, etc. Na atualidade, os comunitários estão lutando pela demarcação do território da aldeia como terra indígena.

Foto 1: Porto da Aldeia Aminã – Rio Arapiuns



Fonte: Denner Fabrício Gama Sousa, 13 de setembro 2018.

1.1 Localização

A aldeia de Aminã se encontra localizada à margem direita do Rio Arapiuns, no Município de Santarém, Estado do Pará. Situa-se dentro da Reserva Extrativista (RESEX) Tapajós-Arapiun, que são áreas brasileiras protegidas por unidades de conservação e ocupadas por populações tradicionais, cuja sobrevivência baseia-se no extrativismo e na caça de animais de pequeno porte.

Aminã é um lugar rodeado de cabeceiras, praias e igarapés localizado no centro do Território Terra dos Encantados.

Foto 2: Frente da aldeia Aminã – Rio Arapiuns



Fonte: Denner Fabrício Gama Sousa, 13 de setembro 2018.

1.2 A população

Aminã é composta por 55 famílias, todas do povo Tupaiú, mas no Território existem outros povos como os Arara Vermelha da aldeia de Arapiranga e os Tapajó da aldeia Atrocal.

A escola São Jorge, onde foi o palco do projeto, está no momento com 78 alunos do Ensino Fundamental e conta com um total de 13 funcionários públicos.

A língua falada no Território é a portuguesa, mas já tem professores formados ensinando a língua *nheengatu* na escola formal, uma forma de “revitalização” dessa

língua com a finalidade de fortalecer a identidade indígena, enfraquecida pelos impactos negativos deixados pela colonização europeia.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

No dia 14 de setembro de 2018 aconteceu a primeira etapa do projeto “Conhecendo os Direitos Indígenas na Terra dos Encantados: uma conversa sobre Protocolos de Consulta”, uma palestra e uma roda de conversa para abordar os seguintes temas: apresentar os principais artigos da CF/88, que tratam dos direitos indígenas, especialmente os direitos territoriais; e a Convenção 169 da OIT sobre povos indígenas e tribais. Especificamente, tratamos do Direito à consulta prévia, livre e informada.

2.1 Atividades realizadas no primeiro dia

A atividade iniciou às 7h00 com o ritual de agradecimentos e incentivo pela oportunidade de esclarecer a realidade vivenciada pela aldeia e incentivar, naquele momento, a luta que o movimento indígena vem realizando para conseguir seus direitos (foto 3). Esse momento foi conduzido pelo Cacique Mário Cardoso Ferreira.

Foto 3: Ritual de abertura e agradecimento pela atividade



Fonte: Denner Fabrício Gama Sousa, 14 de setembro 2018.

Às 7h30, após o ritual, foi dado início à palestra sobre a legislação que trata dos direitos indígenas. A mesma deu-se de forma dialogada, com perguntas e respostas, para que os presentes pudessem tirar suas dúvidas no momento que elas surgissem. Foi uma experiência extremamente importante, pois possibilitou aos participantes obter mais conhecimento sobre seus direitos que, até então, eram desconhecidos pela maioria. Essa palestra proporcionou uma visão geral sobre os direitos e sobre perigos postos à comunidade indígena.

Foto 4: Palestra sobre Direitos Indígenas



Fonte: Denner Fabrício G. Sousa, Aminã, 14/09/2018.

Por volta das 8h30, algumas lideranças já estavam ansiosas para contribuir e colocar seus pontos de vista sobre tal projeto, mas antes, para aprimorar seus conhecimentos, foram-lhes entregues as ferramentas de apoio, no caso, folhetos informativos e alguns exemplos de Protocolos de Consulta elaborados por outros povos indígenas ou tradicionais (como o dos Wajãpi, dos Munduruku do Planalto Santareno e dos Quilombolas do Maicá).

Tomando ciência dos textos e dos documentos dos outros povos, logo as lideranças entenderam que também era necessário para o Território dos Encantados um Protocolo de Consulta (PC) e que esse documento deveria ser criado sem demora.

Às 9h30 foi realizado um intervalo com a oferta de um pequeno lanche aos indígenas. Após esse momento, retornamos às 10h00, e iniciamos a roda de conversa, por meio da qual conversamos melhor sobre os problemas enfrentados e sobre projetos desenvolvimentistas que ameaçam nosso território.

Nessa oportunidade, respondendo às indagações, o Cacique apresentou algumas informações referentes a projetos que pessoas de fora do Território estão querendo implantar na aldeia, como por exemplo, o da Conservação Internacional. Esse projeto pretende implantar um modelo de compensação de crédito de carbono na RESEX Tapajós-Arapiuns, o que poderá afetar as nossas vidas. Outra informação, nesse sentido, foi a de um indígena da aldeia Zaire, chamado Naide que falou das ONGs e das grandes empresas madeireiras que estão na Terra Indígena Maró, já adentrando espaços do seu Território e do nosso, de forma ilegal.

Foto 5: Roda de conversa sobre as ameaças ao Território dos Encantados



Fonte: Denner Fabrício Gama Sousa, Aminã, 14 de setembro 2018.

Os professores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio modular indígena e seus alunos estavam presentes, tomando a ação como aula. Segundo a professora de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, *Ian Caroline*, é muito importante conhecer os direitos que amparam os indígenas, pois a partir dessa base de conhecimento é possível uma articulação coletiva para que as leis saiam do papel e se tornem efetivas na prática.

Várias pessoas deram sua contribuição. Nessa roda de conversa houve uma troca de conhecimentos e experiências muito rica entre os mais velhos e os mais novos do povo Tupaiú.

Alguns indígenas relataram que o projeto levou esclarecimento tanto na questão de direitos quanto na questão de conservação do meio ambiente, uma vez que fez refletir sobre as questões sociais do povo e também sobre os grandes projetos desenvolvimentistas que trazem impactos para o ambiente.

De forma geral, as falas mostraram que os indígenas têm consciência de que precisam fazer a sua parte, isto é, entendem que não é somente uma questão de ter direitos, mas também de ter deveres quanto à responsabilidade pela conservação do Território.

Após uma série de falas dos participantes, ficou estabelecido que a ferramenta de apoio na luta pelo reconhecimento e respeito das terras indígenas seria a criação do Protocolo de Consulta e com essa decisão encerramos as atividades do primeiro dia do projeto.

2.2 Atividades realizadas no segundo dia

No dia seguinte (15/09/2018), as atividades iniciaram às 7h30 com a recapitulação (ou resumo) dos assuntos estudados e discutidos no primeiro dia, visto que estavam presentes indígenas de outras aldeias, especificamente, pessoas do povo Tapajó da aldeia de Atrocal e alguns Tupaiú da aldeia Zaire, que não participaram do primeiro dia de atividade.

Em seguida, apresentamos a programação prevista para o dia, uma oficina de trabalho sobre o território e outras questões, tais como: O que significa ser Tupaiú? Qual é a importância do Território para os Tupaiú, Arara vermelha e Tapajó? Quais são as representações de cada povo do Território? Como o povo Tupaiú toma suas decisões? Como os povos, Tupaiú, Arara Vermelha e Tapajó se organizam nas aldeias de seu território?

Nessa oportunidade, organizamos os participantes em 4 grupos, explicamos a metodologia de grupos de trabalho e entregamos questões orientadoras para cada grupo. Os participantes estavam curiosos e também um pouco nervosos, pois as perguntas seriam discutidas nos grupos e, depois, socializadas a todos.

Os professores da escola da aldeia nos ajudaram nas discussões e na sistematização das respostas apresentadas nos grupos. Nessa atividade cada participante foi convidado a se manifestar, a apresentar seus pontos de vista e suas questões. Enquanto os grupos trabalhavam, nós, acadêmicos da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA – Denner Fabrício Gama de Sousa e Gecinei Ferreira Henrique (Presidente da Associação da aldeia de Aminã) – passávamos em cada grupo para auxiliar nas dúvidas que surgiam. O trabalho em grupo ocorreu até as 11h00, quando fizemos uma pausa para o almoço.

À tarde, recomeçamos a programação com a socialização dos resultados do trabalho em grupo (fotos 6 e 7), os quais foram organizados em papel cartolina para melhor visualização dos participantes.

Foto 6: Oficina – Apresentação dos grupos de trabalho



Fonte: Denner Fabrício Gama Sousa, Aminã, 15 de setembro 2018.

Foto 7: Oficina – Apresentação dos grupos de trabalho



Fonte: Denner Fabrício Gama Sousa, Aminã, 15 de setembro 2018.

De modo geral, os grupos expuseram que ser indígena Tupaiú, Arara Vermelha e Tapajó significa ser pessoas guerreiras, fortes e valentes, talentosas e ativas, que precisam continuar resistindo frente aqueles que não respeitam os direitos indígenas.

Sobre a importância do Território, os grupos expuseram que muito do território já foi destruído e que, agora, não devem medir esforços para conservar o que sobrou: fauna, flora, rios, igarapés, pois tudo isso é muito importante para manter o modo de vida dos indígenas. É da floresta e dos rios que vem os alimentos que os mantêm vivos.

Quanto à representação e tomadas de decisão, as aldeias se organizam seguindo a liderança dos caciques (Cf. quadro 1) que geralmente reúne os comunitários para conversar e tomar decisões considerando as opiniões da coletividade.

Quadro 1: Cacique das aldeias do Território dos Encantados

CACIQUES E ETNIAS DAS ALDEIAS DO TERRITÓRIO DOS ENCANTADOS				
Aldeia Aminã	Aldeia Arapiranga	Aldeia Zaire	Aldeia Aningalzinho	Aldeia Atrocal
Mario C. Ferreira	Maria das Neves	Edinaldo Carvalho	Tomás C. Santana	Raimundo Tapajós
Povo Tupaiú	Arara Vermelha	Povo Tupaiú	Povo Tupaiú	Tapajó

Fonte: Os autores.

Quanto à defesa do Território, todos entenderam que, de fato, é o caso de elaborar o documento *Protocolo de Consulta* para a Terra dos Encantados. Segundo alguns caciques, há muito tempo desejavam construí-lo, mas isso não foi possível devido não terem pessoas para auxiliar nesse trabalho. Começamos, então, a discutir uma agenda futura para encaminhamentos dos trâmites e criação do Protocolo, porém ficou claro que iríamos precisar de uma assessoria jurídica e de novos encontros para a elaboração desse documento.

PALAVRAS FINAIS

Neste relato de experiência, apresentamos as ações do projeto “*Conhecendo os Direitos Indígenas na Terra dos Encantados: uma conversa sobre protocolos de consulta*”, isto é, uma programação composta por palestra, roda de conversa e oficina de grupos de trabalho, por meio das quais abordamos a legislação que ampara a defesa do nosso território.

Tais atividades ocorreram na aldeia de Aminã, em setembro de 2018, com a participação de lideranças e comunitários das 5 aldeias do Território dos Encantados - Aminã, Aningalzinho, Zaire, Atrocal e Arapiranga – e também do cacique da aldeia Gurupá, que tinha interesse em conhecer sobre o assunto.

Para esses participantes, nosso projeto foi de grande importância, uma vez que agora os indígenas precisam se apropriar dos instrumentos de defesa que os brancos utilizam - os documentos. Entendem que depois do contato com os colonizadores os indígenas não podem ficar restritos aos instrumentos de arco e flecha, já que na sociedade ocidental o papel e a caneta têm muita importância. Disseram também que sentem que devem conhecer mais a legislação do país para saberem argumentar e defender os direitos não apenas do Território, mas todos os outros, como os que envolvem a educação, a saúde e os aspectos culturais.

As ações do projeto proporcionaram uma iniciação aos conhecimentos sobre os direitos indígenas na Terra dos Encantados de forma autônoma, visto que foram implementadas por nós acadêmicos dessas terras, que apresentamos um panorama das leis e da atual política brasileira, contribuindo para que crianças, jovens e adultos começassem a refletir criticamente sobre sua realidade, relacionando-a com os direitos previstos na legislação. Além disso, as ações mostraram que é possível produzir conhecimentos novos como um documento que venha garantir respeito a nós indígenas

e à conservação do nosso território, nesse caso um *Protocolo de Consulta*. Esse documento encontra-se ainda em processo de elaboração, pois encontramos diversos obstáculos para a sua conclusão, por exemplo, a ausência de assessoria jurídica e dificuldade de tempo e de recursos financeiros para reunir os comunitários das 5 aldeias.

Contudo, acreditamos que essa experiência foi muito significativa para todos nós. Para as lideranças que tiveram a oportunidade de se reunir e falar dos problemas comuns que enfrentam no Território, fortalecendo a esperança de que juntos são mais fortes. Para nós, acadêmicos, foi significativa para mostrar o compromisso que temos com o nosso povo e para amadurecermos também enquanto graduandos. O esforço em realizar esse projeto mostra que nós indígenas continuamos resistindo e que não pararemos de lutar. E nossa presença na academia é uma forma de luta e de ocupação de um espaço que também nos pertence e de onde não sairemos mais. Certamente os conhecimentos adquiridos serão usados como instrumentos de luta, em benefício dos nossos povos, como já começamos a fazer no início da trajetória acadêmica com esse projeto.

REFERÊNCIAS

CONSULTA LIVRE, PRÉVIA E INFORMADA NA CONVENÇÃO 169 DA OIT. Disponível em: [//especiais.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/index9c1e.html?httpsq=c onvencao-169-da-oit-no-brasil](http://especiais.socioambiental.org/inst/esp/consulta_previa/index9c1e.html?httpsq=c onvencao-169-da-oit-no-brasil) – Acesso em: 19 de novembro 2018.

RESEX TAPAJÓS-ARAPIUNS: MODELO DE VIDA SUSTENTÁVEL NA FLORESTA. Disponível em: <https://www.xapuri.info/movimentos-sociais/populacoes-extrativistas/tapajos-arapiun-resex/> – Acesso em: 15 de novembro 2018.

TERRAS INDÍGENAS: O QUE É? Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/nossas-aco es/demarcacao-de-terras-indigenas> - Acesso em 19 de novembro de 2018

14. BORARI: POVO, CULTURA E TERRITÓRIO

Damilles Ribeiro Sardinha¹
Dayana Mara de S. Costa Nunes²
Elcicley Ferreira Costa³

RESUMO: Este relato de experiência tem o propósito de apresentar as atividades realizadas no âmbito do projeto *Borari: Povo, Cultura e Território*, por meio do qual trabalhamos a história do povo Borari com narrativas, a partir de Roda de Conversa e a realização de uma oficina de Grafismo junto ao corpo docente da Escola Borari, em setembro de 2018, na aldeia Alter do Chão. Foi uma ação ímpar, realizada na escola e aceita de forma excelente por todos ali presentes, contando com participações efetivas e grande troca de conhecimentos. Com o ótimo resultado, tivemos a certeza de que o objetivo de sensibilizar quanto à questão indígena na área educacional foi alcançado. Observamos que a escola anseia por mais ações nesse sentido. Com esta atividade, firmou-se um elo entre escola, comunidade indígena e universidade, na certeza de que a ação realizada foi apenas o início dessa parceria.

PALAVRAS-CHAVE: Povo Borari; Preservação; Território; Cultura; Costumes.

INTRODUÇÃO

Durante as aulas da disciplina Introdução à Metodologia Científica, ministrada pela professora Paula Colares (Antropóloga/Ufopa), fomos desafiadas a elaborar um projeto de pesquisa ou de extensão para ser implementado em nossa aldeia, projeto esse que objetiva nunca perder o laço entre Comunidade e Universidade.

Como acadêmicas sabemos o caminho traçado para chegar até a Universidade, não é nada fácil. Além disso, nunca devemos esquecer nossos valores e raízes, a grande carga de cultura que envolve a nossa história. Pensando nisso, vimos que o local com potencial para a ação que estávamos planejando seria a escola onde há uma troca contínua de conhecimentos e que poderíamos contar com a parceria dos

¹ Indígena do povo Borari. Discente do curso de Bacharelado em Antropologia na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: damiborarimunduruku@gmail.com

² Indígena do povo Borari. Discente do curso de Licenciatura em Letras na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: daiyanamara@gmail.com.

³ Indígena do povo Borari. Discente do curso de Licenciatura em Informática Educacional, na Universidade Federal do Oeste do Pará. E-mail: elcicleyferreirac@gmail.com.

Professores, para serem disseminadores da história e cultura do nosso povo.

Escolhemos, então, para ser abordado o tema *Borari: Povo, Cultura e Território*. A motivação para essa escolha foi o fato da escola ser indígena, estar localizada na nossa comunidade/aldeia Alter do Chão, sermos ex-alunas e termos vivenciado o desconhecimento dos professores a respeito das histórias de luta do povo Borari. Ou seja, embora a escola da aldeia seja indígena e esteja situada no território do povo Borari, as histórias, as narrativas e os conhecimentos do povo não fazem parte do desenho do currículo e das atividades propostas pela escola. Isso se deve, em parte, porque a maioria das pessoas que compõe o quadro de funcionários da escola não se reconhece como indígena. Além disso, apesar dos direitos que amparam a educação escolar indígena diferenciada (GRUPIONI 2011, MEC 2002), a escola segue as determinações de conteúdo, calendário e materiais didáticos da secretaria de educação, sem uma proposta específica e diferenciada que contemple a realidade do povo Borari que ali vive e luta para manter sua cultura e seu território.

Diante disso, previmos como atividades do projeto uma roda de conversa e uma oficina de grafismo, que foram realizadas na Escola Professor Antônio de Sousa Pedrosa Indígena Borari, na Aldeia Alter do Chão. Nessas atividades nossas lideranças apresentaram suas histórias e saberes sobre o povo. E com a finalidade de conscientizar a classe educadora sobre a importância da valorização e o do respeito com a cultura do povo Borari e seus valores, de forma interativa nossos sábios repassaram conhecimentos sobre o território, técnicas e saberes tradicionais que devem ser repassados para as futuras gerações, tendo em vista garantir a continuidade dos saberes tradicionais Borari e também discutindo a preservação e a segurança do território.

1 LOCALIZAÇÃO E POPULAÇÃO BENEFICIADA COM A EXPERIÊNCIA

1.1 Localização do Território Borari

O referido projeto de Extensão foi realizado na Terra Indígena (T.I.) Borari, na aldeia Alter do Chão, cujo território divide-se em três aldeias:

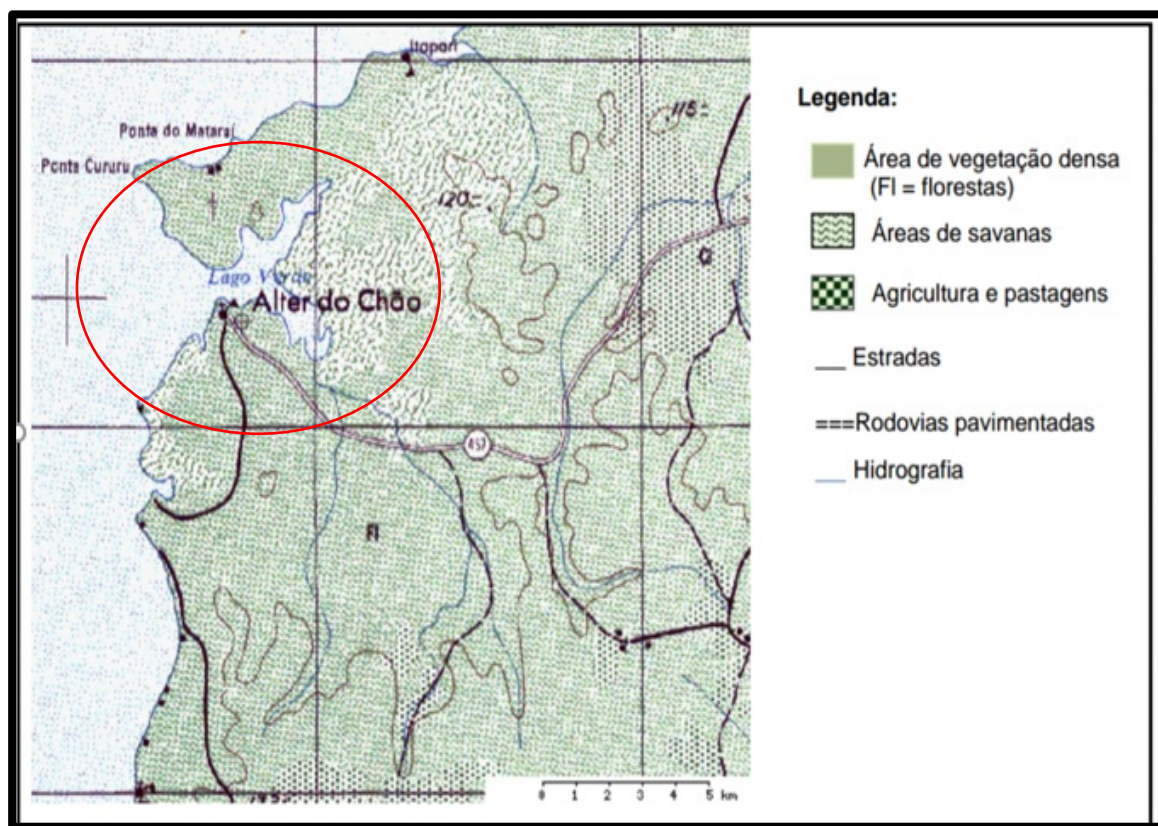
(a) aldeia *Alter do Chão* - considerada a aldeia-pólo, situada à margem direita do Baixo rio Tapajós;

(b) aldeia *Caranã* - localizada na Rodovia Everaldo Martins, PA-457; e a

(c) aldeia *Curucurui* - localizada no km 16 da PA-457.

O mapa a seguir ilustra a localização de tais aldeias.

Mapa 1: Localização das aldeias Borari



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2009.

1.2 A população da aldeia Alter do Chão

A população da aldeia Alter do Chão conta com aproximadamente 250 famílias que residem e se reconhecem como pertencentes a etnia *Borari*.

As crianças dessas famílias estudam na Escola Municipal de Ensino Fundamental *Professor Antônio de Sousa Pedroso Indígena Borari*, mas os elementos da cultura deste povo, como: história, costumes, território não são contemplados no currículo. Além disso, percebe-se que o corpo docente apresenta certo desconhecimento sobre os direitos indígenas previstos na legislação e não está a par das discussões sobre interculturalidade e inclusão da temática indígena no currículo oficial da rede de ensino, conforme prevê a Lei 11.645/2008. Isso contribui para que saberes e fazeres indígenas não façam parte da escola de forma efetiva.

Em função disso, pensamos em desenvolver uma atividade na referida escola, cujo público-alvo foram seus funcionários não indígenas, trabalhadores de uma escola

indígena, com necessidade de conhecer e respeitar suas histórias e seu território. E também para os Borari que desconhecem a riqueza que há na cultura de seu povo.

1.3 Breve histórico da Escola Professor Antônio de Sousa Pedroso Indígena Borari

Esta escola localiza-se na Aldeia de Alter do Chão, na rua Frei Cristóvão, nº 340, Centro, região do Baixo Tapajós, município de Santarém, Estado do Pará.

Foi fundada em 30 de maio de 1985 e inaugurada no dia 1º de junho de 1985. A sua denominação faz homenagem ao primeiro professor que lecionava em sua casa, localizada na aldeia.

Na época da inauguração, a estrutura física da escola contava com apenas 04 salas de aula em funcionamento, atendendo 49 alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, com o quadro docente composto por 05 professores e 01 gestora.

Atualmente, toda a estrutura da escola está em pleno funcionamento, disponibilizando à comunidade uma educação regular para indígenas e não indígenas, com o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano, e Ensino Médio regular, como anexo da escola da zona urbana de Santarém Dom Thiago Rayan.

As fotos ilustram o prédio da Escola Borari, como é comum a população se referir a ela.

Fotos e 1 e 2: Escola Borari



Fonte: Damilles Borari, em 29/09/2018.

2 RELATO DA EXPERIÊNCIA

As ações desenvolvidas no âmbito do projeto *Borari: Povo, Cultura e Território* foram realizadas no dia 29 de setembro de 2018, nas dependências da Escola Borari,

com a participação de 29 pessoas, entre funcionários da escola e lideranças indígenas. As atividades realizadas foram: uma roda de conversa, a partir da qual abordamos os temas “narrativas do povo Borari” e “Território”; e uma oficina de *grafismo Borari*.

A programação iniciou com a apresentação do projeto aos participantes por nós, acadêmicas proponentes da ação. Neste momento, para contextualizar, apresentamo-nos como acadêmicas indígenas da Ufopa e explicamos que fomos desafiadas a elaborar e implementar um projeto de ação na nossa aldeia. Assim, apresentamos esse projeto, explicando os seus objetivos e etapas (cf. fotos 3 e 4).

Fotos 3 e 4: Apresentação do projeto



Fonte: Willon Borari, 2018.



Fonte: Damilles Borari, 2018.

Após a apresentação do projeto, tivemos a grata surpresa de contar com a fala da professora Selma Lobato que nos parabenizou pela iniciativa do projeto como discentes da Ufopa, conforme ilustra o trecho abaixo.

Desde já, eu quero parabenizar por essa iniciativa, a gente sabe que há tempos já existe. A Ufopa deu essa oportunidade para os alunos e a gente nunca viu esse [retorno]. [...] vocês já estão parabenizadas por essa iniciativa e a gente espera que vocês estejam sempre junto com a gente. E a gente sabe que esse é um compromisso que une tudo o que vocês podem dar pra comunidade. (MARIA SELMA LOBATO, 2018)

Dando continuidade à programação, foi realizado o ritual *Panhe do Povo Borari*⁴ como agradecimento a Tupã, cujos braços dados simbolizam a união do povo, conforme mostra a foto 5.

⁴ A música que embala o ritual é de autoria da cacique Neca Borari.

Foto 5: Ritual de Panhe do Povo Borari



Fonte: Willon Borari, 2018.

Em seguida, deu-se início à roda de conversa como o tema *Cultura e Narrativas do Povo Borari*, ministrada pelo indígena Borari, professor de Língua Portuguesa e Mestre em Educação pela Universidade de Málaga/Espanha, Edilberto Ferreira Costa.

O professor Edilberto abordou diversos temas, iniciando sua fala sobre a política *assimilacionista* do *monolinguismo* linguístico em português, que fez com que muitos indígenas perdessem o direito de se comunicar nas suas próprias línguas. Foi um processo cruel e desumano, pois diversos indígenas eram castigados, fisicamente, caso fossem pegos falando em suas línguas e o resultado disso, conforme Rodrigues (2005), foi a extinção de cerca de mil línguas indígenas.

O trecho da fala do professor Edilberto, durante a roda de conversa ilustra essa situação vivida pelos indígenas: “[As línguas] foram todas proibidas de se pronunciar [...] Qualquer fala que não fosse o português [...] Por que senão eram mortos”.

Além disso, Edilberto também abordou sobre a questão linguística atual. Lembra do momento (em 1997) em que a comunidade Borari resgata o termo Çairé com o cedilha (“Ç”), na grafia do nome da nossa maior festa, a *Festa do Çairé*⁵, “porque pelo menos isso a gente tinha que manter aqui como nossa identidade”, afirma ele.

Edilberto explica que como os indígenas se comunicavam apenas pela oralidade, que não havia escrita, a ortografia das palavras foi definida pelos colonizadores, que estabeleciam do jeito que entendiam, de acordo com sua visão de mundo.

era claro que nós não escrevíamos, a descrição foi feita primeiramente por portugueses. Escreveram pros Borari o nosso Çairé com “Ç” e [retiraram a] aspiração que só um indígena conseguiria dar para aquele termo. Só era

⁵ Festa que ocorre todo ano, no mês de setembro, em Alter do Chão.

representada pelo chiado do “Ç” e aí o português idioma vem e muda tudo porque não está de acordo com a ortografia portuguesa.

De acordo com Edilberto, em 2005, antes da festa do Çairé acontecer teve uma reunião com a comunidade, na época a prefeita Maria do Carmo Martins comunicou a comunidade de Alter do Chão que Çairé passaria a ser escrito com “S” por que com “Ç” era errado. Passamos, então, 4 anos com o Çairé escrito com “S”, só quando passou para o governo do prefeito Alexandre Von é que a comunidade, depois de inúmeras lutas por sua escrita, conseguiu retomar culturalmente o então Çairé com “Ç”.

Em seguida, o professor Edilberto apresentou uma rica narrativa sobre o povo Borari em Alter do Chão e diversas “lendas”, como, a do *muiraquitã* e a das *cunhã puieras* para que, especialmente, os professores pudessem conhecer um pouco sobre as histórias dos indígenas, ressaltando a importância das mulheres guerreiras Borari e seu matriarcado, como mostra o trecho da sua fala:

É muito importante vocês professores conhecerem essas informações sobre as mulheres guerreiras [...] Se observar hoje, são as mulheres que comandam Alter do Chão. Nas casas, são as *sapu borari* que comandam. Na nossa região é comum as mulheres serem os esteios da casa. Oh! Quem manda lá em casa é a mamãe. Na casa da Dona Urbana é ela mesma. Da dona Glória é a Dona Glória [...]

O professor ressaltou a habilidade de comandar das *sapu borari* (*sapu* significa raiz), isto é, das mulheres caracterizadas como sabias, resistentes e principalmente pela autoridade que elas têm. Isso é visível também nos dias de hoje.

Foto 6: Prof. Edilberto falando sobre as narrativas do Povo Borari



Fonte: Damilles Borari, 2018.

Foto 7: Durante a roda de conversa



Fonte: Damilles Borari, 2018.

No meio da roda de conversa a professora Virgília pediu a fala.

Foto 8: Fala da prof^a. Virgília



Fonte: Damilles Borari, 2018.

Em relação ao que as meninas vieram fazer aqui na escola é muito importante pra nós, nós mesmos nativos, a gente ficava numa confusão porque a filosofia histórica real se transforma em lenda, acaba se misturando. Essa explicação que vem através de vocês lideranças indígenas é um processo, porque o que chega aqui, muitas das vezes, chega distorcido. Hoje abre as portas para um conhecimento aprofundado para nós, professores (VIRGÍLIA MARA RODÉ, 2018)

Após a fala da professora, finalizamos a primeira parte da programação e nesse momento oferecemos um café da manhã aos participantes.

Foto 9: Café aos participantes



Fonte: Willon Borari, 2018.

Após o intervalo, demos início a oficina de grafismo que foi ministrada por Willon Borari. Em sua fala, ele coloca a importância do grafismo Borari para nossa identidade, uma forma de valorizarmos a nossa cultura.

Foto 10: Explicação de Willon Borari sobre os grafismos



Fonte: Damilles Borari, 2018.

Após as reflexões sobre a importância dos grafismos Borari como aspecto cultural, Willon mostrou na prática os principais traços e como são desenhados os grafismos no corpo de uma pessoa. Enquanto fazia isso, Willon explicava a simbologia dos grafismos, abordando o grafismo símbolo do jabuti (cf. fotos 11 e 12), que representa a força e a resistência do povo. Os Borari, de acordo com sua cosmologia, devem exercitar a força e a resistência de um jabuti, que consegue vencer situações difíceis. Um jabuti, caso fique preso debaixo de uma árvore, que venha a cair sobre ele, consegue sair de baixo. Além disso, ele consegue passar vários dias sem beber água. De acordo com Willon, o grafismo do jabuti representa a identidade de um povo

acolhedor, trabalhador, determinado e que nunca desiste de nada, os Borari.

Foto 11 e 12: Repasse de conhecimentos sobre grafismo Borari



Fonte: Damilles Borari, 2018.

Os participantes ficaram agradecidos pela oportunidade de aprender um pouco sobre a cultura Borari a partir dos grafismos. O ministrante da oficina também considerou sua experiência bastante significativa, conforme suas palavras:

A oficina de grafismo foi uma experiência única. Foi a primeira que participei. Foi um desafio falar em público, pois a maioria das pessoas eram professores e lideranças indígenas. Além de compartilhar informações, aprendi muitas coisas referentes a história de luta do meu povo. Foi um momento especial. Venci a dificuldade de falar em público e foi uma honra compartilhar meus conhecimentos sobre o grafismo com mestres do meu povo e com professores da escola. Foi algo maravilhoso! (JOSÉ WILLON BORARI, 2018)

PALAVRAS FINAIS

Neste relato buscamos apresentar um breve registro das atividades do projeto *Borari: Povo, Cultura e Território*, criado e implementado por nós, no âmbito da Formação Básica Indígena/Ufopa.

Durante as atividades foi discutido e repassado conhecimentos e práticas referentes a história do povo Borari por meio de narrativas e ações presentes nos costumes e vivências do nosso cotidiano. Consideramos necessário refletir sobre aspectos da cultura indígena que devem ser repassados de geração em geração como forma de mantê-los vivos no futuro.

Também consideramos de extrema importância abordar os problemas que envolvem a luta pela manutenção e preservação do território Borari, o qual, constantemente, sofre ataques de membros da sociedade não indígena que têm interesse

nele. O território Borari é um lugar onde a força dos nossos encantados existe e resiste até hoje, e para que isso não se perca através do tempo, se faz necessário multiplicar e fortalecer os saberes tradicionais, respeitar seu território, preservar seus costumes e não deixar perder essa história. Esperamos que os professores sejam multiplicadores dos conhecimentos abordados, sendo nossos aliados na luta para que esses tesouros não se percam.

A criação e implementação desse projeto foi uma experiência muito valiosa, tanto para os professores e funcionários da escola quanto para nós.

Agradecemos a todos que colaboraram, especialmente aos palestrantes, que com sua sabedoria e conhecimentos proporcionaram uma rica troca de experiências entre os profissionais da Escola Borari (docentes e funcionários) e nós indígenas. Saímos das atividades com mais conhecimentos sobre a história do nosso povo e da nossa aldeia, os quais já não estavam tão presentes em nossa memória.

Agradecemos também às professoras Paula Colares e Denize Carneiro pela orientação. Foi uma experiência de grande valor nesse início da nossa carreira acadêmica. Aprendemos muito.

REFERÊNCIAS

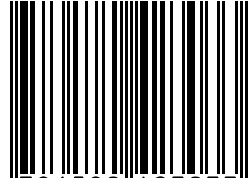
GRUPIONI, Luis Donizete. *As leis e a educação escolar indígena: Programa Parâmetros em Ação de Educação Escolar Indígena*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). *Referenciais para a formação de professores indígenas / Secretaria de Educação Fundamental*. Brasília: MEC; SEF, 2002. 84.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação Terra Indígena Borari de Alter do Chão*. Brasília: 2009.



ISBN 978-65-80423-03-3



9 786580 423033